

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva

**POLÍTICAS PÚBLICAS: acesso, disseminação e uso da informação e da cultura
nas bibliotecas públicas pernambucanas**

RECIFE
2014



GILVANEDJA FERREIRA MENDES DA SILVA



POLÍTICAS PÚBLICAS: acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Linha de pesquisa: Memória da Informação Científica e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Maria Cristina

**RECIFE
2014**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586p	Silva, Gilvanedja Ferreira Mendes da Políticas públicas: acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas / Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva. – Recife: O Autor, 2015. 164 f.: il. Orientador: Maria Cristina Guimarães Oliveira Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015. Inclui referências e anexos. 1. Ciência da informação. 2. Bibliotecas públicas - Programas culturais. 3. Política pública. 4. Incentivo à leitura. 5. Serviços de informação. I. Oliveira, Maria Cristina Guimarães. II. Título. 025.4 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-118)
-------	--



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

GILVANEDJA FERREIRA MENDES DA SILVA

***Políticas públicas: acesso, disseminação e uso da informação
e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 07/08/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^a D^{ra} Maria Cristina Guimarães Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Leilah Santiago Bufrem (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Gilda Maria Whitaker Verri (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Elisa Campos Machado (Examinador Externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro



*Ao Fórum Pernambucano em Defesa
das Bibliotecas, Livro e Leitura.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por minha vida, pela oportunidade de realizar mais um sonho e por todas as conquistas e desafios que ainda surgirão em minha trajetória.

Aos meus pais, atores essenciais na minha vida, pelo apoio que me dão ao longo da minha trajetória escolar, acadêmica e profissional, através dos valiosos conselhos e ensinamentos que carrego sempre comigo; mas também durante essa fase de escrita da dissertação, em que estive ausente de muitos momentos importantes vividos pela minha família.

Agradeço também a minha Orientadora, Prof^a. *Maria Cristina Guimarães Oliveira*, por acreditar no meu potencial, pela compreensão diante da minha dinâmica profissional e que em muitos momentos me vi sufocada pelas diversas atividades a cumprir, viagens, enfim, por tudo que tem feito por mim, não só como professora, mais como amiga e companheira de ideologias e lutas em prol das bibliotecas públicas e do direito inalienável à informação, a cultura e a leitura, essenciais para o desenvolvimento das pessoas.

Ao *Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura* por todo aprendizado, trocas e experiências que tenho vivenciado desde 2012 até o presente momento. Foi com todas e todos que compõem esse lindo coletivo que aprendi a importância da luta em defesa das políticas públicas para o segmento, do direito à leitura, à cultura como um direito humano. Em especial, a minha querida amiga e companheira de luta, *Cida Fernandez*, biblioteconomista, por toda sua ajuda, ensinamentos, conversas e experiências vivenciados; agradeço pela sua determinação, ousadia, paixão e dedicação em defesa do acesso à leitura, à cultura, às bibliotecas de qualidade, enfim, a tudo que é um direito humano.

A minha querida amiga, *Tereza Marinho*, bibliotecária da qual tive o imenso prazer de trabalhar enquanto estive na Gerência da Biblioteca Popular de Afogados. O desafio foi grande, a experiência foi ímpar; durante quase três anos vivenciamos, juntas, “dores e delícias”, como costumávamos dizer. Tudo, exatamente tudo, teve sua validade, sua importância. Aprendi muito com essa excelente profissional, coisas que vão além das questões profissionais. Muito obrigada!

Também agradeço as professoras Gilda Verri e Leilah Bufrem pelas valiosas orientações e sugestões durante a escrita da dissertação, que me ajudaram a aprimorar o texto, enriquecendo a pesquisa.

Aos meus amigos e amigas de curso e de trabalho, que direta ou indiretamente torceram por mim, muitos deles presentes nas redes sociais, mas que não deixaram de regar meu jardim com palavras de ânimo, com sorrisos e àqueles mais próximos que estiveram presentes nos momentos que mais precisei de apoio e compreensão. Só tenho a dizer: - Muito obrigada!

RESUMO

Analisa o atual cenário das bibliotecas públicas pernambucanas e discute a importância das políticas públicas para as bibliotecas públicas, entendidas como espaços manifestos de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura. Realiza pesquisa descritiva e bibliográfica, com o objetivo de discutir e defender a construção de políticas públicas de Estado voltadas às bibliotecas públicas, vistas como instituições sociais que devem atuar como centros culturais. Apresenta e analisa os principais dados levantados pelo 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Relatório do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco (EEBPPE), realizado em 2012 pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura, que traz um mapeamento preliminar da situação atual das bibliotecas públicas em Pernambuco. Finaliza, destacando a importância da construção de políticas públicas estruturantes e permanentes para as bibliotecas, com base nas diretrizes e eixos trazidos pelo Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL (2006), proposto pelo Ministério da Cultura (MinC), enquanto documento norteador para a elaboração dos planos municipais e estadual do livro e leitura em Pernambuco.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Informação e cultura - acesso, disseminação e uso. Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Políticas Públicas.

ABSTRACT

Analyzes the current situation of Pernambuco public libraries and discusses the importance of public policies for public libraries, public spaces understood as access, dissemination and use of information and culture. This is a descriptive and bibliographical, aims to discuss and advocate the construction of public policies aimed at state public libraries, seen as social institutions that should serve as cultural centers search. Presents and analyzes the main data collected by the 1st National Census of Public Municipal Libraries, conducted in 2010 by the Fundação Getúlio Vargas (FGV) and the Report of the First Meeting of State Public Libraries of Ontario (EEBPPE), conducted in 2012 by Pernambucano Forum in Defense libraries, Books and Reading, which brings a preliminary mapping of the current situation of public libraries in Pernambuco. Concludes by highlighting the importance of building structural and permanent public policies for libraries, based on the guidelines and axes brought by the National Plan Book and Reading - PNLL (2006), proposed by the Ministry of Culture (MinC), while guiding document for the development of municipal and state plans and book reading in Pernambuco.

Keywords: Public Library. Information and culture - access, dissemination and use. Pernambucano. Forum in Defense of Libraries, Books and Reading. National Plan Book and Reading. Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema	14
1.2 Hipóteses	14
1.3 Objeto da pesquisa	14
1.4 Objetivos	15
1.4.1 Geral	15
1.4.2 Específicos	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
3 INFORMAÇÃO E CULTURA: conceituação e reflexão sob o olhar da Ciência da Informação	23
4 BIBLIOTECA PÚBLICA: lugar de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura	41
5 POLÍTICAS PÚBLICAS	66
5.1 O ciclo de políticas públicas	79
5.2 Políticas Públicas para Bibliotecas	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

*“...A informação é o fio e a Cultura, o tecido...”
(MILANESI, 1997, p.127)*

O desenvolvimento de qualquer sociedade passa pela informação. A informação é “um elemento fundamental, pois permite aos indivíduos, em seu meio social, tomarem ciência dos seus direitos e deveres e a partir disso, decidirem sobre suas vidas” (ARAÚJO, 1999, p.155)

A informação é imprescindível para a elaboração e avaliação de ações políticas; especialmente determinante nos processos de construção de cidadania; e matéria fundamental para a elaboração e reflexão sobre a realidade social.

Quando acessa, dissemina e usa a informação e a cultura, o sujeito cria um elo com o passado e o presente, desenvolvendo uma forte identificação com a cultura local e nacional que o ajuda a se projetar no futuro.

Nesse sentido, conforme Jacob (2008), a biblioteca pública é entendida nesta pesquisa como espaço amplo de acesso ao conhecimento produzido pelo homem, que tem a capacidade de armazenar e tornar disponível um vasto número de registros informacionais. Além disso, tem responsabilidade de veicular à sociedade a multiplicidade de informações existentes em seus acervos, o que lhe confere e garante uma posição de destaque.

O estudo sobre políticas públicas relacionadas às bibliotecas e ao acesso à informação desenvolvido neste trabalho, teve início durante o Curso de Graduação em Biblioteconomia (UFPE/2006) e por meio da pós-graduação, vem sendo aprofundado. Levou-se em consideração, primeiramente, o interesse, preferência e aptidão pessoal para estudar a temática escolhida.

Em segundo lugar, a atualidade e relevância da temática e em terceiro, o conhecimento já adquirido sobre o assunto, principalmente durante o período de atuação na gestão da Biblioteca Municipal de Afogados, em Recife, em que foi possível experimentar e vivenciar na prática como se dá o processo de gestão de uma unidade de informação ligada a uma administração pública, com diversas demandas, necessidades e funções a serem cumpridas para atender à população

que dela necessita. Também foi durante a atuação dentro do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura que tive a oportunidade de compreender melhor a importância das políticas públicas permanentes e estruturantes para o segmento já que as políticas de governo não têm demonstrado dar conta das diversas necessidades e especificidades das bibliotecas públicas, bem como das cadeias que compõem o setor do Livro e Leitura, a saber: cadeia criativa, mediadora e produtiva do livro.

Ainda atribuo a escolha, ao trabalho que vem sendo desempenhado dentro da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco – Secult-PE, através da Coordenadoria de Literatura onde a atuação tem tido foco na realização de seminários formativos no campo das políticas públicas para as bibliotecas, discussão e orientação para a elaboração planos municipais do livro e leitura em diversos municípios das 12 regiões de desenvolvimento do estado, durante as ações sistemáticas realizadas pela referida Coordenadoria dentro do *Festival Pernambuco Nação Cultural* – FPNC, promovido anualmente pela Secult-PE.

No primeiro capítulo “*Informação e cultura*”, buscou-se trazer a conceituação e reflexão sob o olhar da Ciência da Informação, enfatizando que a informação tornou-se o elemento organizador de nossa cultura, cuja “aldeia global” na qual se vive, tem na informação o elemento primordial para a prática social e a construção da cultura.

Sob essa perspectiva, o geógrafo Milton Santos (2000) esclarece:

depois do tempo dos deuses, do tempo do corpo e do tempo das máquinas, entramos no tempo dos símbolos, difundidos globalmente na forma de informações. (...) Um dos traços mais marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação (SANTOS, 2000, p.25).

Ao mesmo tempo em que as informações são geradas, preservadas e transmitidas através da cultura, a produção e reprodução dos artefatos culturais, na sociedade atual, se dá a partir do modo informacional. “Nessa sociedade, toda prática social pode ser considerada como uma prática informacional, pois toda interação humana pressupõe recepção, geração ou transferência de informação” (ARAÚJO, 2001, p. 12).

Segundo Marteleto (1994), a cultura é construída pelos agentes e instituições sociais em constante interação baseada na produção, difusão, recepção e apropriação de bens simbólicos, cujo processo se dá através do compartilhamento de informações. Hoje, o aprendizado do mundo é mediado pelas informações que ordenam nossa cultura e dão sentido à nossa relação com o mundo.

Para a autora Linda Rubim (2005), o compromisso com a cultura deve passar necessariamente pelo acesso à informação, à formação e pela democratização tanto da fruição quanto da produção dos bens culturais¹.

No âmbito individual ou coletivo, a informação tornou-se bem desejável e, cada vez mais, adquirível. O acesso à informação e ao conhecimento tornou-se indispensável não somente ao mundo do trabalho, mas para o desenvolvimento da cidadania, para a produção da cultura e da arte, para propiciar processos de inclusão social (RAMOS, 2008, p.26).

No segundo capítulo, utiliza-se dos conceitos de informação social para apresentar as bibliotecas públicas, enquanto instituições sociais e culturais dinâmicas, complexas e com inúmeras potencialidades e também desafios quanto ao acesso, disseminação e uso da informação e da cultura como direito humano, essenciais no processo de construção da cidadania.

Em seguida, no capítulo “*Bibliotecas Públicas no Brasil*”, apresenta-se um mapeamento preliminar sobre as bibliotecas públicas brasileiras, com ênfase nas bibliotecas públicas pernambucanas, mostrando, por meio de dados qualitativos e quantitativos que o segmento está distante dos parâmetros ideais necessários a tal promoção de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura, conforme pode-se constatar nos dados levantados pelo 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais², realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010.

No capítulo “*Políticas Públicas*”, contempla-se os aspectos conceituais e as etapas do ciclo de uma política pública, além do enfoque dado às políticas no

¹Nesta pesquisa, “*bens culturais*”, referem-se ao conceito trazido pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, em que se estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira.

² O 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, sob a orientação e diretrizes do Ministério da Cultura – Minc, e teve como principal objetivo fazer um mapeamento e levantamento sobre as condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais brasileiras.

contexto das bibliotecas públicas, com o intuito de reforçar a necessidade da elaboração e execução de políticas públicas permanentes para o segmento.

Ainda nesse contexto, o presente trabalho destaca as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo *Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura* no período de 2012 a 2013, dentro do estado, na luta por políticas públicas permanentes para o segmento.

Por fim, finaliza, destacando as diretrizes, eixos e metas trazidos pelo Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL (2006), proposto pelo Ministério da Cultura (Minc), para que sirva de documento norteador para a elaboração dos planos: estadual e municipal do livro e leitura em Pernambuco.

1.1 Problema

As políticas públicas executadas pelos governos municipais e estaduais voltadas às bibliotecas públicas têm contemplado as reais necessidades dessas instituições, enquanto espaços privilegiados de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura?

1.2 Hipóteses

No atual cenário pernambucano, as políticas voltadas às bibliotecas públicas não estão atendendo aos objetivos dessas instituições por não serem caracterizadas como políticas de Estado. As pesquisas e trabalhos desenvolvidos sobre a temática têm mostrado que as bibliotecas públicas usufruem de políticas de governo, marcadas pela falta de continuidade nas ações.

1.3 Objeto da Pesquisa

O objeto deste estudo está focado na relação entre as políticas públicas e as bibliotecas públicas, delimitadas, nesta pesquisa, em governamentais (bibliotecas municipais públicas municipais).

Sabe-se que a grande maioria das bibliotecas públicas encontra-se em situação difícil, considerando-se o desenvolvimento sustentável desses equipamentos face à ausência de políticas de Estado para o setor, principalmente no âmbito dos estados e municípios brasileiros, e, sobretudo no estado de Pernambuco.

Diante de tal cenário, observa-se uma constante descontinuidade de ações por parte dos governos municipais e estaduais que ainda não enxergam as bibliotecas públicas para além de um espaço apenas de guarda de livros e pesquisa, e por isso, há enormes lacunas quanto aos investimentos no que se refere aos eixos: espaço físico, acervo, mediação e gestão dessas unidades de informação.

Em face dessa realidade, esta investigação deve embasar-se nos conceitos existentes sobre políticas públicas de caráter permanente, conhecidas também

como políticas de Estado. Para respaldar a pesquisa, será apresentado um mapeamento preliminar acerca da atual situação das bibliotecas públicas pernambucanas a fim de fornecer subsídios para a adoção de tais políticas para o segmento das bibliotecas.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Analisar a atual situação das bibliotecas públicas municipais de Pernambuco com foco nas políticas executadas pelos governos municipais, enfatizando a importância da implantação de políticas públicas permanentes e estruturadoras para o atendimento das reais necessidades dessas instituições.

1.4.2 Específicos

- Apresentar um mapeamento preliminar da situação das bibliotecas públicas de Pernambuco, elaborado pelo *Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura*³, através do levantamento de dados quantitativos e qualitativos coletados pela comissão organizadora do Fórum;
- Construir um quadro comparativo entre o modelo ideal *versus* o modelo real de biblioteca pública, tomando como base, os conceitos defendidos pelo Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas (1994);
- Propor a adoção e a implantação de políticas públicas de Estado como alternativa à descontinuidade das políticas de governo, destacando o papel dos agentes

³O Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura é uma instância de discussão e participação coletiva, formado por representantes da sociedade civil, dos governos federal, estadual e municipal, organizações não-governamentais, instituições privadas e por todos que fazem parte das cadeias (criativa, mediadora, produtiva) do setor do livro.

envolvidos na construção dessas políticas em suas diversas etapas: formulação/elaboração, implantação, avaliação, controle social/fiscalização;

- Enfatizar a importância da formulação e elaboração do Plano Estadual e dos planos municipais do livro e leitura em PE, com base no Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, proposto, em 2006, pelo Ministério de Cultura – Minc, como um benefício para o crescimento social das populações envolvidas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida com base em procedimentos metodológicos (métodos e técnicas) considerados apropriados para alcançar os objetivos propostos, e envolveu fases, que foram desde a formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Com base em Köche (2009), sob o ponto de vista do método científico utilizado para alcançar os objetivos desta pesquisa, trata-se do **método dedutivo**, pois conforme Severino (2007) é uma forma de raciocínio, isto é, procedimento racional de argumentação ou de justificação de uma hipótese que pretende, a partir de verdades universais, tirar conclusões particulares. De um princípio geral, deduzem-se outros menos gerais até fatos particulares.

De acordo com Oliveira (2010), neste método utilizam-se princípios já reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para se chegar a uma determinada conclusão: a utilização do método dedutivo leva o pesquisador, a partir do que já é conhecido para a generalização.

Nesta pesquisa, portanto, a partir dos conceitos teóricos acerca das políticas públicas, pretendeu-se apresentar elementos que corroborassem a necessidade da construção e implantação de tais políticas nas bibliotecas públicas, especificamente nas bibliotecas pernambucanas.

Em relação à natureza da pesquisa, trata-se de uma **pesquisa aplicada**, pois pretende conforme explica Moresi (2003), gerar conhecimentos que possam ser aplicados na solução de problemas específicos, ligados, neste caso, ao campo das políticas públicas voltadas às bibliotecas públicas.

Quanto à forma de abordagem do problema, neste aspecto, a pesquisa é **qualitativa**, pois conforme explicação de Nascimento (2008) possui especificidades não passíveis de quantificação, e em consonância com Gil (2009) e Moresi (2003), considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não poderá ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de

métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MORESI, 2003, p.9).

A escolha também se apoiou na concepção de GONSALVES (2007), para a qual, a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, e com a interpretação de um fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica, ou seja, a adoção do método interpretativo.

Entende-se, portanto, que para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, mais do que apenas mensurar dados, foi necessário compreender os fenômenos ligados às políticas públicas enquanto instrumentos que podem possibilitar o acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas, bem como garantir seu desenvolvimento sustentável na sociedade.

Sob o ponto de vista dos seus objetivos, é uma pesquisa **exploratória** e **descritiva**, pois conforme Gil (2009), a *pesquisa exploratória* tem como objetivo possibilitar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro. Ou ainda,

é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada 'pesquisa de base', pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (GONSALVES, 2007, p.67).

Esta pesquisa envolveu: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Contudo, esta pesquisa também apresenta um mapeamento preliminar da situação das bibliotecas públicas pernambucanas, e que por isso, fez uso de uma amostra de dados quantitativos e qualitativos coletados por meio de questionários aplicados a um grupo específico.

Sendo assim, a pesquisa também teve uma finalidade *descritiva*, pois conforme os estudos de Moresi (2003), a **pesquisa descritiva** expõe características

de determinada população ou de determinado fenômeno; pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Fez-se a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, conforme Gil (2009), para que fosse possível analisar os fatos do ponto de vista empírico e confrontar a visão teórica com os dados da realidade, fez-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa, ou seja, um delineamento.

O delineamento refere-se “ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados” (GIL, 2009, p.43). Considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

Assim, ainda segundo Gil (2009), neste trabalho, podem ser identificadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que se valem das chamadas fontes de ‘papel’ e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas.

A **pesquisa bibliográfica** entende-se como aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído a análise das contribuições de diversos autores que já abordaram a questão.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária (MORESI, 2003, p.10).

A finalidade da pesquisa bibliográfica, conforme Gonsalves (2007) é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa; e que por isso mesmo, além de material impresso, utiliza os textos disponíveis em fontes online (blogs, sites, bases de dados, homepages, fóruns e listas de discussão, entre outros.) que tratam do assunto pesquisado.

Quanto à Identificação das fontes, foram utilizadas, em sua maioria, fontes impressas (em papel), livros técnicos, artigos de periódicos científicos (revistas), teses e dissertações, anais de encontros científicos; e de fontes digitais – e-books, textos da internet, oriundos de blogs, sites, notícias de jornais eletrônicos, de e-

mails, artigos de repositórios digitais e, quando se fez necessário, consulta a obras de referência (dicionários e enciclopédias).

Quanto à localização das fontes e obtenção do material, os materiais impressos, parte foi obtida através de empréstimos à Biblioteca Joaquim Cardoso, do Centro de Artes e Comunicação da UFPE e por meio da professora orientadora; parte foi adquirida por meio de compra, já que alguns tratam de pesquisas e abordagens recentes que ainda não estão disponíveis nas bibliotecas.

Quanto aos materiais digitais, foram obtidos por meio de pesquisas em sites governamentais como, por exemplo, o site do Ministério da Cultura e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP); blogs, download de artigos de repositórios digitais, em sites de revistas especializadas, e-mails, jornais eletrônicos, dentre outros.

Assim sendo, este estudo buscou levantar e discutir os conceitos já existentes sobre, acesso, disseminação e uso da informação, cultura, biblioteca pública, política pública, política cultural e setorial, papel do Estado, dentre outros.

Ainda quanto ao delineamento da pesquisa, optou-se pelo **levantamento**, que de acordo com Gil (2009), utiliza-se de informações solicitadas a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes do grupo estudado, antes se seleciona, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos (GIL, 2009, p.51).

Em seguida, definiu-se onde e como seria realizada a pesquisa. De acordo com Moresi (2003), definiu-se o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como se pretendeu tabular e analisar seus dados.

Sendo assim, a amostra foi obtida com base em duas pesquisas: nos dados levantados pelo *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* (2010), pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Ministério da

Cultura e no *Mapeamento Preliminar* realizado pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura durante o 1º Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco (2012).

O 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais teve por objetivo subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas em todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas à melhoria e valorização das bibliotecas públicas brasileiras. A partir de entrevistas e dados dos 5.565 municípios brasileiros, o Censo apresenta um panorama das bibliotecas em todo o país, tendo sido realizado em 2009, contém dados sobre os acervos das bibliotecas, suas infraestruturas e equipamentos, o perfil dos seus profissionais e usuários, instalações e equipamentos, a formação/qualificação, os serviços prestados aos usuários, entre outras características.

Dos 5.565 municípios pesquisados, em 4.905 municípios foram realizadas visitas in loco, no período de 8 de setembro a 9 de novembro de 2009, para a investigação sobre a existência e condições de funcionamento das Bibliotecas Públicas Municipais (BPM's). Os 660 municípios restantes, identificados sem bibliotecas em 2007 e 2008 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e atendidos pelo Programa Mais Cultura com a instalação de BPM's, foram pesquisados por contato telefônico.

Quanto ao Mapeamento Preliminar, os instrumentos de coleta de dados escolhido, tendo como base os objetivos que se pretendeu alcançar com esta pesquisa e o universo a ser investigado, foram:

a) *observação assistemática*: utilizados os sentidos para obtenção de dados de determinados aspectos da realidade, não havendo planejamento e controle previamente elaborados, apenas a observação;

c) *questionário com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas*: série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito pelo grupo participante. Foi construído em blocos temáticos obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas.

Quanto à coleta de dados, deu-se através da aplicação de questionários aos participantes, durante a realização do I Encontro Bibliotecas Públicas em Pernambuco (2012), realizado entre os dias 13 e 14 de novembro de 2012, na

Academia Pernambucana de Letras, organizado em três mesas temáticas e grupos de trabalho distribuídos em dois dias de atividades.

Foi resultado de uma ação articulada entre organizações não governamentais e movimentos sociais, órgãos do governo estadual e municipal e instituição pública de ensino superior. Teve como objetivo, reunir os diferentes segmentos de bibliotecas públicas para promover o debate sobre a situação das bibliotecas pernambucanas na política pública para o setor do livro, leitura e bibliotecas, resultando num mapeamento rápido participativo sobre a situação desses equipamentos no Estado. (acrescentei, para explicar como foi obtiva a amostra e como foi calculada).

Através da aplicação de questionários foi possível colher uma amostra composta por informações fornecidas por 172 participantes, sendo estes coordenadores de bibliotecas municipais, escolares e comunitárias, bibliotecários, professores, servidores públicos e prestadores de serviço lotados em bibliotecas e salas de leitura, secretários de educação e cultura e profissionais ligados às Gerências Regionais de Ensino (GRE's), oriundos dos municípios que compõem as 17 (dezessete) Regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco, compreendidas na região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

3 INFORMAÇÃO E CULTURA: conceituação e reflexão sob o olhar da Ciência da Informação

A informação constitui a forma e o fundo da cultura moderna. Por um lado, representa o elemento mediador das práticas, das representações e das relações entre os agentes sociais; por outro, corresponde a uma maneira de lidar com a realidade, uma maneira moderna de acessar os signos, os significados, de construir interpretações a respeito do real (MARTELETO, 1994, p. 121).

Nas diversas disciplinas que lidam com a informação como fenômeno de estudo, seu conceito é, de modo geral, utilizado de acordo com seu contexto, articulações e aplicações. Dentre os vários campos do saber, a Ciência da Informação é aqui considerada,

enquanto ciência interdisciplinar que estuda as propriedades e o comportamento da informação, as forças que dirigem o fluxo e o uso da informação e as técnicas, tanto manuais quanto mecânicas de processar a informação visando sua armazenagem, recuperação e disseminação (TAYLOR, [196-] citado por BORKO, 1968, p.5).

A Ciência da Informação apresenta singularidade, também entendendo o termo com diferentes significados, mas nutrindo contínua tentativa de contemplar suas várias nuances e facetas e/ou atenuar sua ambiguidade terminológica.

As discussões e debates que permeiam o conceito de informação entre os principais autores da Ciência da Informação e áreas afins demonstram que sua representação distancia-se de um modelo único para defini-la. Cada área procura contextualizar o conceito de informação em conformidade com as tensões e exigências de seus construtos teóricos, voltados às suas articulações e aplicações empíricas. Diante disso, para refletir sobre essa temática, foram utilizados conceitos de autores como Otlet (1996), Briet (1951), Buckland (1991), Le Coadic (2004), Silva (2006), Capurro e Hjørland, (2007) e Barreto (2002).

Acompanhando a evolução histórica de termo informação, Capurro e Hjørland (2007) afirmam que o termo informação em si tem uma história muito mais rica que a biblioteconomia, a documentação e a própria Ciência da Informação, que são produtos do século XIX. Em seus estudos, Capurro e Hjørland (2007) exploraram a origem etimológica do termo *informação* que remonta à Grécia Antiga, assim como seu desenvolvimento subsequente. Tem raízes na palavra latina *informatio* que,

desde os tempos mais remotos até a Renascença, seria equivalente aos termos grego ‘*typos, idea, morphe*’: “dar forma a algo”, o ato de moldar a mente que, de acordo com o *Oxford English Dictionary* (1989), possui um uso bem restrito: a formação ou modelagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução, ensino datam desde o século XIV.

A partir da origem etimológica da palavra informação, associada ao verbo latino *informare*, que significa dar forma, colocar em forma, criar, representar, construir uma ideia ou noção, Araújo (2001) percebe duas conotações para o conceito de informação.

[...] Assim, a partir de uma visão etimológica a informação pode ser conceituada como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido [...] seja como processo de atribuição de sentido, seja como processo de representação para a comunicação, a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão do sentido (ARAÚJO, 2001, p.1).

Desde o século XV, entretanto, observa-se que até chegar à Idade Moderna, houve uma transição no uso do termo, que passa de *dar forma (substancial)* à matéria para *comunicar alguma coisa a alguém*.

Como Peters⁴ (1988 citado por CAPURRO, 2007) afirma:

na demolição febril das instituições medievais nos séculos XVII e XVIII, a noção de que a informação consistia de uma atividade ou processo de dotar alguma entidade material com forma permaneceu bastante inalterada. Mas, a noção de que o universo era ordenado por formas caiu em desuso e o contexto de in-formar mudou da matéria para a mente. Ambas as mudanças inauguraram uma importante inversão no significado de informação.

Esta transição da idade média para a modernidade no uso do conceito de informação – buscando dar uma forma (substancial) à mente para comunicar alguma coisa a alguém – pode ser detectada na filosofia natural de René Descartes (1596-1650), que chama “as ideias de formas do pensamento, não no sentido de que estas são retratadas (*depictae*) em alguma parte do cérebro, mas na medida em que elas

⁴ PETERS, J.D. Information: notes toward a critical history. **Journal of Communication Inquiry**, v.12, p.10-24, 1988.

dão forma à mente” (DESCARTES⁵, 1996, VII, p. 161 citado por CAPURRO, 2007, p.158).

A partir da Idade Moderna, com a invenção da imprensa, a informação adquiriu uma importância cada vez maior. O recurso da tipografia ampliou as possibilidades de registro e a informação passou a ser produzida e transmitida em larga escala. Nesse mesmo período, segundo Capurro e Hjørland (2007), ocorreu uma reformulação do conceito, vinculando a informação a diferentes visões do conhecimento.

Le Coadic (2004) considera a informação como sendo:

[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita [...], oral ou audiovisual, em um suporte, [...] um elemento de sentido [...] um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal [...] feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 2004, p. 4).

O conceito de informação, para o autor, começa a abranger aspectos de compreensão, que permitem identificar a relação de sentido entre os sujeitos envolvidos, além de descrever a sua forma de transmissão e registro em um suporte. A informação pode ser inscrita em qualquer suporte espacial-temporal, como “significado transmitido” entre aquele que transmite a informação e aquele que a recebe.

Esse conceito atende à atual fase da sociedade contemporânea, marcada pela dinamicidade e pelo redimensionamento do processo informacional, necessitando da efetiva transmissão de significados e o estabelecimento de processo interativos e comunicativos, que possibilitem a formação argumentativa do sujeito e a (re)formulação de significados. Le Coadic (2004) também discorre sobre os conceitos ambíguos atribuídos à informação nas diferentes disciplinas:

[...] medida de organização de um sistema: medida de organização de uma mensagem em um caso (Shannon, Weaver), medida de organização de um ser vivo no outro caso (von Bertalanffy). Pode

⁵ DESCARTES, R. **Oeuvres**. In: ADAM, C.; TANNERY, P. (Ed.). Paris: Vrin, 1996.

também ser a medida da ordem das moléculas em recipiente que contenha um líquido ou um gás (Boltzmann) (LE COADIC, 2004, p. 3).

De acordo com o autor, essa variação conceitual contribui para um considerável valor heurístico, muito embora recomende o conceito que está vinculado à cognição e à comunicação humana. A conceituação de informação proveniente de outras disciplinas, mencionadas por Le Coadic (2004), serve para a explanação que o autor faz acerca da Ciência da Informação como construto teórico que agrega um caráter científico ao estudo da informação.

Michael Buckland (1991), em seu artigo *“Information of Thing”*, afirma que informação tem três significados distintos: informação-como-processo, ato de informar; informação-como-conhecimento, o que é transmitido; e informação-como-coisa, objetos informativos, documentos. O estudioso corrobora com Le Coadic (2004) quando enfatiza a terceira categoria da informação, concebendo-a como um elemento tangível, materializado, mensurável e tratável.

Capurro e Hjørland (2007) buscando entender o conceito de informação, defendem a segunda categoria apontada por Buckland (1991) quando consideram a informação “no sentido de conhecimento comunicado, [que] desempenha um papel central na sociedade contemporânea”. Em suas ponderações, afirmam:

com relação ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como informação – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto [...] contém diferentes informações [...] Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta de uma questão (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 187).

Ou seja, a informação precisa atender às necessidades de um grupo-alvo, respondendo a questões específicas desse grupo. Esse ponto de vista mostra-se pertinente às atuais demandas informacionais, tendo em vista que concebe a informação não como um produto estático, mas como um conceito intersubjetivo “voltado para os fenômenos de relevância e interpretações como aspectos básicos” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.150).

Tais demandas serão distinguidas e apreendidas se houver uma mediação entre a informação e o usuário, ou público-alvo. Não basta observar determinados grupos de usuários e as teorias que lhes respaldam para determinar suas

necessidades informacionais mediante dados estatísticos e ações matematizantes. A biblioteca pode, pois, estabelecer essa mediação necessária quando atua dialógica e comunicativamente com a sociedade de modo a “considerar a informação como uma força construtiva na sociedade” (BRAMAN, 1989 citado por CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.151).

Para Silva (2006), a informação apresenta uma dupla funcionalidade semântica. Uma referente a “um fenômeno humano e social que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)”; a outra se refere:

[...] um objeto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada (SILVA, 2006, p. 150).

O autor considera a informação como fenômeno humano e social, inerente à vida em sociedade. As ideias e emoções humanas e individuais tomam forma e são trocadas numa efetiva interação entre os sujeitos sociais. Desse modo, para o autor, a informação tanto é fenômeno de matriz individual, que surge na mente humana, que ‘conhece, pensa, se emociona’, como também é coletiva, pois o sujeito “interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si” (SILVA, 2006, p. 24).

A informação é, portanto, a consolidação das ideias e emoções através de uma codificação de signos e símbolos significantes de acordo com as visões de mundo, normas e regras que orientam determinado(s) grupo(s) social(is). Nessa perspectiva, o conceito de informação corresponde “à capacidade humana e social de representar e conhecer (-se a si mesmo e a) o Mundo, o que implica a interação contínua (troca e transformação das representações)” (SILVA, 2006, p.24).

Barreto (2002) reforça a afirmação de Silva (2006) quando qualifica a informação como “um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro” (BARRETO, 2002, p.49), através da interação contínua

que o sujeito faz com o mundo sensível à sua volta e quando se comunica com outros sujeitos.

A partir do momento que o sujeito passa pela etapa de:

‘assimilação da informação’, entendida como processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura de informação, que gera uma modificação em seu estado cognitivo, em seu estoque mental de saber acumulado, suas estruturas mentais sofrem alterações, e este sujeito, através de sua competência cognitiva, passa a ser agente mediador da produção do conhecimento (BARRETO, 2002, p.50).

Para o autor, “a informação é um instrumento modificador da consciência do homem, adequadamente assimilada, produz conhecimento e traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que vive” (BARRETO, 2002, p.56). Sendo assim, numa abordagem atual:

“[...] a informação consiste tanto na matéria-prima quanto no produto do processo de produção de conhecimento. Informação e conhecimento, portanto, possuem uma relação recíproca em que são, simultaneamente, elemento bruto, formador e consequência um do outro” (SILVA, S., 2003, p.3).

Partindo da definição de Informação como:

conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 37).

Pode-se enunciar as diferentes propriedades ou atributos que lhe são inerentes, a saber:

- a) estruturação pela ação (humana e social), em que o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;
- b) integração dinâmica, onde o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da ação;

- c) pregnância, enunciação do sentido ativo, da ação fundadora e modeladora da informação;
- d) quantificação, a informação pode ser numérica, valorável, mensurável quantitativamente;
- e) reprodutividade, a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a memorização; e
- f) transmissibilidade, a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

No âmbito das ciências humanas e sociais, o conceito de informação é central nos estudos de Sociologia, Ciência Política e Economia da Sociedade da Informação. A tendência tem sido relacionar o conceito de informação ao contexto cultural.

Para compreender a cultura, necessita-se de um esforço de conceituação que torne possível apreender, meio à amplitude e complexidade do termo, uma acepção coerente com a presente pesquisa.

Assim, partiu-se da etimologia do termo, para traçar um panorama de sua evolução histórica até a atualidade e, finalmente, chegar à concepção que interessa: uma abordagem que contemple a dimensão sociológica da cultura, em que a informação é entendida como elemento central na vida social, instrumento de mediação entre o homem e a realidade; tornando-se, portanto, matéria-prima para a elaboração da cultura.

De acordo com Silva (2006), a ideia de cultura e o conceito, atualmente tão propalado, de informação remetem para contextos históricos e doutrinários diferentes, mas complementares, na medida em que a consagração da imprensa, em pleno séc. XIX, resultante da efervescência literária, filosófica e científica das Luzes, trouxe consigo o uso de informação como sinônimo de periodismo e de comunicação impressa.

Diferentes autores apontam para o latim como língua-mãe do termo cultura. O pesquisador Alfredo Bosi (1998) encontra a origem da palavra cultura no verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. *Colo* significa ‘eu moro, eu ocupo a terra’, e, por extensão, ‘eu trabalho, eu cultivo o campo’.

Encontraram-se nessa pesquisa de Bosi (1998) as dimensões do cultivo, do acumulativo e do trabalho que impregnam ainda hoje os termos *culto* e *cultura*. Assim, cultura é algo que se aprende, se desenvolve e se cultiva, enquanto culto é aquele que acumulou esse conhecimento da cultura ao longo da vida.

Bosi (1998) aponta a palavra latina *colere* como origem do termo cultura. Cultura como cuidado com a natureza e os deuses e, cultura como cultivo ou educação do espírito das crianças. Tem-se aí também uma aproximação com o termo grego *paideia* e com aquilo que ele chama do projeto de paid ideal pedagógico voltado para a formação do adulto na pólis e no mundo. A respeito desta aceção, Bosi(1998) coloca que a cultura é:

o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucionalizado deste processo (BOSI, 1998, p.22).

É possível estabelecer uma linha genealógica da ideia de cultura que parte dos gregos e, atravessando séculos, passa pela obra de pensadores como Thomas Hobbes (1588-1679), Samuel Pufendorf (1632-1694) ou Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) atingindo, então, o sentido de carácter distintivo da espécie humana, opondo-se à ideia de natureza. E esta ideia de cultura, de acordo com Silva (2006), surge, a partir daí, associada às de progresso, de evolução, de educação e de razão, patentes no núcleo vivo do iluminismo e no otimismo com que encarava a perfectibilidade do ser humano. Chavannes (1731-1800) terá sido o primeiro a abrir a ideia de cultura a uma aplicação científica com carreira profícua e longa nas ciências humanas e sociais.

Uma breve historiografia do termo cultura e de sua evolução nas ciências sociais até a atualidade aponta para uma grande diversidade de usos. Ao elaborar um panorama do desenvolvimento do termo, Cuche (1999) esclarece que esta ideia de cultura como algo que se acumula e se cultiva ao longo da vida permanece até o século XVII, na França, quando então o termo passa a ser utilizado em sentido figurativo pela classe dominante, para designar o cultivo de valores e hábitos nobres.

Segundo Cuche (1999), durante o século XVII, este sentido figurado começa a se impor no vocabulário da sociedade francesa, acrescido de um complemento, de

onde se tem expressões como *cultura das artes* e cultura das letras, que designam diferentes campos de conhecimento artístico, passíveis de aprendizado, cultivados pela nobreza. Progressivamente o termo se libera de seus complementos e passa a designar a educação do espírito num sentido amplo. A partir daí, o termo se insere na ideologia do Iluminismo, no séc. XVIII, sendo associado às ideias de progresso e evolução.

Segundo Cuche (1999), tem início a oposição entre Natureza e Cultura, dentro de um sistema de entendimento evolucionista que contrapõe as sociedades civilizadas às sociedades primitivas e, da mesma forma, as pessoas cultas às não-cultas.

Na segunda metade do século XVIII, a tradição alemã racionaliza e polariza o conceito, que vai ser adotado pela burguesia intelectual, em franca ascensão social, que se apropria do termo cultura, entendido como os valores espirituais autênticos e profundos da ciência, arte e filosofia; buscando diferenciar-se, pondo em oposição o termo cultura ao termo civilização, que passa a ser utilizado para designar os valores cortesões e superficiais da aristocracia. Assim,

a oposição entre cultura e civilização que caracteriza uma disputa entre burguesia e aristocracia na Alemanha do século XVIII, desloca-se pouco a pouco do social para o nacional. A burguesia intelectual alemã condena o universalismo iluminista e a cultura francesa, que é vista como superficial. Por identificação, o termo civilização passa a evocar a França, com seus hábitos e valores vistos como superficiais, enquanto que a palavra cultura é convertida em símbolo da superioridade, autenticidade e profundidade alemã (RAMOS, 2008, p.54).

Bernard Valade (1995) explica que essa crítica alemã consegue fazer com que o conceito deixe de significar cultivo, erudição, para designar a expressão livre, popular. O foco sai do social e se dirige à comunidade, à busca da cultura original de um povo. Estas ideias, segundo Valade (1995), antecipam o significado antropológico de cultura.

Na tradição alemã, *kultur* passa a significar os valores espirituais de uma comunidade, ligando-se a uma noção vinculada ao conceito de nação e a partir do séc. XIX, a cultura é utilizada para delimitar e consolidar as diferenças nacionais. Assim, a nação cultural funda e garante a unidade da nação política, na medida em

que confere identidade a seus membros. O termo Civilização é adotado em referência às realizações materiais de um povo.

O debate franco-alemão que acontece do século XVIII ao século XIX, para Cuche (1999):

é responsável por duas concepções de cultura, uma universalista e a outra particularista, que estão na base de duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas. A concepção universalista propõe a existência de uma grande cultura universal, “A Cultura”, formada de componentes invariáveis, comuns a todas as culturas (CUCHE, 1999, p. 14).

Nesta concepção, “as diferenças culturais seriam apenas resultado de adaptações que os grupos humanos têm que fazer ou indicariam níveis de evolução diferentes. A concepção particularista, ao contrário, entende que não há uma cultura universal, mas múltiplas culturas, únicas e autênticas” (RAMOS, 2008, p. 55).

No século XIX, com o contato mais intensificado das nações europeias com outros povos, a consolidação do sistema educacional e a expansão das ideias liberais, tem lugar uma nova abordagem para a cultura, deslocando-se o termo para um “domínio à parte do social, fechado em si mesmo, ao qual, uns têm acesso, outros não” (MARTELETO, 1994, p. 118). Desenvolvem-se, como disciplinas científicas dedicadas ao estudo da cultura, a antropologia e a etnologia.

A primeira definição científica de cultura coube ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, considerado o pai da antropologia cultural, em 1871: “é todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, moral, costume e quaisquer aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade” (LARAIA, 1986, p. 25).

A antropologia, segundo Chauí (1995), entende a cultura como:

- a) a criação da lei, que é o que fundamenta a separação entre natureza e cultura;
- b) a criação da ordem simbólica da linguagem, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano;
- c) o conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições que fundam a organização social. A tradição antropológica aborda a cultura no seu sentido lato, como um conjunto, uma grande cultura humana, formada por numerosas culturas.

Vários antropólogos perceberam que ainda não tinha sido explorada a relação entre o indivíduo e a cultura e daí o interesse em analisarem como os seres humanos incorporam e vivem a sua cultura:

a questão está, portanto, em elucidar como está a cultura presente nos indivíduos, como os faz agir, que comportamentos suscita, sendo a hipótese adiantada precisamente a de que cada cultura determina um certo estilo de comportamento comum ao conjunto dos indivíduos participantes numa dada cultura (CUCHE, 2003, p. 66).

Ruth Benedict (1887-1948), segundo Cuche (1999), com os seus “*tipos culturais*” e o seu conceito de *pattern of culture* (ou seja, a configuração cultural), subscreveu a ideia de que cada cultura oferece, de certo modo, aos indivíduos um esquema inconsciente para todas as atividades da vida.

Margaret Mead⁶ (1901-1978) trabalhou a questão da *transmissão cultural*, ou seja, como é que um indivíduo recebe a sua cultura e que consequências isso tem na formação de sua personalidade. Para Mead, há um modelo cultural particular de uma dada sociedade que determina a educação da criança, não se podendo explicar a personalidade individual por meros caracteres biológicos.

Destacam-se outros autores como Ralph Linton (1893-1953), Abram Kardiner (1891-1981), psicanalista de formação e colaborador de Linton, que se deteve na compreensão do modo como se forma a personalidade base do indivíduo através das instituições primárias (a família e a escola). A contribuição destes antropólogos culturalistas prosseguirá com Lévi-Strauss (1829-1902) e sua *análise estrutural da cultura*, com os sociólogos americanos, da escola de Chicago, e com Sapir (1834-1939) e seu *interacionismo cultural*, em que o fundamental residia nas interações individuais, pois era aí que se achava o verdadeiro lugar da cultura.

De acordo com Silva (2003), os sociólogos da escola de Chicago vieram, por sua vez, a operar com duas importantes noções – a de *subcultura* e a de *socialização* – sobretudo nos estudos de comunidades, entendendo por socialização

⁶ Antropóloga norte-americana, nasceu nos Estados Unidos, Filadélfia, e morreu em 1978, na cidade de Nova Iorque. Margaret Mead começou a interessar-se desde muito cedo pelas questões relacionadas com o Homem. Ao longo de sua vida, estuda as influências biológicas e culturais no comportamento dos humanos. Em 1928, publica o seu primeiro livro - *Coming of age in Samoa* -, que rapidamente se torna num enorme sucesso. Nos anos seguintes, volta a publicar relevantes estudos antropológicos - *Growing up in New Guinea* (1930), *Sex and Temperament* (1935) - nos quais defende o papel determinante da cultura na formação de valores e condutas sociais.

o processo de integração de um indivíduo numa determinada sociedade ou num grupo específico, mediante a interiorização dos modos de pensar, de sentir e de agir; ou seja, os modelos culturais típicos de uma sociedade ou de um grupo particular.

Sapir, na visão de Cuche (2003), propôs uma teoria das relações entre cultura e linguagem, entendeu que a cultura é, essencialmente, um sistema de comunicação em que a língua tem, entre outras, a função de transmitir a cultura, mas aquela é também marcada por esta; e Lévi-Strauss salientou que a linguagem é, ante de mais, um produto da cultura (uma língua reflete a cultura geral de um povo), ela é também parte da cultura [...]. Uma e outra se constroem por meio de oposições e correlações ou, por outras palavras, de relações lógicas.

Ainda é importante fazer referência a Pierre Bourdieu (1930-2002), que raramente utilizou o conceito antropológico de cultura, entendendo-o num sentido mais limitado e clássico, que remete para as obras culturais, ou seja, as produções simbólicas, socialmente valorizadas, que relevam do domínio das artes e das letras.

Diante desse percurso apresentado acima, é importante destacar a complexidade da realidade humana e social, não suscetível de ser encaixada em categorias redutoras e que por isso, é necessário discutir a relação entre cultura e informação, entendendo esta última não no sentido da teoria matemática da comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver.

Na definição de Morin (2003),

a cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana. Cada cultura concentra em si um duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras): por outro, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores) (MORIN, 2003, p.159).

Há, em ambos os capitais, uma matriz cognitiva/intelectual e emocional que se acha plasmada no modo de definir informação como um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas [...], mas também, uma dimensão técnica, no leque semântico da palavra cultura que extravasa os limites conceituais da informação.

Sendo assim, reformulando a definição proposta por Edgar Morin (2003), as materializações culturais (objetos e costumes) estão na categoria 'capital técnico',

enquanto o 'capital cognitivo' absorve o conceito estrito de cultura (letras, artes e ciência) aceito pelas escolas e teorias em geral e é nesta categoria que está inserido o conceito de informação, devido à semelhança semântica.

Para Stuart Hall (1997), a importância das mudanças culturais do final do século passado reside principalmente em sua amplitude de impacto, uma vez que as mesmas aconteceram em escala global, e em seu caráter democrático, possibilitado pela facilidade de acesso. Hall ressalta o lugar de centralidade que a cultura ocupa na sociedade pós-moderna.

A cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. Uma proporção ainda maior de recursos humanos, materiais e tecnológicos no mundo inteiro são direcionados diretamente para estes setores [...] (HALL, 1997, p.2).

No século XXI, o uso da cultura pelo poder público e privado se diversifica. Segundo Yúdice (2004), o século XXI marca a passagem da cultura-mercadoria para a cultura-recurso. Isso significa que a cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, não apenas visando o retorno institucional que as empresas privadas têm através do patrocínio cultural, mas principalmente no fato de que a cultura está sendo invocada para resolver problemas que antes eram de domínio da economia e da política.

Neste contexto, os conceitos de cultura e de informação se aproximam, uma vez que, o desenvolvimento e difusão generalizada das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's, na Sociedade da Informação, promovem a centralidade da informação na vida social e transformam-na em instrumento de mediação entre o homem e a realidade. A informação torna-se, assim, matéria-prima para a elaboração da cultura, vista aqui como instrumento de cidadania, de promoção e resgate da identidade coletiva (RAMOS, 2008, p.58).

Segundo Ramos (2008), a segunda metade do século XX teve como principal característica um deslocamento do sistema produtivo global, que passou da produção de bens materiais para a produção de informação; com isso, uma

verdadeira revolução social, caracterizada pela preponderância da informação e do conhecimento nos processos sociais e produtivos, tomou corpo, através do uso em larga escala da tecnologia da informação, conforme foram citadas desde a década de 1970 por diversos autores, como Daniel Bell (1978)⁷, Toffler (1980)⁸, Nora e Mink (1980)⁹, Castells (1999), e outros.

Castells (1996) adota a nomenclatura “*sociedade informacional*” e destaca que “a informação e o conhecimento sempre foram cruciais em todos os modos de desenvolvimento do capitalismo, mas que, no século XX, a informação e o conhecimento tornaram-se as principais fontes de produtividade e poder” (CASTELLS, 1996, p.16). A partir dessa consideração, vê-se que o processo envolve um conjunto de mudanças que passa pela ordem a cultura, da economia, da política e da ideologia.

Em relação à informação, afirma Ramos (2008), o que se pode afirmar é a sua centralidade em todos esses processos. Ela é produzida, utilizada, manipulada, vendida, ganha força em si mesma, transforma-se em fonte de poder; desta forma, é, ao mesmo tempo, força motriz e instância de mediação. A informação altera a relação com a realidade social, ao promover a mediação entre os indivíduos e os fatos sociais que acontecem à sua volta. Para Marteleto (1987), a informação é, ao mesmo tempo, instrumento de mediação e produto social.

[...] A informação, enquanto objeto produzido socialmente, e hoje submetido às determinações do mercado possui aspectos tanto de objeto técnico (formatação, tratamento e recuperação automáticos), quanto de objeto cultural (conhecimento). Pela maneira como é produzida e veiculada, a informação tem propriedades tanto de um bem de produção (aumento da produtividade, lucro), quanto de um bem cultural (veiculação do conhecimento) (MARTELETO, 1987, p.179).

Nesse sentido, afirma-se a relação entre informação e sociedade ou conhecimento e sociedade, não apenas como subtópicos de estudo de um campo ou disciplina, mas segundo Marteleto (1987) como modo essencial de constituição

⁷ BELL, D. **O advento da sociedade industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1978.

⁸ TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. ¹⁴ NORA, S.; MINC, A. **A informatização da sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

dos fenômenos culturais, discursivos, simbólicos, dos sentidos, e a relevância interdisciplinar das teorias sociais na compreensão das questões práticas e teóricas da informação. Sendo assim:

informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais. Informação, conhecimento, comunicação são fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos (MARTELETO, 1987, p.102).

De acordo com Ramos (2008), o paradigma da Sociedade da Informação postula que a informação ocupa uma posição de centralidade no mundo contemporâneo, pois é com base na informação que cada setor da sociedade se organiza e define suas estratégias de ação: é a informação a matéria-prima para tomada de decisão de instituições e empresas em todo o mundo. Atualmente, a posse de informação é sinônimo de poder; a informação circula em âmbito global e em tempo real [...], o acesso à informação está na ordem do dia de instituições, órgãos governamentais e empresas; importância da informação para o mundo atual e as transformações provocadas na sociedade são questões que têm merecido a atenção de cientistas em todo o mundo.

Nesse contexto, desenvolveu-se a Ciência da Informação, um campo de conhecimento voltado para a complexidade da questão informacional. Seu objeto de estudo constitui o elemento fundamental da nova ordem social, um conceito amplo, multifacetado, de difícil apreensão: a informação.

A Ciência da Informação (C.I.), segundo Saracevic (1996), é um campo de conhecimento que se dedica ao estudo da informação, em sua amplitude e sob múltiplas perspectivas. É uma ciência contemporânea, cujo nascimento é datado da segunda metade do século XX, relacionada à explosão informacional que caracterizou o período imediatamente posterior a II Guerra Mundial, “[...] momento em que a informação se torna basilar para o progresso econômico ancorado no binômio ciência e tecnologia” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p.42) e tem ainda como características gerais a ligação inexorável com a interdisciplinaridade e uma inserção significativa no processo de evolução da atual Sociedade da Informação.

Segundo Shera e Cleveland (1977):

a Ciência da Informação é a ciência que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para uma acessibilidade e usabilidade ótimas. Os processos incluem a origem, coleta, organização, recuperação, interpretação e uso da informação [...]. (SHERA; CLEVELAND, 1977, p.12).

Enquanto ciência interdisciplinar dialoga com a Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação, Comunicação, Ciências Sociais e com a evolução do campo, tem se voltado mais recentemente aos aspectos sociais e culturais do mundo humano.

Le Coadic (2004), em sua definição de C.I., reforça essa tendência ao afirmar que a Ciência da Informação com a preocupação de esclarecer o problema do acesso e uso da informação pelo ser social, coloca-se no campo nas ciências sociais que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. Saracevic (1996) também reforça esse pensamento ao afirmar que é um campo dedicado [...] aos problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.

Buscando sair das perspectivas norteadas pelos paradigmas físico e cognitivo da C.I., com início em 1945 e se estendendo até os anos 90, no que diz respeito ao fenômeno informacional, em 1995, Capurro e Hjørland (2003) propuseram como reorientação para a área, o *paradigma social da Ciência da Informação*.

O olhar lançado pelos autores muda o foco de estudo do fenômeno físico (informação como coisa) ou do fenômeno cognitivo individual (informação como estado mental de um indivíduo) para o fenômeno social, que prioriza a informação coletiva, as estruturas de conhecimento e as instituições de memória dos grupos sociais.

Essa mudança tem impacto direto nas atividades, processos desenvolvidos e nos eixos de atuação das unidades de informações, a saber: espaço, acervo, mediação e gestão; pois nesse paradigma, os usuários e a comunidade na qual estão inseridos são a chave para pensar no acesso, disseminação e uso da informação, levando-se em conta as necessidades específicas de cada grupo social.

“Informação, nesse sentido é aquilo que é informativo para determinada pessoa” (RAMOS, 2008, p. 36).

Assim, Capurro e Hjørland (2003) afirmam que o processo de geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação, presente no dia-a-dia das bibliotecas públicas, por exemplo, deve ser baseado em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer em âmbito coletivo e individual.

Com o trabalho de Capurro e Hjørland (2003), as contribuições de Saracevic (1996) e Le Coadic (2004), entre outros autores, o campo de estudos da informação social ganhou consistência e se consolidou no âmbito da Ciência da Informação. Nesse cenário, a informação encontra-se relacionada às dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas. Os processos de acesso, produção, armazenamento, uso e disseminação da informação fazem parte do cotidiano dos grupos e indivíduos, interferem em seus modos de vida e dão o tom da cultura contemporânea.

O campo da informação social é constituído considerando a amplitude da inserção e do uso da informação pela sociedade contemporânea, ligada ao movimento dos grupos sociais e contextualizada historicamente. O campo da informação social entende a sociedade como um produto dos homens e, ao mesmo tempo, o homem como um produto social.

A constituição do campo de conhecimento chamado de *Informação Social*, no Brasil, está profundamente vinculada às mudanças que aconteceram na sociedade brasileira a partir dos anos 1970. Esse período foi marcado pelo surgimento de inúmeros movimentos sociais organizados que, com uma presença crescente no cenário político e cultural, provocaram várias mudanças no ambiente acadêmico.

Grupos de bibliotecários e outros profissionais da informação começaram a ser confrontados com a nova feição que os organismos sociais adquiriram e as novas demandas que surgiam relacionadas aos serviços prestados no âmbito das bibliotecas, centros de documentação, arquivos e outros, e com isso começou-se a questionar sua prática e a buscar possibilidades, alternativas de exercício profissional. Foi nesse contexto, segundo Cardoso (1994), que a proposta de

democratização da informação, que relaciona informação e cidadania, adquiriu importância no meio acadêmico brasileiro.

A informação é uma força constitutiva da sociedade. Segundo Marteleto e Nascimento (2004), os processos de produção, transferência e uso de informações são processos sociais, que se desenrolam na sociedade, em meio às relações sociais, concatenados ao desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Marteleto (1994) defende que a informação é a “forma e fundo da cultura moderna”, é também matéria-prima e substrato do produto cultural, pois a informação alimenta, gera subsídio, interage e interfere nos processos artístico-culturais.

Assim, entende-se que o estudo da relação entre cultura e informação no mundo contemporâneo constitui um importante objeto de estudo da Ciência da Informação, seja através de análises de comportamento de usuários de sistemas de informação voltados para a cultura, ou de necessidades e usos de fontes de informação de natureza cultural ou ainda de equipamentos disseminadores de informação no campo da cultura, como é o caso das bibliotecas públicas, sejam elas governamentais ou não governamentais.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA: centro cultural, lugar de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura

De acordo com Martins (2002), no decorrer de sua existência material e espiritual, o homem sentiu a necessidade da criação de um ambiente que permitisse armazenar, organizar, controlar e recuperar as informações, impedindo assim sua dispersão. Para alguns historiadores, a existência de "bibliotecas" antecedeu aos registros escritos, para outros surgiu concomitantemente a eles.

De acordo com Fonseca (2007), a palavra *biblioteca* vem do grego *bibliothéke*, e que no latim *bibliotheca*, tem como raiz βιβλίον (*biblíon*) eθήκη (*théke*). A primeira significa livro, apontando como a raiz latina *liber*, para a entrecasca de certos vegetais com a qual se fabricava o papel na Antiguidade. Théke, por sua vez, é qualquer estrutura que forma um invólucro protetor: cofre, estojo, caixa, estante, edifício.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (2009)* traz as seguintes definições: 1. coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizados para estudo, leitura e consulta; 2. Edifício ou recinto onde se instala essa coleção; 3. Estante ou outro móvel onde se guardam e/ou ordenam livros; 4; Processamento de Dados. Coleção ordenada de modelos ou rotinas ou sub-rotinas por meio da qual se podem resolver os problemas e suas partes. No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (2009)* também é usada em sentido institucional, designando órgãos da administração pública (a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Pública Estadual etc.) ou privada e como título de coleções bibliográficas, e mesmo de obras individuais e coletivas.

Entre as bibliotecas que se destacaram, na Antiguidade, estão as egípcias, sendo a de Alexandria a mais famosa; as bibliotecas de Nínive e Rodes, na Mesopotâmia; a biblioteca de Pérgamo e de Atenas, na Grécia e as bibliotecas públicas romanas.

Quanto à criação, Battles (2003) destaca que a biblioteca de Alexandria, exemplo de grande influência exercida na cultura antiga, foi fundada durante o reinado de Ptolomeu Sóter, no século III a.C., para ser o espaço capaz de concentrar em si toda a sabedoria acumulada pelo mundo grego e reunir, num

mesmo lugar, todos os livros da terra, ação que produziu efeitos intelectuais, influenciou os modos da escrita, da leitura e a forma de gerir a memória da humanidade.

Aliada a um museu e a uma academia, em termos atuais, essa biblioteca seria uma combinação de centro de pesquisa, editora, instituto de estudos linguísticos, museu e repositório cultural, funções essas que muitas bibliotecas de hoje ainda estão por alcançar (BRAGA, 2004, p. 25).

Fora dos limites de Alexandria, na Antiguidade, Martins (2002) registra que, na Grécia, a primeira biblioteca foi estabelecida por Pisístrato (506-527 a.C.), com caráter de biblioteca pública e com finalidade de “reunir as obras de Homero e outros rapsodos para realizar o que hoje chamaríamos de primeira edição.” (MARTINS, 2002, p.76)

Quanto aos romanos, Martins (2002) destaca o seu grande interesse pela palavra escrita e oral:

é um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra escrita ou oral, como instrumento da ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas. Nisto, aliás, neste último traço, está gravado o caráter de um povo, voltado para a conquista do mundo e capaz de imediatamente perceber a utilidade de todas as armas: com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e, posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das ideias, dos projetos e dos empreendimentos (MARTINS, 2002, p.77).

Na Mesopotâmia, de acordo com Battles (2003), as informações contidas nas bibliotecas, diferente dos rolos de papiro de Alexandria, resistiram ao fogo porque tinham os livros gravados em argila. Seus acervos literários continham profecias, fórmulas de encantamento, hinos sagrados, peças literárias escritas em diversas línguas da Mesopotâmia. Essas bibliotecas chegaram ao seu apogeu durante o reinado de Assurbanipal II, que governou a Assíria no século VII a.C. Foi ele quem organizou, na antiga cidade de Nínive, uma grande biblioteca que chegou a abrigar 25 mil placas, a qual era considerada amplamente organizada.

As bibliotecas antigas, no conjunto, são assim caracterizadas por Samaran¹⁰ (1939) citado por Martins (2002):

os antigos povos do Oriente, por exemplo, os assírios e os egípcios, parecem ter conhecido apenas as bibliotecas religiosas, e a sua noção de biblioteca se confundia com a de arquivos; não se tratava de bibliotecas em que um público, mesmo restrito, fosse admitido à consulta; os livros eram reservados a oficiantes ou comentadores quase funcionários. Com os gregos, uma evolução se produziu. A biblioteca de Pérgamo, a de Alexandria foram sem dúvida, ao mesmo tempo, conservadoras de textos profanos e órgãos difusores do pensamento, sem que saibamos claramente se eram reservadas somente aos eruditos ou a um público mais largo. Eram, em todo caso, instituições oficiais, e o seu orçamento dependia das finanças públicas ou da lista particular do soberano. (SAMARAN, 1939 citado por MARTINS, 2002, p.74).

Com relação às bibliotecas medievais, Martins (2002) considera que foram simples prolongamento das antigas, tanto pela composição, quanto pela organização, natureza e funcionamento. Ele as denomina, de acordo com o poder de quem as mantém e por elas se responsabiliza, a saber: monacais, universitárias e particulares.

Nesse período histórico, conforme destaca Le Goff (2003), ocorreram profundas transformações, essencialmente em virtude da difusão do cristianismo como religião e como ideologia, exercendo forte monopólio sobre o funcionamento das bibliotecas.

Às monacais, situadas no interior dos conventos e dos mosteiros, competia, de acordo com Martins (2002), exercer o trabalho escriturário como dever piedoso, porém selecionando e condenando ao fogo as produções classificadas como pagãs.

Por outro lado, autores como Michon (1931)¹¹ e Dahl¹² (1933 citados por MARTINS, 2002) reconhecem a importância do trabalho escriturário dos monges para a preservação de muitas obras da Antiguidade e para a própria origem do livro no Ocidente.

¹⁰ SAMARAN, Charles. La civilisation écrite. Encyclopédie Française. v.18. Paris: Larousse, 1939.

¹¹ MICHON, Louis-Marie; CALOT, Frantz; ANGOULVENT, Paul. **L'art du livre em France. Des origines à nos jours**. Paris: Delagrave, 1931.

¹² DAHL, Svend. **Histoire du livre de l'Antiquité à nos jours**. Paris: J. Lamarre, 1933.

Em relação às bibliotecas universitárias da época, Bonnerot¹³ (1927 citado por MARTINS, 2002) as descreve como:

um lugar sagrado e augusto, no qual só se entra de beca e boné. Quando a leitura termina é aconselhável refletir e meditar, passeando devagar ao longo da galeria coberta que rodeia a biblioteca. Depois, quando as sombras da noite se adensam, cada um se recolhe à sua casa, visto ser proibido, por prudência trazer lanterna... (BONNEROT, 1927, citado por Martins, 2002, p. 90).

A existência do espaço sagrado e augusto nas universidades, contudo, ainda não significava que o acesso às informações estivesse socializado. Sobre as bibliotecas particulares, Martins (2002) aponta que elas eram mantidas por imperadores e grandes senhores, posteriormente transformadas em bibliotecas oficiais, empregando copistas para multiplicarem os manuscritos, como ocorreu nas bibliotecas bizantinas. Segundo o referido autor, teria sido a fuga dos monges e sábios de Bizâncio para o Ocidente, a responsável pelo acesso deste aos manuscritos greco-latinos, que tornaram possível o resgate dessa literatura para que houvesse a Renascença.

Constata-se, que, da Antiguidade até a Idade Média, “a figura do leitor era quase inexistente, pois os progressos instrucionais eram lentos, mesmo entre as classes privilegiadas e, dentre as finalidades das bibliotecas, não constava a difusão dos saberes para uma coletividade mais ampla” (BRAGA, p.24, 2004).

Martins (2002) reforça essa afirmativa quando diz que do ponto de vista intelectual, a humanidade se dividiu, por séculos e séculos, entre ‘clérigos’ e ‘laicos’, entre iniciados à palavra e os não iniciados, sendo compreensível que a presença de leitores circulando por espaços de leitura não fosse uma prática comum. A biblioteca de Nínive, por exemplo, tinha uma única porta para dar acesso ao interior do edifício, característica que a sacralizava como uma instituição inibidora do acesso aos leitores comuns.

A invenção da imprensa, entre 1450 e 1455, por Gutenberg (1398-1468), é considerada por muitos autores ponto decisivo para a criação de um grande

¹³BONNEROT, Jean. *La Sorbonne. La vie, son rôle, son oeuvre à travers les siècles*. Paris: PUF, 1927.

conjunto de leitores e para o desenvolvimento de uma atividade de publicação intensa.

Parecia que se iniciava um afastamento do “culto aos mortos”, ao que era sagrado e que, por isso, merecia ser guardado e escondido, para celebrar a vida que, marcadamente, em relação às bibliotecas, se caracterizava pela laicização, democratização, especialização e socialização.

Sendo assim, do mesmo modo que o livro fora dessacralizado para tornar-se instrumento de trabalho, que a vida social se submetia cada vez mais aos documentos em vez dos dogmas, aos contratos em vez dos mandamentos.

Segundo Braga (2004), a partir do livro tipográfico (Século XV), várias transformações são verificadas nas comunidades leitoras e livrescas; como por exemplo, a sua proliferação. A autora comenta ainda os avanços mais acentuados na ciência e tecnologia, certa diminuição do analfabetismo, a criação de universidades e, conseqüentemente, a necessidade de atendimento aos estudos acadêmicos, os quais dentre outros fenômenos, contribuíram para uma revolução nas funções da biblioteca, que se torna, progressivamente, um centro de divulgação do saber.

A biblioteca passa a gozar, [...] do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas [...]foi o livro, ou seja, a biblioteca, um dos instrumentos mais poderosos da abolição do ‘antigo regime” (MARTINS, 2002, p. 323-324).

A uma democratização do espaço, correspondia o preparo do ambiente para atender as especificidades próprias das necessidades sociais e das relações que os leitores, agora provenientes de classes diversificadas, passavam a ter com a leitura e a escrita. Desse modo, a biblioteca:

não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade [...] (MARTINS, 2002, p.325).

O autor continua dizendo que, ao desempenhar esse papel, a biblioteca também amplia o sentido da palavra “pública”, que passa a não se aplicar só à

biblioteca administrada por órgãos governamentais ou por entidades particulares, mas passa a ter uma noção de prestação de serviço público, entendido como “tudo o que deve comportar de flexibilidade e de adaptação a necessidades variadas”. (CAIN¹⁴, 1939, citado por MARTINS, 2002, p. 326).

Historicamente, a contemporaneidade começa com a Revolução Francesa, em 1789, e se prolonga até os nossos dias. É no século XIX que surge um novo tipo de biblioteca – a de empréstimo, em que a informação materializada nos livros passa a circular entre os usuários. O citado século foi palco de uma "segunda revolução gutenberguiana" encabeçada pela imprensa industrial, que contribuiu para a democratização da biblioteca e de seu aporte informacional, somente insinuada nos séculos precedentes.

Na medida em que acontecia a evolução social e tecnológica, diversificavam-se os instrumentos e o conteúdo de registros, de modo que a biblioteca pudesse acompanhar o desenvolvimento e estar disponível e apta a atender as necessidades diversificadas do público, que já não conseguia armazenar na memória individual o conteúdo das bibliotecas, tal era o seu volume. A hegemonia da escrita dava sinais de que se estabelecia mediante a necessidade de um mundo plural.

Assim, no início do século XX, “pode-se observar a proliferação da informação registrada em diferentes suportes, o que acaba por inviabilizar a manutenção de uma biblioteca domiciliar” (BRAGA, 2004, p.26). Então, “as bibliotecas tornam-se um recurso absolutamente indispensável, espaço de preservação e difusão [...]” (CHARTIER, 2002, p. 124-126).

Contudo, a onda desenvolvimentista ainda reservava outra revolução instrumental: a II Guerra Mundial – que contribuiu para que a revolução eletrônica, segundo Le Goff (2003), viesse a se constituir num auxiliar no intuito de expandir o legado da humanidade, produzido por todas as áreas do conhecimento e sendo determinante para o seu progresso. Sendo assim, a biblioteca lança mão do recurso eletrônico para dar conta de novas necessidades, atenta, entretanto, a descartar o que se torna obsoleto e a incorporar a novidade.

Ao tratar do tema, Jacob (2008) traz uma definição ampla de biblioteca quando afirma que:

¹⁴ CAIN, Julie. La civilisation écrite. In: Encyclopédie Française, v. 18. Paris: Larousse, 1939.

lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira (JACOB, 2008, p.53).

Como nó de uma rede, a instituição biblioteca é o espaço onde circulam matérias que se tornam signos, que se revestem de significado. Ao coletar, preservar e disponibilizar informações oportuniza a resolução da contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar, constituindo-se como intérprete e intermediário entre presença e ausência. Implica ainda compreender a natureza dos materiais utilizados na construção dos acervos, os agentes de conservação e os conceitos de serviços e sua disponibilização nos diferentes períodos históricos.

A biblioteca é:

o cruzamento paradoxal de um projeto utópico – fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios de pensamento humano confiados à escrita – com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons (JACOB, 2008, p.10).

Além de ser lugar de memória na qual se depositam os extratos das inscrições deixadas pelas gerações, a biblioteca é:

espaço dialético no qual, em cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções (JACOB, 2008, p.11).

Quando Jacob afirma que uma biblioteca só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores, ele atenta para a possibilidade de metamorfose dos leitores e das leituras, das políticas de domínio e de comunicação da informação, em que:

cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização, através das quais o saber extraído dos livros é reelaborado, classificado, pronto para ser novamente mobilizado na

escrita de novos textos, instrumento de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo (JACOB, 2008, p.12).

Milanesi (1997) reforça essa ideia quando relata que no seu interior [da biblioteca] “tudo é informação e toda informação é mutante: livros, discos, vídeo, telas, esculturas, objetos, a paisagem externa, formam um todo complexo e inter-relacionado” (MILANESI, 1997, p.17).

Nuñes (2002) amplia a missão da biblioteca, defendendo-a como:

um centro cultural, um lugar de encontro onde cabem todos os cidadãos, independentemente de sua idade, formação, sexo, classe social ou profissional. A biblioteca é para todos e, por isso, deve dar respostas às necessidades informativas, de entretenimento, etc., que solicitem. Essas necessidades devem formular-se tanto no continente (edifício) como no conteúdo (fundo documental de diferente suporte) (NUÑES, 2002, p.242).

Na obra “Casa de Invenção”, Milanesi (1997) discute a relação entre biblioteca e centro cultural e descreve vários casos de criação de casas de cultura no país. Segundo o autor, a política cultural estabelecida no Brasil a partir da década de 40 colocou as bibliotecas públicas dentro de uma categoria à parte, sem relações orgânicas com o tecido cultural. As bibliotecas estabeleceram-se como instituições a serviço unicamente da escola e de seus alunos, sem ter um objetivo específico nem desempenhar um papel próprio no campo das atividades culturais.

A biblioteca ficou como o lugar da coleção de livros e o centro cultural como o local de atividades menos convencionais e mais criativas, como o teatro e as exposições. Assim, criaram-se conceitos diferentes, separando o acesso ao conhecimento (bibliotecas) da criação de um conhecimento novo (centros de cultura).

Contudo, segundo Ramos (2008), desde o início dos anos 90, para a autora, já não é mais possível construir uma biblioteca pública e um centro de cultura, como entidades distintas, pois a primeira deixou de ser apenas uma coleção de livros e a segunda só pode existir se as informações estiverem disponíveis. O caminho, portanto, é o do espaço polivalente, que integra o acesso ao conhecimento às ações de discussão, criação de novos conhecimentos e difusão de novas informações.

Nessa perspectiva, alguns autores, como Milanesi (1997), Cardoso & Nogueira (1994) e Nascimento (2004), sustentam que com a evolução tecnológica e desenvolvimento das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), foram criados novos mecanismos de acesso, seleção, organização e difusão das informações e, ao mesmo tempo, foram desenvolvidos outros modos de registrar e acessar a informação, relacionados ao aparecimento de novos suportes e mídias para registro; por isso, hoje, mais do que nunca, as bibliotecas públicas precisam evoluir do perfil tradicional para se tornarem, cada vez mais, centros culturais.

Neste contexto, o acervo tradicional composto por documentos em papel e coleções bibliográficas precisa ser superado, bem como o papel das estruturas envolvidas no processo informacional. É preciso diminuir os obstáculos entre o usuário e o acervo, especialmente quando se acessa a área da biblioteca, onde os documentos estão dispostos de modo a facilitar o acesso, e o público pode pegar, folhear, ler, ouvir, comparar e comentar as informações acessadas.

Para Nuñez (2002):

é muito importante saber que biblioteca queremos, que biblioteca consideramos a mais idônea para nossos usuários, qual vai ser o funcionamento da mesma e de cada uma de suas seções. Isso requer conhecer a fundo a cidade e o tipo de biblioteca que vamos planificar e outras características, como tipo de usuários tanto reais como potenciais, para adaptar a biblioteca a essas características (...) (NUÑES, 2002, p.243-244).

A ideia contemporânea de biblioteca é, portanto, a de um centro cultural. É o que afirma também Teixeira Coelho (1997):

se a biblioteca moderna e pré-moderna era o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta (ou quer ser) como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados (COELHO, 1997, p. 78).

Os centros culturais surgem como um modelo alternativo, que vem sendo desenhado e experimentado em diversos lugares do mundo. Abrigam, ao mesmo tempo, a identidade individual e a coletiva, por isso a sua democratização é fundamental como instrumentos que possibilitam ao homem o contato com a produção cultural para fruir e produzir.

Campos (1995) afirma que as bibliotecas entendidas como centros culturais, são núcleos de uma expressão cultural viva, criados para propiciar e desenvolver uma dinâmica cultural, com o objetivo de favorecer uma ação cultural na qual importa a criação, e não apenas o consumo, de cultura.

A mesma questão também é observada por Botelho (2003) que, ao analisar os equipamentos culturais da cidade de São Paulo, descreve a situação das bibliotecas públicas da capital:

pertencentes à esfera municipal, a maioria das bibliotecas têm ações que ultrapassam suas obrigações tradicionais, mantendo projetos para públicos específicos, tais como os de estímulo à leitura, voltado para crianças, assim como projetos para a terceira idade. Desenvolvem, ao mesmo tempo, uma gama de atividades ligadas às artes (dança, música, teatro, por exemplo). Algumas têm um núcleo Braille, outras mantêm pequenos museus ligados à história do bairro. Uma delas mantêm sessões semanais de cinema, numa região em que não há nenhuma sala cinematográfica comercial. Ou seja, percebe-se um esforço de se responder a demandas mais amplas do que simplesmente colocar livros à disposição de consulentes, funcionando, em alguns casos, como pequenos centros culturais (BOTELHO, 2003, p.6).

Portanto, dentro de uma concepção contemporânea, as bibliotecas públicas, enquanto centros culturais, devem buscar caminhos para que sua atuação seja a de um centro aglutinador, gerador e disseminador de ações culturais e de informação. Para Milanesi (1997), o que caracteriza esses espaços é a reunião de produtos culturais, sejam de que natureza forem, a possibilidade de discuti-los e a prática de criar novos produtos. São, portanto, espaços para conhecer, discutir e criar. “Quem entra num centro cultural deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais” (MILANESI, 1997, p. 28).

Quando pensamos nas bibliotecas que vêm atuando como centros culturais espalhados pelo mundo, é possível observar uma tendência para o acúmulo de funções; o uso da tecnologia de forma a propiciar a criação de ambientes interativos e a espetacularização da cultura e da arte, visto que a cultura necessita de um espaço para si, pois é aquela que nasce da inquietação, do conhecimento, da reflexão compartilhada. Como coloca Milanesi, “os centros culturais são espaços para cultivar a capacidade de romper e criar” (MILANESI, 1997, p. 145).

Assim, os centros de cultura são espaços que aglutinam atividades de criação, reflexão, fruição, distribuição de bens culturais. Constituem um núcleo articulador e gerador de ações culturais de criação. Devem dispor de infraestrutura que permita o trabalho cultural e devem propiciar o encontro criativo entre as pessoas.

Para Teixeira Coelho (1997), estes centros têm que criar condições para o surgimento de uma cultura viva, uma cultura que se faz pela experiência, que implica em consciência, entrega, disciplina e comprometimento. Uma cultura viva é construída pelos próprios sujeitos, em interação com outros sujeitos, com a obra de arte, com a informação; inseridos em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico.

Ramos (2006) afirma que sejam quais forem as condições de atuação, o centro de cultura deve ser um espaço de descoberta, de desvelamento da realidade. Um centro de cultura deve fazer uma clara opção pelo indivíduo numa situação coletiva; ele só tem razão de existir se está comprometido com a formação de sujeitos e sua inserção na coletividade, valorizando ao mesmo tempo a diversidade e a individualidade.

Primeiramente, as bibliotecas públicas devem se apresentar como sendo um espaço da comunidade, interagindo com os acontecimentos locais, onde as pessoas devem se sentir convidadas a entrar e participar; tais centros culturais devem estimular seus frequentadores a expressarem o que percebem e sentem, devem possibilitar que todos participem ativamente como criadores e se apropriem do espaço.

Ainda segundo Ramos (2006), os centros culturais são o lugar onde a experiência deve se dar e, por isso, deve haver espaço para fazer circular ideias, sons, imagens, pensamentos que propiciem que o frequentador explore sua própria subjetividade e se encontre com suas próprias emoções.

Desta forma, estes espaços, segundo Cenni (1991), devem proporcionar algo que vá além dos modelos escolares, das propostas eruditas e das práticas desinteressadas do lazer. Pois, “a função do centro cultural é procurar reativar as diferenças, diversificar o pensamento e mostrar que há outras formas de se olhar

para o mundo além dos discursos oficializados pela escola, pela instituição e pela mídia” (CENNI, 1991, p. 199).

A biblioteca pública pode, através da ação cultural, fazer com que as pessoas tomem consciência de si mesmas diante de si mesmas e do coletivo. E como a experiência da vida social situa-se, em sua maior parte, em grupos, o centro cultural deve promover trabalhos com grupos, utilizando a matéria cultural do coletivo, de modo a propiciar a conscientização da pessoa e da sociedade.

O centro cultural deve promover encontros, debates, estimular e favorecer a convivência, como é colocado por Widmer¹⁵ (1979, citado por RAMOS, 2008), “implantadas num contexto urbano ou em região metropolitana, oferecem o lugar apropriado de encontro e transformação [...] dos homens entre si. Têm a finalidade da transformação de um privilégio em bem comum” (WIDMER, 1979, p. 32, citado por RAMOS, 2008, p.97).

Para o referido autor, o centro cultural é um instrumento de prática ideológica e política, e não um posto de serviço ou um centro de compras culturais. Não deve estar vinculada a uma camada ou classe social, mas também não pode ser apolítica ou neutra em suas ações. Milanesi (1997) também toca na relação entre o centro e a cidade; para ele, o centro cultural deve estar conectado à cidade, deve estar atento e responder às demandas e anseios dos cidadãos, deve propiciar o encontro entre as pessoas e a cidade, deve possibilitar o entendimento dos acontecimentos contemporâneos e deve prestar serviços à população (fornecer informações e dados, esclarecer dúvidas, facilitar o acesso).

As bibliotecas públicas, vistas sob a perspectiva de centros culturais, são instituições que nasceram no contexto da Sociedade da Informação, e que por isso, devem estar atentas às mudanças sociais, necessidades coletivas e formulações culturais características do mundo contemporâneo. Para Ramos (2006), questões como globalização, tecnologias de informação e comunicação, identidade cultural e a importância da informação e do conhecimento estão na ordem do dia e devem estar contempladas nas ações e na própria maneira como esses espaços se organizam e atendem a seus usuários.

¹⁵ WIDMER, Ernst. Problemas da Difusão Cultural. In: Cadernos de Difusão Cultural. Salvador: Universidade Federal da Bahia –UFBA, 1979.

Ainda segundo Ramos (2006), os centros culturais atuam como espaço de encontro, experimentação e reflexão, mas, também como equipamento disseminador de informação. Isso acontece quando divulga suas atividades entre os usuários; quando promove seminários e debates; quando possibilita o acesso à internet e disponibiliza para seu público equipamentos multimídia; quando promove lançamento de livros, sessões de cinema, etc. Enfim, ao mesmo tempo em que realiza a ação cultural, o centro realiza a ação informacional.

Para Teixeira Coelho (1986), uma das principais funções atribuídas a um centro de cultura é permitir a liberdade de chegar ao conhecimento e de discuti-lo. O acesso à informação, sua amplificação através da discussão e da análise, seu registro e preservação, a construção de informações novas e a disseminação das informações construídas estão entre as muitas ações que devem ser realizadas no interior desse espaço de cultura. Isso porque, cultura e informação, no mundo contemporâneo, são duas faces de uma mesma moeda, a ação informacional está implícita nas atividades promovidas pelos centros de cultura.

Silva (1995) caracteriza o centro cultural como um organismo de informação, pois seria um local onde as pessoas encontram as informações úteis no dia-a-dia. Para ela, o centro cultural:

visa reunir bens culturais e colocá-los à disposição do público. [...] Entretanto, ele quer mais, quer ser um espaço de criação de novos bens. Isto garante a sua funcionalidade. Ao reunir os bens culturais pode se promover também a sua reinterpretação. O conhecimento adquire um caráter dinâmico. [...] Tudo passa a ser informação (SILVA, 1995, p.46).

Para Teixeira Coelho (1986) e também Milanesi (1997), os centros devem realizar ações que integrem três campos comuns ao trabalho cultural: criação, circulação e preservação. Para o primeiro campo, devem-se incorporar ações que visam estimular a produção de bens culturais. Devem-se promover oficinas, cursos e laboratórios; deve-se investir na formação artística e na educação estética de modo a possibilitar o contato sensível com o mundo, a ampliação das percepções e o aprendizado das diferentes formas de expressão artística.

Outra responsabilidade que os centros culturais têm é com a distribuição dos bens culturais e a circulação de informação. Uma vez produzido o bem cultural este

deve ser tornado público, através de ações que possibilitem a participação da sociedade. A circulação do bem cultural e da informação, de acordo com Milanesi (1997), cria novas demandas culturais e informacionais, e esta é uma condição básica do trabalho cultural.

Da mesma forma, as demais funções a que se destinam os centros de cultura, como formação artística, estética e de público; fruição e recepção crítica de bens culturais; reflexão e construção da identidade estão ancoradas no acesso à informação. Por isso, Milanesi (1997) entende que os três verbos fundamentais a serem conjugados num centro de cultura são: informar, discutir e criar.

Informar seria o primeiro verbo conjugado num centro de cultura. A informação deve estar organizada e acessível. O centro deve disponibilizar a mais variada coleção de registros do conhecimento humano, apresentados em livros, jornais, revistas, fotos, discos, filmes e tantos outros tipos de suporte quanto a tecnologia permitir. As informações devem ser organizadas com os recursos da informática, que ficam mais baratos a cada dia e que permitem o acesso via computador e internet (RAMOS, 2006, p.103).

Ainda segundo a mesma autora, outro verbo importante a ser conjugado num centro cultural é: discutir. O centro de cultura deve abandonar a postura passiva das antigas bibliotecas, que organizavam as informações para atender a uma demanda e passar a oferecer a oportunidade de reflexão e crítica. Devem ser organizados seminários e ciclos de debates para que a ação de discutir potencialize a informação e, desta forma, se torne peça fundamental da ação cultural.

Por fim, o terceiro verbo, criar, é aquele que dá sentido aos demais. É, segundo Ramos (2006) o objetivo primeiro de um centro cultural, que deve ser gerador de estímulos, de novos discursos, de novas propostas. Assim, junto ao acervo e às atividades de discussão, deverão estar disponíveis salas para oficinas, laboratórios, experiências criativas, onde os frequentadores possam investigar, propor, expressar-se. A invenção, segundo Milanesi (1997), só é possível mediante um trabalho de organização de estímulos e eliminação de obstáculos à liberdade de expressão. Os centros culturais, “indo contra os preceitos que pedem aos homens que não inventem, que não ousem, que não saiam da rotina, devem centrar na

invenção de discursos o seu objetivo. Ou há criatividade ou não existe ação cultural” (MILANESI, 1997, p.181).

Assim se dá, nestes espaços, o ciclo da ação cultural:

o público tem acesso às informações, as elabora e discute para, finalmente, criar seu próprio discurso, expressá-lo por meio de diversas linguagens expressivas e, sempre que possível, registrá-lo para possibilitar a uma ação cultural contínua e permanente (RAMOS, 2006, p. 104).

Para Milanesi (1997), no que diz respeito à informação, a preocupação básica de um centro cultural deve ser com a gerência da informação para uma determinada coletividade e não com a gerência de um acervo. O acervo é posto a serviço da coletividade, mas a ação que objetiva informar vai muito além dos limites de uma coleção. O autor afirma que a base de toda atividade cultural é a disponibilidade de informações. É um equívoco imaginar que o desenvolvimento (do que quer que seja) se fará sem o controle da informação localizável e de fácil acesso, pois, nada poderá ser inventado sem que se conheçam as invenções precedentes.

É preciso, essencialmente, conhecer o que já foi criado para poder criar uma nova expressão. Mas nada disso seria possível, no mundo atual, sem a organização, o acesso e a distribuição da informação. Por isso, o centro cultural, além de local de encontro, criação e fruição estética, deve ser um banco de informações culturais, com seu acervo bibliográfico, sua hemeroteca, discoteca e videoteca.

De acordo com Ramos (2006), nesse processo de promover acesso e a transmissão do conhecimento, os autores alertam para a necessidade de se levar em conta o perfil do usuário, suas demandas informacionais e o uso que cada frequentador do centro cultural faz da informação ali recebida ou acessada, pois, “a informação seria traduzida em conhecimento quando de sua assimilação e incorporação ao mundo do receptor, e aquele, por sua vez, a convertesse em ação” (NASCIMENTO, 2004, p.42-43).

Cenni (1991) propõe que os centros culturais funcionem como um espaço de “congestões” culturais, ajudando as pessoas a digerirem os milhares de produtos culturais e informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa. A principal função destes espaços, nesta perspectiva, seria a de auxiliar as pessoas a processarem os símbolos presentes em sua cultura, capacitando-se para dialogar

com estes símbolos e, inclusive, tornarem-se produtores de novos símbolos, novas significações e novas atitudes. Assim, “os centros culturais poderiam funcionar como um espaço de leitura crítica, apropriação, conciliação e intervenção na contemporaneidade, propondo uma relação de diálogo com a cidade, a comunidade, as pessoas, o seu entorno” (CENNI, 1991, p.206).

Segundo Ramos (2006), originando-se nas bibliotecas tradicionais, os centros de cultura têm a função primordial de garantir o direito à informação, de permitir a liberdade de chegar ao conhecimento, discuti-lo e produzir novo conhecimento. A informação é a matéria-prima da cultura dos homens contemporâneos. É forma e fundo, é linha e tecido, é também o divisor de águas.

Assim, cabe às bibliotecas públicas, enquanto espaços de invenção e criatividade, fornecer aos seus usuários a matéria-prima para transformar a realidade em que vivem e, desta forma, possibilitar que cada um, junto com todos, possa apropriar-se de sua cultura. A matéria-prima, no mundo contemporâneo, é a informação produzida, transmitida, preservada. Essas instituições, nos moldes dos centros de cultura, caracterizam-se, então, como legítimos centros de informação.

Trazendo para o contexto brasileiro, as bibliotecas públicas, de acordo com Santos (2010), diante da escassez de documentos e da existência de poucas pesquisas sobre a temática, pouco se sabe sobre a existência de livros e bibliotecas na primeira metade do século XVI no Brasil, já que “os livros no Brasil Colonial eram escassos, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica” (SANTOS, 2010, p.52).

Deve-se a Moraes (1979) o levantamento mais eficiente e detalhado das bibliotecas existentes no Brasil no período colonial, em que, segundo ele, nos três primeiros séculos de colonização, o país contava com bibliotecas dos mosteiros, conventos e de colégios religiosos bem como de bibliotecas particulares, do qual não há muitas informações sobre essas nos séculos XVI e XVII. De acordo com Martins (2002), poucas pessoas livres possuíam livros e estas eram, principalmente, de Minas Gerais: padres, advogados e cirurgiões possuíam as maiores e melhores bibliotecas.

Santos (2010, p.51) afirma que “o aparecimento de livros, instituições de ensino e, posteriormente, as bibliotecas, só ocorrerão a partir de 1549 com a

instalação do Governo Geral, em Salvador (Bahia)”. Foi a partir dessa data que, de fato, iniciou-se o sistema educacional no Brasil, com o estabelecimento dos conventos de diversas ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus – e, conseqüentemente, a formação dos primeiros acervos no país.

De acordo com Santos (2010, p.51), no Brasil, a história das bibliotecas até o início do século XIX pode ser resumida em três etapas sucessivas. “Inicia-se com as bibliotecas dos Conventos e Particulares, passa-se pela fundação da Biblioteca Nacional e chega-se até a criação da Biblioteca Pública da Bahia”.

Segundo Fonseca (2007), no Brasil Colônia, meados do século XVI, as primeiras bibliotecas brasileiras foram organizadas pelos jesuítas que concentravam os livros nos Conventos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus, a começar pelo da Bahia que, no princípio tinha caráter privativo e com o tempo se tornou público. Também na Bahia surgiu a primeira biblioteca monástica, com a fundação, em 1582, de um mosteiro beneditino. Outras ordens religiosas foram se estabelecendo no Brasil – franciscanos, carmelitas, oratorianos, mercedários – e, com elas, novas bibliotecas. Sendo assim, até metade do século XVIII, as bibliotecas dos Conventos foram centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros.

A existência de uma vida cultural mais significativa passou a ocorrer a partir do século XVIII, que segundo Moraes (1979), estava concentrada no norte do país, sendo lá o início da produção literária, período que ele chamou de “Idade Média Brasileira”.

Em 1773, de acordo com Souza (2005), houve a extinção da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal que expulsou dos Jesuítas do Brasil, confiscou seus bens, e com isso, as Bibliotecas Jesuítas tiveram seus acervos amontoados em lugares impróprios durante anos, até que se findassem os inventários dos bens e sua destinação final.

Segundo Santos (2010, p.53), na passagem do século XVIII para o XIX,

a leitura e os livros foram tornando espaço no Brasil. Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos.

Em 1810, instala-se no Rio de Janeiro, a Biblioteca Real trazida durante a transferência da família real portuguesa para o Brasil, com um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas para o Brasil. Sendo oficialmente inaugurada em 13 de maio de 1811, data de aniversário de D. João, nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, sendo franqueada apenas aos estudiosos mediante prévia solicitação. Só em 1814, a biblioteca foi aberta ao público e em 1821 foi publicado seu estatuto, que com 32 artigos, pouco difere da maioria dos regimentos de algumas das bibliotecas públicas criadas anos depois. Com a Independência do Brasil, passou-se denominar Biblioteca Nacional.

De acordo com Souza (2005), a biblioteca permaneceu por quase 50 anos em um prédio inadequado, enfrentando problemas de orçamento, graves deficiências no tratamento do acervo, despreparo e má remuneração dos funcionários e falta de segurança. Somente em agosto de 1858, a Biblioteca Nacional se mudou para o Largo da Lapa, depois da insistência de um dos seus diretores, o monge beneditino Camilo de Montserrat.

Contudo, diante das obras de expansão do acervo e com o desenvolvimento da produção editorial, a generalização do depósito legal, as compras e doações de grandes coleções, além do crescimento da população letrada, foram exigidos espaços mais amplos e acondicionamentos apropriados às diferentes espécies documentais. A biblioteca só teve um prédio próprio e definitivo em 1910, quando se mudou para a Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro.

Em 13 de maio de 1811, inaugura-se a Biblioteca Pública da Bahia, na administração de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos e então Capitão-General da Província da Bahia. Surge por iniciativa de um rico senhor de engenho, *Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco* e de um grupo de homens cultos, que criam um plano – “*Plano para o estabelecimento de huma biblioteca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos*”, impresso pela conhecida Typographia de Manuel Antônio da Silva Serva - e inspirado, ao que parece, nas bibliotecas públicas que apareceram durante o século XVIII nos Estados Unidos e na Europa.

De acordo com Moraes (1979), era a primeira com um caráter verdadeiramente público uma vez que as dos Conventos não eram públicas e a Real

Biblioteca do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido apenas transferida de sede.

Ainda segundo Moraes (1979), a biblioteca da Bahia, contou inicialmente com apenas quatro mil livros, sendo três mil em língua francesa, e vivia das doações de sessenta provincianos, seus primeiros sócios, no valor anual de dez mil Réis cada. Tendo como primeiros diretores, *Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco* e *Dr. José Avelino Barbosa e Lúcio José de Matos*, bibliotecário.

Após passar por intempéries diversas (falta de recursos financeiros, pragas, incêndios, mudanças de instalações, alagamentos) teve seu verdadeiro renascimento em 1939, segundo Moraes (1979), quando Jorge Calmon assumiu a direção da biblioteca e durante três anos de trabalho e dedicação total à instituição, conseguiu dar-lhe vida nova, integrando-a nas modernas tendências do pensamento contemporâneo e justificando assim, o seu título de biblioteca pública.

A partir de então, de acordo com Fonseca (2007), várias outras iniciativas governamentais surgiram para criação de bibliotecas em meados do século XIX, surgindo outras bibliotecas estaduais no Brasil, como as de Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1858), Alagoas (1865), Ceará (1867), Amazonas e Rio Grande do Sul (1871).

Contudo, foram criadas sem levar em consideração a definição de uma infraestrutura adequada, culminando com instalação de bibliotecas em "[...] locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados etc. [...]" (SUAIDEN, 2000, p. 52).

Fonseca aponta que "depois de alcançar períodos de esplendor, a maior parte dessas bibliotecas entrou em decadência, vítimas, talvez, da burocracia governamental" (FONSECA, 2007, p. 57).

"Tendo o livro como principal produto, a história das bibliotecas brasileiras ao longo da República Velha e da Primeira República [...] contou com um retraimento de usuários devido ao ensino precário e de acesso restrito" (Braga, 2004, p. 30), sendo poucas as pessoas eruditas que se interessavam pela informação bibliográfica, já que, segundo Gomes (1983), o contexto exigia o fornecimento de informações utilitárias e de cidadania para beneficiar grande percentual da população que era analfabeta. Observa-se assim, que a ideia de biblioteca pública

brasileira já nasceu desvirtuada em relação à realidade, onde existem desnivelamentos regionais marcantes.

Ao tratar de biblioteca pública, enquanto local inegável aberto a transmissão do conhecimento, que oferece oportunidades para o cidadão, o *Manifesto da Unesco* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) traz a seguinte definição e diretrizes:

a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. [...] Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais (MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 1994).

Esse Manifesto retrata a biblioteca pública como força em prol da educação, da cultura e da informação, além de instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre povos e nações, sendo, pois, considerada como uma necessidade de qualquer sociedade. Porém, “para que ela se faça útil, deve estar de acordo com os determinantes econômicos, políticos e culturais da população a que se destina” (BRAGA, 2004, p.31).

De acordo com Shera (1976)¹⁶, em sua obra *Introduction to Library Science*, a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade. Para esses educadores, o programa nacional de educação somente se completaria com o estabelecimento de bibliotecas para todo o povo, enfaticamente consideradas “a glória suprema de nossas escolas públicas”.

¹⁶ SHERA, Jesse. **Introduction to Library Science**: basic elements of library service. Colorado: Libraries Unlimited Inc, 1976.

Embora Milanesi (1989) afirme que a ideia de biblioteca como depósito de livros ou coleção já está “morta há várias décadas (...) desde que o suporte da informação superou a forma do livro e da própria escrita” (MILANESI, 1989, p.188); a realidade brasileira é outra. A maior parte das autoridades brasileiras – federais, estaduais e municipais – ignora o papel da biblioteca pública apontado por um manifesto da Unesco¹⁷: a biblioteca como força viva para a educação popular.

Enquanto países mais desenvolvidos continuam apoiando as bibliotecas públicas,

as bibliotecas públicas brasileiras são antes bolorentas repartições estaduais ou municipais do que, como na América do Norte e na Europa, órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer. Fossem nossas autoridades educacionais conscientes da importância que as bibliotecas públicas podem exercer, por exemplo, na alfabetização de adultos e na educação permanente – importância proclamada pela Unesco desde suas primeiras publicações e comprovada em países dos mais diferentes níveis econômicos[...] (FONSECA, 2007, p.56).

De acordo com Milanesi (1989), esse subdesenvolvimento já começa nas escolas que, mesmo tendo uma biblioteca, não sabe o que fazer com ela, pois dentro do sistema de ensino que prevalece não há lugar para ela, sendo na maioria das vezes mantidas sob a tutela de professores afastados da sala de aula.

Milanesi (1989, p.87) ainda faz duras críticas afirmando que “é na escola que se aprende a ler e, paradoxalmente, a não ter prazer pela leitura e, mais grave, a ler os livros sem, ao mesmo tempo, ler a vida. O livro na escola brasileira ainda é instrumento de aprovação”.

De acordo com Santos (2010), um momento bastante significativo na história das bibliotecas públicas brasileiras deu-se em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro - INL, órgão federal subordinado ao Ministério da Educação,

teve a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento de livros e a melhoria dos serviços bibliotecários, priorizando a instalação de bibliotecas públicas em todo o País, e representou uma resposta do governo federal aos intelectuais que criticavam a falta de uma política cultural, fato esse aflorado na Semana de Arte Moderna, em 1922 (BRAGA, 2004, p.31).

¹⁷ UNESCO. *La biblioteca pública, fuerza viva para la educación popular*. Paris: 1959.

Contudo, a atuação do INL não aconteceu de acordo com sua concepção filosófica; e “o que se presenciou foi uma desenfreada distribuição de livros, cujos benefícios se estendiam mais para as editoras do que para as prefeituras, chegando ao extremo de se estabelecer como critério para as doações, a compra de livros por parte das prefeituras” (MILANESI, 1986, p. 94). Mesmo assim, não se pode deixar de destacar que as grandes contribuições do INL foram “a incorporação das bibliotecas públicas à agenda governamental, o crescimento dos acervos e o apoio ao desenvolvimento da Biblioteconomia no país” (BRAGA, 2004, p. 31).

Outras medidas foram tomadas com vistas ao desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras, como a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas, em 1961, um projeto que não vingou e, sete anos depois, foi incorporado ao INL, passando a coordenar a política nacional de bibliotecas públicas. Nessa época, segundo Braga (2004), foram firmados 'convênios' com as prefeituras para o desenvolvimento de um trabalho em parceria para manutenção de bibliotecas públicas.

Com a reforma do ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei 5.6921/71, que tornou obrigatória a pesquisa por parte do estudante e em razão da carência de bibliotecas nas escolas, os alunos passaram a utilizar as poucas bibliotecas públicas existentes, levando-se ao fenômeno da escolarização da biblioteca pública que, desde então, passou a priorizar o atendimento à classe estudantil em detrimento de outros segmentos da comunidade que também necessitavam dos serviços bibliotecários.

Assim, as bibliotecas públicas, que, teoricamente, serviriam à maioria da população, durante décadas se voltaram quase que exclusivamente para o atendimento do público dos estudantes em estado de pesquisa, deixando de lado o seu papel básico: prestação de serviços à coletividade no âmbito do interesse geral; além de não receberem incentivos que as fizessem sair de secular imobilismo.

Embora o Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas (1994) defenda que elas atuem como um centro de informação para a coletividade, um espaço que se abre para o lazer; e de preservação da memória, sabe-se que a biblioteca pública ainda permanece distante dessas formas de ação. É preciso que essas bibliotecas direcionem o seu acervo e atividades a fim de atender aos desejos de seus usuários.

Milanesi(1989) é bem enfático quando diz:

[...] se o povo não procura a biblioteca, como poderá construí-la no dia-a-dia? Se o povo não tem escolas adequadas, como pensar em bibliotecas públicas? Enfim, se a população tem necessidade de proteína, valerá que se alimente de livros? (MILANESI, 1989, p.93).

Sendo assim, ele afirma que a biblioteca não pode ser algo distante da população como um posto médico que ela procura quando tem dor. “Ela deve ser um local de encontro e discussão, um espaço onde é possível aproximar-se do conhecimento registrado e onde se discute criticamente esse conhecimento”. (MILANESI, 1989, p. 93). Caso contrário, haverá acervos inúteis ou enciclopédias para estudante copiar verbetes.

Não é possível pensar a biblioteca hoje sem que se considere a liberdade de acesso à informação como um direito humano para o exercício do pensamento criador. Sendo assim, Milanesi destaca que há um círculo perpétuo:

a informação produzida é organizada e colocada à disposição de um determinado público. Esse tem acesso aos dados, combinando-os, fazendo análise e crítica. Essa ação pode gerar um novo produto informativo que, por sua vez, deve ser integrado num serviço que permite o acesso do público (MILANESI, 1989, p.97).

A biblioteca, enquanto espaço de informação, acompanhou a evolução do aumento significativo do número e da variedade de documentos produzidos no século XX, abrindo espaços para essas novas possibilidades de conhecer, estabelecendo novas formas de organização, permitindo ao público o acesso livre à informação.

Contudo, a maioria dos governos estaduais e municipais, que quase sempre explicam que os poucos investimentos no segmento se deve à falta de recursos, continuam, por vezes, dando prioridade a realizações menos importantes, onde na relação, quase sempre polêmica, entre o custo e o benefício, a biblioteca ora surge como um supérfluo caro ou como uma necessidade relativamente barata, de acordo com a ótica dos gestores públicos.

Milanesi (1989) afirma que a questão do espaço é complexa, pois dependendo da visão que se tem da biblioteca, alguns gestores arquitetam um

espaço que se resume basicamente em dois ambientes: o depósito de livros e o local de leitura, além de salinhas secundárias, sendo raro se pensar a biblioteca como um espaço para a circulação de pessoas entre informações (livros, revista, vídeo, palestra, filme, recital, jornal...). Os poucos investimentos com a parte da arquitetura é justificado, às vezes, pela ideia de que fazer cultura não exige, necessariamente, grandes investimentos.

Outro problema destacado por Milanesi (1989) ainda na década de 1980 e que continua afetando diretamente o desenvolvimento das bibliotecas brasileiras é a mão-de-obra, já que a maioria das bibliotecas públicas brasileiras não possuem bibliotecários em seus quadros de funcionários.

Quem exerce a função geralmente são funcionários das prefeituras sem a formação e os requisitos adequados para tal, além da falta de formação contínua dos mesmos. Há ainda, a questão dos professores readaptados que por algum problema, geralmente de saúde, são afastados das salas de aula e lotados nas bibliotecas.

Os gestores públicos de muitas secretarias de educação e cultura dos municípios brasileiros afirmam que o piso salarial de um bibliotecário estaria acima das possibilidades do orçamento, e que por isso, optam pelos professores readaptados, sendo poucos os casos em que o bibliotecário é contratado para atuar na rede escolar ou para prestar serviços juntos às bibliotecas municipais. O resultado disso, sendo Milanesi (1989) é uma distorção profissional que leva a um desempenho insuficiente por parte de funcionários, mesmo aqueles com disposição e atuantes dentro desses espaços, mas sem as bases necessárias para desenvolver um trabalho menos improvisado.

Em função disso, ainda é grande o número de bibliotecas, algumas até com grandes coleções, que não contam com um catálogo ou mesmo uma classificação que permita separar nas estantes livros de um mesmo assunto. O que se busca, portanto, “é a formação necessária para que os funcionários que nela atuem possam oferecer serviços de qualidade, além do respeito à legislação quanto à contratação de profissionais da área para atuarem na gestão desses espaços” (MILANESI, 1989, p.102).

Sendo assim, conforme Milanesi (1989, p. 103), o esforço deverá ser no sentido de “incrementar a biblioteca, transformando-a efetivamente num centro onde não apenas se tem o acesso à produção cultural da humanidade, mas onde também se produz cultura”, pois,

na medida em que a biblioteca assume a função de casa da cultura, que mantém uma infraestrutura que permite o exercício de uma série de atividades no campo das artes, torna-se claro que a biblioteca abrigue também o fazer. Isso significa uma transformação radical, uma vez que ela sempre se caracterizou como uma instituição que organiza a informação, colocando-a a disposição do público. Agora o que se propõe é a transformação da biblioteca em um espaço também do fazer criativo (MILANESI, 1989, p.103).

Porém, conforme Milanesi (1989) já apontava há décadas atrás, não será possível chegar a essa biblioteca sem a participação forte da coletividade, ainda que o Estado deva estar presente, dando apoio quer na parte material, quer na coordenação, pois muitas bibliotecas caem nos municípios como um presente, sem que a população seja consultada, sem que haja discussão. Por isso, se faz necessário que as bibliotecas estejam integradas num todo orgânico, ou seja, que os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas presentes em cada estado seja fortalecido e que haja o estabelecimento de redes de bibliotecas públicas com as demais instituições já existentes, como por exemplo, as bibliotecas comunitárias.

Nessa perspectiva, o profissional bibliotecário e todos os que atuam nas bibliotecas são participantes da vida da comunidade, entendendo o papel a ser desempenhado pela biblioteca dentro da comunidade e atuando no sentido de construí-la dia-a-dia num trabalho de mediador do acesso, uso e disseminação da informação e da cultura.

Enfim, a biblioteca sob essa perspectiva é “um esforço de crescimento coletivo, é a ação que leva a repensar a informação. A biblioteca só atinge plenamente a sua função quando, além de propiciar a leitura, garante a seu público o ato de dizer e escrever” (MILANESI, 1989, p.107).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

A expressão “*políticas públicas*” teve origem nas ciências sociais e política, mas é usada em diversas áreas implicando num alto grau de polissemia ao termo. Expressões como “política” e “políticas públicas” comportam variadas acepções, concepções e definições.

De acordo com Muller e Surel¹⁸ (2004, citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009) na língua inglesa o termo “*policies*” é a expressão utilizada para designar a ação pública, ou seja, os processos que elaboram e implantam programas e projetos públicos. O tipo ou modelo de Estado é quem vai determinar, em parte, o conceito de políticas públicas. Por isso, antes de entrar na temática das políticas públicas, propriamente dita, faz-se necessário conceituar o termo “Estado”.

O Estado nem sempre existiu, conforme afirma Ianni¹⁹ (1986 citado por PEREIRA, 2011), ele é criatura da sociedade. O Estado só se tornou uma instituição verdadeiramente política, com ascendência sobre as demais instituições, no século XVII, quando adquiriu *persona* própria, separada da *persona* do governante e de influências religiosas – graças à ascensão da organização burocrática e de seu relativo distanciamento do controle da sociedade civil (Creveld, 2004).

Foi somente com Hobbes (1588-1679) e seu *Leviatã*, no século XVII, que o Estado passou a ser verdadeiramente encarado como uma entidade artificial (e não natural) e, por conseguinte, separada tanto da pessoa do governante quanto da função de governo. “Isso marcou o início do reconhecimento liberal da separação entre as esferas pública e privada que, até então, encontravam-se na mistura entre as pessoas física e jurídica dos governantes”. (PEREIRA, 2011, p.140)

O conceito de Estado é amplo e complexo, existindo grande discordância entre os autores sobre sua caracterização. Os que tentam defini-lo, ressaltam quatro elementos que o constituem:

- a) “*um conjunto de instituições e prerrogativas*, dentre as quais o poder coercitivo;
- b) *o território*, um espaço geograficamente delimitado onde o poder estatal é

¹⁸ MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

¹⁹ IANNI, Octavio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

exercido;

c) *uma máquina burocrática* capaz de administrar as instituições e as políticas governamentais; arrecadar e gerir recursos; zelar pela ordem pública interna e externa; imprimir e assegurar o desenvolvimento econômico; realizar estudos, pesquisas e construir dados estatísticos cada vez mais precisos sobre eficiência e eficácia das ações estatais;

d) *um conjunto de condutas e comportamentos gerais* e previsíveis regulados pela máquina burocrática do Estado dentro de seu território, o que ajuda a criar e manter uma cultura política comum a todos os que fazem parte da comunidade nacional ou do que muitos chamam de nação (PEREIRA, 2011, p.142).

Ao se falar em *Estado* é preciso especificá-lo, ou seja, qualificá-lo, porque entendido como fato histórico, ele existe sob diferentes modalidades e configurações. Um mesmo país pode, em determinado momento, conviver com um Estado totalitário, mas, em outro momento, conviver com um Estado democrático, como é o caso do Brasil.

O Estado, além de ser um conceito complexo, é um fenômeno *histórico* – porque não existe de forma absoluta e inalterável, além de ser aquela organização fundada na política como atividade humana, uma construção mundana (e não divina) com vista à preservação da vida em sociedade, sendo um fenômeno em movimento e constante mutação, que deve ser pensado e tratado como um processo.

Também de caráter *relacional* porque

não é fenômeno isolado, fechado, ou circunscrito em si mesmo, mas em constante relação, relação de caráter dialético, que propicia um incessante jogo de oposições e influências recíprocas entre sujeitos com interesses e objetivos opostos. Também não é um fim, mas um meio que interage com outros meios para atingir objetivos que os ultrapassam. Por isso, ele não é autossuficiente ou autônomo (PEREIRA, 2011, p.145).

Conforme afirma Ianni (1986 citado por PEREIRA, 2011), só se pode entender o Estado pelas suas interdependências, dentre as quais a que ele mantém com a *sociedade*, já que, esta é o seu principal oposto, mas também o seu principal termo de complementação. É por meio da relação dialética com a sociedade que o

Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes e assume diferentes responsabilidades, inclusive as de atender demandas e reivindicações discordantes.

Sendo assim, o Estado não é uma entidade desgarrada da sociedade, nem a única força organizada e autossuficiente no contexto da vida social, nem um instrumento exclusivo da classe dominante.

Na verdade, conforme Poulantzas²⁰ (1981), ele é uma instituição constituída e dividida por interesses diversos, tendo como principal tarefa administrar esses interesses, mas sem neutralidade. E é por meio de um aparato institucional (burocrático, jurídico, policial, ideológico) que exerce seu domínio sobre a sociedade, embora seja influenciado por esta. Sendo assim,

o Estado, apesar de possuir autonomia relativa, em relação à sociedade e à classe social com a qual mantém maior compromisso e identificação, tem que se relacionar com todas as classes sociais para se legitimar e fortalecer sua base material da sociedade, pois é esta que o engendra e o mantém, e não o contrário (PEREIRA, 2011, p.147).

Daí porque, como diz Ianni (1986),

o Estado pode ser considerado o lugar de encontro e a expressão de todas as classes porque, embora ele zele pelos interesses das classes dominantes e tenha, ele mesmo, um caráter de classe, esse zelo se dá de forma contraditória. Ou seja, para manter as classes dominadas excluídas do bloco do poder, ele tem de incorporar interesses dessas classes e acatar a interferência de todos nos assuntos estatais para poder se legitimar e preservar o próprio bloco no poder. É relacionando-se com todas as classes que o Estado assume caráter de *poder público* e exerce controle político e ideológico sobre elas (IANNI, 1986 citado por PEREIRA, 2011, p. 147).

No contexto capitalista, fazem parte dessa arena tanto interesses dos representantes do capital, com o objetivo de reproduzir e ampliar a rentabilidade econômica privada, quanto dos trabalhadores, cujo objetivo é compartilhar da riqueza acumulada e influir no bloco do poder. Nesse sentido, “o Estado representa mais do que um conjunto de instituições com autoridade para tomar decisões e

²⁰ POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

exercer poder *coercitivo*, pois se revela também uma relação de *dominação*” (PEREIRA, 2011, p.148).

A literatura da área mostra que é nos Estados Unidos, na década de 1950, do século XX, que as políticas públicas passaram a ser objeto de preocupação e estudo. Surgiram para garantir o direito à satisfação das necessidades básicas como saúde, educação, moradia, segurança pública, cultura, transporte.

De acordo com Pereira (2011), foi a partir do segundo pós-guerra (1945-1975), que houve a institucionalização do Estado de Bem-Estar ou do *Welfare State*, fenômeno histórico específico do século XX, em que as políticas públicas, com destaque para a política social, se tornaram um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais de cidadania.

Muito do que se sabe sobre o *Welfare State* com suas políticas, seu aparato institucional, suas justificações teóricas e ideológicas e seu acervo técnico-profissional tem a ver com os rumos adotados pelo sistema capitalista, que deixou de ser liberal, nos anos 1940, por uma questão de sobrevivência, para ser temporariamente regulado.

Seu surgimento está relacionado a demandas por maior igualdade e reconhecimento dos direitos sociais e segurança econômica; fazendo com que autores como Gough²¹ (1982) vejam o *Welfare State* como

um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integridade do modo de produção capitalista (GOUGH, 1982 citado por PEREIRA, 2011, p. 87).

Apesar disso, foi nesse período de auge do Estado de Bem-Estar (1945-1975) que se instituíram, expandiram-se e multiplicaram-se direitos de cidadania e fortaleceram-se instituições democráticas.

No final dos anos 1940, o sociólogo inglês T.H. Marshall²² elaborou uma teoria que incluiu na categoria dos direitos de cidadania os serviços sociais públicos, incumbindo ao *Welfare State* o seu provimento e garantia. Pois, “para que as pessoas consumam como cidadãos, o Estado deve proporcioná-lo e, portanto, é

²¹ GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del Bienestar**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

²² MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

obrigado a empreender certas ações específicas (BARBALET²³, 1989, p.38 citado por PEREIRA, 2011, p.97).

Marshall expôs que a cidadania compunha-se de três grupos de direitos, que se desenvolveram em diferentes épocas: os *civis*, surgidos no século XVIII; os *políticos*, no século XIX; e os *sociais*, no século XX, sendo estes últimos conquistados por meio de movimentos democráticos e que passaram a ser amparados por instituições públicas.

Os *direitos sociais* referem-se a

tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p.63-64 citado por PEREIRA, 2011, p. 96).

Aqui, faz-se importante frisar que “não é possível falar de Estado sem relacioná-lo à *sociedade*, e vice-versa, pois, onde quer que ambos compareçam, um tem implicações no outro e se influenciam mutuamente” (PEREIRA, 2011, p.135). E com o intuito de dar conta dos objetivos definidos nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com o conceito de *sociedade civil*, tal como entendido por Gramsci (1891-1937), um dos maiores pensadores sociais, de filiação marxista, sobre essa matéria.

Embora o termo *sociedade civil* já tenha sido empregado por vários pensadores no campo da política nos últimos séculos, foram os liberais, dentre os quais Hobbes, seguido de Locke, entre outros, que o incorporaram, a partir do século XVII, na teoria moderna. Os *jusnaturalistas* modernos concebiam a *sociedade civil* (organizada, institucionalizada) em oposição à sociedade *natural* (espontânea, primitiva, anárquica), sendo, pois, a primeira com sentido idêntico ao de *sociedade política*, de Estado.

O que se entende hoje por *sociedade civil*, com base em Gramsci (1978), difere frontalmente do que era entendido na sua acepção original e liberal, pois para ele, *Sociedade civil*

é o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o

²³ BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.

sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico (COUTINHO, 1996, p.54).

De acordo com Secchi (2013), a área de políticas públicas consolidou, nos últimos sessenta anos, um corpus teórico próprio, com um vocabulário voltado para a compreensão de fenômenos de natureza político-administrativa.

O ano de 1951 pode ser considerado o marco de estabelecimento da área disciplinar de estudos de políticas públicas. Foi neste ano, que dois livros fundamentais da área de políticas públicas foram publicados: *The governmental process*²⁴ (1951), de David B. Truman, sendo nos estudos sobre os processos de políticas públicas no Executivo, Legislativo, Judiciário e no corpo burocrático da administração pública; e *The policy sciences*²⁵ (1951), de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, que contém um capítulo intitulado "*The policy orientation*", no qual se discute o crescente interesse de pesquisadores sobre a formulação e avaliação de impacto das políticas públicas.

De acordo com Souza (2007), os fundamentos disciplinares dos estudos de políticas públicas (policy studies) estão nas ciências políticas, na sociologia e na economia; sendo que outras disciplinas têm contribuído para os estudos de políticas públicas, são elas: a administração pública, a teoria das organizações, a engenharia, a psicologia social e o direito.

Os conhecimentos produzidos pela área de políticas públicas vêm se mostrando úteis e largamente utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam com problemas públicos em diversos setores de intervenção e que precisam tomar decisões em políticas de saúde, educação, segurança, habitação, defesa nacional, transporte, saneamento, meio ambiente, gestão pública, desenvolvimento, assistência, cultura, entre muitas outras.

No campo das políticas públicas estudos setoriais, como é o caso da presente pesquisa, as características político-administrativas são semelhantes, já que os problemas públicos surgem e necessitam de estudo de alternativas de solução; os métodos de tomada de decisões e os obstáculos de implementação são

²⁴ TRUMAN, D. B. **The governmental process**: political interests and public opinion. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.

²⁵ LERNER, D.; LASSWELL, H. D. **The policy sciences**: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press, 1951.

essencialmente parecidos; e a avaliação de impacto das políticas públicas específicas para determinado setor, também pode ser feita de forma analiticamente parecida.

Politics, na concepção de Bobbio (2002), é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Outro sentido da palavra "política", de acordo com Secchi (2013), é expresso pelo termo *policy* em inglês, sendo essa dimensão de "política", a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação.

Sendo assim, o termo política pública (*public policy*) está vinculado a esse segundo sentido da palavra "política", pois “as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2013, p.1).

Na definição de Matias-Pereira (2008), política pública compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, sendo que personagens envolvidos nesses conflitos são denominados “atores políticos”. Contudo, elas não devem ser entendidas como meros planos e programas, mas compreendida em suas várias dimensões, como um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, representando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em determinada área.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma ação pública, vez que é coordenada pelo Estado, através dos diversos entes da federação, das suas funções básicas (administrativa, legislativa, jurisdicional) e dos diversos órgãos públicos. Podem ser sociais, econômicas, diplomáticas e não visam apenas às pessoas em situação de vulnerabilidade, mas a todos.

Jardim, Silva e Nharreluda (2009) fazem menção à afirmação de David Easton (1917-1996), cientista político canadense, quando afirmou que uma política é “uma teia de decisões que alocam valor”. Os autores comentam ainda, com base nos estudos de Dagnino (2002), que uma política pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (ou não ação), mais do que decisões ou ações específicas.

Jenkins (1978)²⁶ aponta que política é “conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada”. (JENKINS, 1978 citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUDA, 2009, p. 10).

Nessa mesma direção, Subirats (1989) aponta que política pública “normalmente implica uma série de decisões. Decidir que existe um problema. Decidir que se deve tentar resolver. Decidir a melhor maneira de resolver. Decidir legislar sobre o tema”. (SUBIRATS, 1989, p. 4 citado por SECCHI, 2013, p.3).

Jardim, Silva e Nharreluda (2009) apontam algumas características comuns às políticas públicas: relações de poder e legitimidade; espaços de trocas; elementos de valor e conhecimento; normas, regulamentos e procedimentos; necessidades de escolhas; sentidos e valores culturais; uma ideologia que as gere e as sustente; planejamento orçamentário.

Os autores apresentam também: organograma e estrutura organizacional hierárquica setorial; integração e inter-relacionamento entre seus vários aspectos e níveis; programas e projetos específicos; dinamismo para as necessárias atualizações; participação dos setores interessados; representação democrática da sociedade na sua formulação e implantação; atendimento de diferentes demandas; e critérios de aferição e avaliação de seus resultados.

Uma política pública é, portanto, dinâmica e mutante. Tende a se alterar ao longo do tempo, sob a redefinição de diretrizes e novos objetivos. Para entender melhor o conceito de política, Dagnino *et al* (2002, citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUDA, 2009, p. 12) sintetiza a temática em 10 (dez) tópicos:

a) necessidade de distinção entre política e decisão, pois a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão);

b) distinção entre política e administração;

c) política envolve tanto intenções quanto comportamentos;

d) ação como não-ação;

²⁶ Jenkins, William. **Policy Analysis: A Political and Organizational Perspective**. London: Martin Robertson, 1978.

- e) pode determinar impactos não esperados;
- f) os propósitos podem ser definidos *ex post*: racionalização;
- g) processo que se estabelece ao longo de curto, médio e longo prazo;
- h) envolve relações intra e inter organizações;
- i) é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;
- j) é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.

Além disso, Jardim; Silva; Nharreluda (2009) assinalam que para se identificar uma política pública alguns critérios são necessários: existência de um conjunto de medidas concretas; estar inscrita em um quadro geral de ação, nunca ocorrer isoladamente; possuir sempre um público; possuir objetivos definidos. Na verdade, não se trata apenas de um conjunto de decisões, afinal, precisa ser concebida, formulada e implantada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam mutuamente em um ambiente de conflitos e consensos.

Reconhecida a realidade e as circunstâncias em que as políticas públicas serão formuladas e pretendem surtir efeito, sua implantação depende de planejamento estratégico, o que, por sua vez, significa também atuação política sustentada e prolongada no tempo.

Ainda conforme Jardim, Silva e Nharreluda (2009. p. 3), “[...] as políticas públicas configuram-se em processos complexos e característicos da contemporaneidade”. A essência da formulação, implantação e avaliação de qualquer política está nas escolhas, confrontos e ações de grande impacto em vários níveis da vida social. Por isso que, “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2013, p.2).

Diante da disparidade de respostas para alguns questionamentos básicos sobre temática, na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública. Eis os principais questionamentos:

- a) “Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais?

b) Políticas públicas também se referem à omissão, ou à negligência?

c) Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas?”(SECCHI, 2013, p.2).

Na literatura especializada de estudos de políticas públicas, os autores e pesquisadores defendem a *abordagem estatista* (state-centered policy-making) que considera as políticas públicas, monopólio de atores estatais, o que determina se uma política é ou não "pública" é a personalidade jurídica do ator protagonista.

Conforme apontam Bucci (2002), Howlett, Ramesh e Pearl (2013), na abordagem estatística, o elemento definidor de política pública refere-se: “a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito de sua competência e é coletivamente vinculante”. (SECCHI, 2013, p. 3). Além disso, de acordo com Melo (1999), no caso brasileiro, essa vinculação de política pública se dá com a tradição intervencionista do Estado brasileiro em toda história do pensamento político nacional.

Já os autores como Dror²⁷ (1971), Kooiman²⁸ (1993); Rhodes²⁹ (1997); Regonini³⁰ (2001) e Hajer (2003) defendem *abordagens multicêntricas* no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas, como é o caso desta pesquisa, consideram que as organizações não governamentais, privadas, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, são protagonistas no estabelecimento das políticas públicas, pois atribuem o adjetivo "pública" a uma política, quando o problema que se tenta enfrentar é público.

Nessa abordagem, admite-se que atores não estatais até tenham influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não é conferido a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública. No entanto, do ponto de vista analítico, acredita-se que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas, e por isso que esta pesquisa opta

²⁷ DROR, Y. **Design for policy sciences**. Nova York: American Elsevier Pub, 1971.

²⁸ KOOIMAN, J. **Modern governance: new government-society interactions**. Londres/Califórnia: Newbury Park/Sage, 1993.

²⁹ RHODES, R. A. W. Understanding governance: governing without government. **Political Studies**, n.44, p.652-667, 1996.

³⁰ REGONINI, G. **Capire le politiche pubbliche**. Bologna: Il Mulino, 2001.

pela abordagem multicêntrica, por vários motivos.

A abordagem multicêntrica tem inspiração em filósofos e cientistas políticos como *Karl Polanui* (1886-1964) e *Elinor Ostrom* (1933-2012), que ao longo de suas produções intelectuais estudaram e defenderam interpretações policêntricas da ciência, da política e da economia. Segundo Aligica e Tarko (2012, p, 250), a abordagem policêntrica “envolve a existência de múltiplos centros de tomada de decisão dentro de um conjunto de regras aceitas”. Em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional-legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens.

Nessa abordagem, adota-se um enfoque mais interpretativo do que seja uma política pública e entende que a interpretação do que seja um problema público e da intenção em enfrentá-lo surge nos atores políticos envolvidos com o tema (os *policymakers* (formuladores de políticas), os *policytakers* (recebedores de políticas), os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral).

De acordo com Secchi (2013), a abordagem multicêntrica permite um aproveitamento do instrumental analítico e conceitual da área de política para um amplo espectro de fenômenos político-administrativos de natureza não estatal.

Sabe-se que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas, pois a centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores:

- 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) o estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2013, p.5).

Contudo, a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, “o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal” (SECCHI, 2013, p.5).

Quando Dye³¹ (1972, p.1 citado por SECCHI, 2013, p.6) afirmou que política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”, diversos

³¹ DYE, T. R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.

autores afirmam que a política pública também passa a significar a omissão ou a negligência.

Para Fernandes (2010, p.43), “o Governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política”. Souza (2007, p.68), escreve que “não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública”.

Quanto ao questionamento de apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas, há posicionamentos teóricos que interpretam as políticas públicas como somente macro diretrizes estratégicas, ou conjuntos de programa; e que os programas, planos e projetos são apenas seus elementos operativos, não podendo ser considerados políticas públicas individualmente.

Para fins de desenvolvimento desta pesquisa, entende-se que o nível de operacionalização da diretriz não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública, e que dependendo do problema público e do contexto em que está inserido, são políticas públicas tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacionais.

Corroborar-se com Giuliani³² (2005 citado por SECCHI, 2013, p.9), quando fazendo uma metáfora com a palavra *árvore*, esta seria entendida como a macro política; a raiz, o tronco e os galhos entendidos como as políticas de nível intermediário; e as folhas e os frutos entendidos como as políticas operacionais. Isso implica na ideia de que em cada nível da política pública, há um entendimento diferente dos problemas e das soluções, há uma configuração institucional diferente, existem atores e interesses diferentes.

Independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público, em que, de acordo com Sjöblom³³ (1984 citado por SECCHI, 2013, p. 10) uma definição prática para "problema" “é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação

³² GIULIANI, M. Live Uo del gioco. In: CAPANO, G.; GIULIANI, M. **Dizionario di Politiche Pubbliche**. Roma: Carocci, 2005.

³³ SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Rivista Italiana di Scienza Politica**, v.14, n.1, p.41-85, 1984.

melhor”.

Ainda de acordo com Secchi (2013), para um problema ser considerado "público", este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de atores políticos que intersubjetivamente consideram determinado problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade).

Para que se materialize, a política pública necessita de instrumentos variados; é como se a política pública fosse a ‘alma’, e esta precisa de um corpo para tomar vida. Por isso, conforme Secchi (2013), as políticas públicas tomam forma de programas públicos, planos e projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, dentre outros.

O objeto de estudo "políticas públicas" e suas tipologias são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública. Contudo, classificar as políticas públicas dentro das áreas de intervenção é uma tarefa que deve ser relativa, pois seu conceito é transversal a diversas áreas ou setores, além disso, muitas vezes uma política pública se enquadra em várias dessas áreas.

Dentro do campo de estudo dos tipos de política pública, tem-se a *Tipologia de Theodore J. Lowi*³⁴ (1964), baseada no critério de "impacto esperado na sociedade", existindo quatro tipos de políticas públicas: *políticas regulatórias*, *políticas distributivas*, *políticas redistributivas*, *políticas constitutivas*. Já na *Tipologia de James Quinn Wilson*³⁵ (1983), adota-se o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade, as políticas de *tipo clientelista*, as políticas de *grupo de interesses*, as *políticas empreendedoras*.

Na *Tipologia de Gormley*³⁶ (1986), a base é “o nível de saliência (capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral) e o nível de complexidade (necessidade de conhecimento especializado para sua formulação e

³⁴ LOWI, T. J. American business, public policy, case studies, and political theory. **World Politics**, v.16, n.4, p. 677-715, 1964.

³⁵ WILSON, J. Q. **American government**: institutions and policies. Lexington: Heath & Co., 1983.

³⁶ GORMLEY JR., W. T. Regulatory issue networks in a Federal system. **Polity**, v.18, n.4, p.595-620, 1986.

implementação”(SECCHI, 2013, p.28). Na *Tipologia de Gustafsson*³⁷ (1983), que tem como critério de distinção o conhecimento e a intenção do *formulador de políticas*, há as *políticas públicas reais*, aquelas que incorporam a intenção de resolver um problema público com o conhecimento para resolvê-lo; e as *políticas simbólicas*, aquelas em que os *policymakers* até possuem condições de elaborá-la, mas não demonstram grande interesse em colocá-las em prática. Ainda há as *pseudopolíticas* e a *política sem sentido*. Para Bozeman e Pandey³⁸ (2004), outra forma de distinguir as políticas públicas é por meio de seus conteúdos: conteúdo técnico e conteúdo político.

5.1 O ciclo de políticas públicas

De acordo com Secchi (2013), o processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) também é conhecido como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*). Trata-se de um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes.

Nesta pesquisa, optou-se por apresentar as sete fases principais: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção. Contudo, vale salientar que essa sequencia raramente reflete a real dinâmica de uma política pública, já que as fases geralmente se apresentam misturadas e as sequências se alternam.

Na fase de *identificação do problema*, como já foi dito, trata-se de identificar um problema público, ou seja, a diferença entre aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Para Sjöblom (1984 citado por SECCHI, 2013), a identificação do problema público envolve: a *percepção do problema*, a *definição ou delimitação do problema*, a *avaliação da possibilidade de resolução*. Os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais são alguns dos atores que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos.

³⁷ GUSTAFSSON, G. Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of power. **Policy sciences**, v.15, n.3, p. 269-287, 1983.

³⁸ BOZEMAN, B.; PANDEY, S. K. Public management decision making: effects of decision content. **Public Administration Review**, v.64, n.5, p. 553-565, 2004.

Segundo Secchi (2013), se um problema é identificado por algum ator político, e se há interesse na resolução de tal problema, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, conhecida como agenda.

A *Formação da agenda* é entendida como um conjunto de problemas ou temas relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, por meios de demandas oriundas da sociedade civil, através das instâncias de representação.

De acordo com Cobb e Elder³⁹ (1983 citados por SECCHI, 2013, p.46), existem dois tipos de agenda:

agenda política, também conhecida como agenda sistêmica, é o conjunto de problemas ou temas que a *comunidade política* percebe como merecedor de intervenção pública; a *agenda forma*, também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Existe, ainda, a *agenda da mídia*, ou seja, a lista de problemas que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação.

Na *abordagem multicêntrica* de políticas públicas, entende-se que existam múltiplas agendas dos *policymakers*. e que os problemas entram e saem das agendas; pois, como destaca Subirats (1989 citado por SECCHI, 2013, p.46), “a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas”.

Segundo Cobb e Elder (1983 citados por SECCHI, 2013, p.48), existem três condições para que um problema entre na agenda política: “a) atenção, diferentes atores (cidadãos, grupos de interesse, mídia etc.) devem entender a situação como merecedora de intervenção; b) resolubilidade, as possíveis ações devem ser consideradas necessárias e factíveis; c) competência, o problema deve tocar responsabilidades públicas”.

Na etapa de *Formulação de alternativas*, tendo o problema já sido introduzido na agenda, os esforços se voltam para a construção e combinação de soluções. Idealmente, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e

³⁹ COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American politics**: the dynamics of agenda-building. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

estratégias, além do estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução, seus custos e benefícios.

De acordo com Schattschneider⁴⁰ (1960, p. 68 citado por SECCHI, 2013, p.48), "a definição das alternativas é o instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder".

De acordo com Secchi (2013), o estabelecimento de objetivos é o momento em que políticos, analistas de políticas públicas e demais atores envolvidos no processo resumem o que esperam que sejam os resultados da política pública. Esses objetivos podem ser estabelecidos de maneira paliativa, ou seja, emergencial e pontual, ou de maneira mais concreta, cujos resultados serão vistos a médio e longo prazo. Neste caso, quanto mais concretos forem os objetivos, mais fácil será verificar a eficácia da política pública.

Para Secchi (2013, p.48), "a etapa de construção de alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos".

Estabelecer objetivos é importante também para as posteriores fases de tomada de decisão, implementação e avaliação de eficácia das políticas públicas. Cada uma das alternativas vai requerer diferentes recursos técnicos, humanos, materiais e financeiros.

De acordo com Dunn⁴¹ (1993), para evitar o imprevisto, algumas técnicas são utilizadas: projeções, predições e conjecturas, sendo esta última, um exemplo presente em reuniões, debates e fóruns que envolvem diversos atores que discutem, definem e elegem objetivos, metas para um determinado tema em questão e são utilizados para conseguir melhor aproximação dos acontecimentos do futuro.

Contudo, segundo Secchi (2013), alguns dos maiores problemas para todo esse esforço são a instabilidade e complexidade das condições sociais que dificultam qualquer trabalho de previsão, a falta de informações atualizadas,

⁴⁰ SCHATTSCHEIDER, E. E. **The semisovereign people**: a realist's view of democracy in America. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

⁴¹ DUNN, W. N. **Public policy analysis**: an introduction. 2. Ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1993.

consistentes e confiáveis, e a falta de recursos financeiros e tempo para a realização de estudos mais elaborados.

A *tomada de decisão* é vista como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução e representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

De acordo com Secchi (2013), há três formas de entender a dinâmica de escolha de alternativas de solução para problemas públicos: 1. Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções: a tomada de decisão *ad hoc* com base no estudo de alternativas, ou seja, toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então se busca escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão. 2. Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas; 3. Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas a fim de envolver a opinião pública e o meio político de maneira que sua proposta se transforme em política pública.

Independente das alternativas de solução escolhidas, a tomada de decisão obedece a alguns passos sequenciais, já apresentados no modelo ideal de *policy cycle*: definição do problema, estabelecimento de objetivos, construção de soluções, decisão sobre alternativas estudadas, e assim por diante, em um padrão ideal. Contudo, conforme afirma Secchi (2013, p.53),

frequentemente, após serem tomadas as decisões, as políticas públicas não se concretizam conforme idealizadas no momento do planejamento, seja por falta de habilidade administrativo-organizacional, seja por falta de legitimidade da decisão ou pela presença de interesses antagônicos entre aqueles que interferem na implementação da política pública.

Secchi (2013) ainda ressalta que o fluxo da política (*politics*) varia de acordo com eventos especiais, como o desenho e a aprovação de orçamento público, reeleições ou substituições de membros do Executivo, refinanciamento de programas públicos etc., e que é por meio da *janela de oportunidade* (*policy window*)

que existe possibilidade de convergência desses fluxos, momento raro e especial para o lançamento de soluções em situações políticas favoráveis.

A *fase de implementação* da política pública sucede à tomada de decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos. “É nesse arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública. A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações” (OTOOLE JR⁴², 2003 citado por SECCHI, 2013, P.56).

De acordo com Secchi (2013), os estudos sobre implementação de políticas públicas ganharam especial notoriedade após as contribuições teóricas de *Pressman e Wildavsky*⁴³ em um livro, publicado em 1973, sobre por que e como acontecem *implementation gaps*, ou falhas de implementação. No Brasil, por exemplo, há muitos exemplos de "leis que não pegam", "programas que não vingam" ou propostas de solução para problemas públicos que acabam sendo totalmente desvirtuadas no momento da implementação.

A importância de estudar a fase de implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento, cultura, políticas de gestão, e outros). Isso significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados (SECCHI, 2013, p.57).

Os elementos básicos de qualquer análise sobre o processo de implementação são as relações existentes entre as pessoas e organizações (regras formais e informais), com interesses, competências (técnicas, humanas, de gestão), comportamentos variados, recursos financeiros, materiais, informativos e políticos (capacidade de influência).

É no momento da implementação que funções administrativas, como liderança e coordenação de ações, são postas à prova. Os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos,

⁴² OTOOLE JR,; L. J. Interorganizational relations in implementation. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Orgs.). **Handbook of public administration**. Londres/Califónia: Thousand Oaks/Sage Publications, 2003.

⁴³ PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. B. **Implementation**: how great expectations in Washington are dashed im Oakland or... Berkeley: University of California Press, 1973.

os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir diretamente em negociações, construção de coordenação entre implementadores e cooperação por parte dos destinatários (SECCHI, 2013, p.57).

Nessa fase, a administração pública deve transformar intenções políticas em ações concretas e contam com outros atores políticos não estatais: fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, além dos grupos de interesse e dos destinatários da ação pública.

Para tanto, os formuladores de políticas públicas necessitam de *instrumentos de política pública*, conforme apontam Howlett, Ramesh e Perl (2013), Weimer e Vining⁴⁴ (1999), Bardach⁴⁵ (2009), Scott e Bahler⁴⁶ (2010) e Ollaik e Medeiros (2011), a saber: regulamentação; desregulamentação e legalização; aplicação da lei; impostos e taxas; subsídio e incentivo fiscal; e dentre tantos, destaca-se nesta pesquisa, a *informação ao público*, ou seja, a disseminação de informações importantes para o indivíduo e para o público ou a criação de senso de dever moral (relação do indivíduo com a sociedade); as *campanhas/mobilização*, ativação dos atores políticos e privados para que seus comportamentos ajudem na melhora do bem-estar social, como é o caso do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura que luta pela construção de políticas públicas estruturantes para o setor do livro; os prêmios e concursos, instrumentos de estímulo à criação, adoção e difusão de boas práticas, como os recentes editais lançados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) para as bibliotecas públicas.

Secchi (2013, p.59) destaca que outros instrumentos podem e devem ser criados/adotados, e que

a engenhosidade dos atores envolvidos na formulação de políticas públicas é crucial para a criação de novos instrumentos, bem como para o aperfeiçoamento de instrumentos já existentes, tornando assim a implementação da política mais adequada ao problema público em questão.

⁴⁴ WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis: concept and practice**. 3.ed. Upper Saddle River, N. J. Prentice Hall, 1999.

⁴⁵ BARDACH, E. **A practical guide for policy analysis: the eigfold path for more effective problem solving**. 3.ed. Washington: CQ Press, 2009.

⁴⁶ SCOTT, C.; BAHLER, K. **Adding value to policy analysis and advice**. Sydney: UNSW Press, 2010.

Há também os instrumentos mistos (que combinam mais de um tipo) e diversas gradações de uso de mecanismos de persuasão, apelo ao senso de dever moral e de variantes tecnológicas que otimizam cada aspecto dos instrumentos.

Segundo Sabatier⁴⁷ (1986 citado por SECCHI, 2013), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas:

1) *Modelo top-down* (de cima para baixo), caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, no qual os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores (administração).

“Esse modelo parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos” (SECCHI, 2013, p.60).

2) *Modelo bottom-up* (de baixo para cima), caracterizado pela maior liberdade de formuladores e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas.

De acordo com Secchi (2013), os implementadores têm maior participação na definição do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas. A implementação é predominantemente avaliada pelos resultados alcançados a posteriori, em vez da avaliação baseada na obediência cega a prescrições.

Esta pesquisa opta pelo *modelo bottom-up*, pois além do que foi exposto, é um formato que permite reformulações nas escolhas, já que a tomada de decisão não é definitiva, e a política pública é modificável por aqueles que a implementam no dia a dia, sendo esse papel de remodelação da política pública entendido como uma necessidade daqueles que se deparam com os problemas práticos de implementação.

Quanto à *avaliação da política pública*, trata-se de um "processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática"

⁴⁷ SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

(ANDERSON⁴⁸, 1979, p. 711 citado por SECCHI, 2013, p.62).

Por essa definição, conforme Costa e Castanhar (2003), tem-se a distinção entre avaliação *ex ante* (anterior à implementação) e avaliação *ex post* (posterior à implementação). Existe ainda a avaliação *in itinere*, também conhecida como *avaliação formativa* ou *monitoramento*, que ocorre durante o processo de implementação para fins de ajustes imediatos.

De acordo com Secchi (2013), a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de *feedback* sobre as fases antecedentes. Compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (performance standards), entendidos como mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos.

Os critérios se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade e abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal. Os principais critérios usados para avaliações são: *economicidade*; *eficiência econômica*; *eficiência administrativa*; *eficácia*, ou seja, o nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos; *equidade*, homogeneidade de distribuição de benefícios entre os destinatários de uma política pública.

Segundo Subirats⁴⁹ (1989 citado por SECCHI, 2013 p.64), “os esforços de avaliação podem receber uma conotação jurídica ou legal, conotação técnica ou gerencial ou conotação política”. Nesta última, presta-se atenção em aspectos da percepção dos destinatários da política pública, a legitimidade do processo de elaboração da política pública, a participação de atores nas diversas etapas de construção e implementação de uma política pública, bem como nos impactos gerados no macroambiente.

Os critérios são operacionalizados por meio de indicadores. O Tribunal de Contas da União (TCU, 2000) elaborou um manual com técnicas para auditoria, no qual explicita as qualidades necessárias para um indicador em um sistema de

⁴⁸ ANDERSON, C. W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, v.73, n.3, p.711-723, set. 1979.

⁴⁹ SUBIRATS, J. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid, Espanha: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1989.

avaliação, dentre os quais estão: validade, o indicador deve retratar o fenômeno que se está estudando; confiabilidade, as fontes de dados do indicador devem ser confiáveis para evitar distorções e fraudes; simplicidade, o indicador deve ser de fácil compreensão para aqueles que o utilizam; acessibilidade, os dados que abastecem o indicador devem ser de fácil acesso; além de outras qualidades como representatividade, homogeneidade, praticidade, independência, seletividade, cobertura e economicidade.

Os mecanismos de avaliação ou controle criam referências e permitem uma comparação espacial e temporal do problema e das políticas públicas. A avaliação pode aumentar de forma significativa a sensibilidade e a percepção que os atores políticos têm sobre a política pública, a fim de melhorá-la, podendo levar à:

- a) “continuação da política pública da forma que está, nos casos em que as adversidades de implementação são pequenas;
- b) reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública, nos casos em que as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública;
- c) extinção da política pública, nos casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema” (SECCHI, 2013, p.66).

Apesar de suas potencialidades, avaliações completas e significativas são difíceis de realizar, tendo em vista o tempo de maturação de uma política pública, que segundo Sabatier (1993), em geral, os efeitos de uma política pública são tangíveis apenas após dez anos da implementação. Isso porque as políticas públicas exigem um tempo de ajustamento, de assimilação de seus propósitos e de mudança no comportamento dos atores afetados por ela.

Quanto à *extinção da política pública*, os estudos ganharam impulso a partir da década de 1970, nos países desenvolvidos, quando diversas políticas sociais vinculadas ao *Estado de bem-estar social* foram colocadas em xeque. A partir desses estudos construiu-se uma base teórica para o entendimento de quando as políticas públicas morrem, continuam vivas ou são substituídas por outras.

De acordo com Giuliani (2005), as causas da extinção de uma política pública

são basicamente três:

1. o problema que originou a política é percebido como resolvido;
2. os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes;
3. o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais.

Para De Leon⁵⁰ (1978 citado por SECCHI, 2013, p.67), “a extinção de qualquer política pública é dificultosa devido à relutância dos beneficiados, à inércia institucional, ao conservadorismo, aos obstáculos legais e aos altos custos de iniciação (*start-up costs*)”.

A presente pesquisa defende que, mesmo que ocorram momentos como reformas ministeriais, mudanças de mandato executivo e legislativo, aprovação de orçamentos, as políticas públicas possam, após um período de maturação, institucionalizarem-se e criarem vida própria, mesmo depois que o problema que a gerara já tenha saído da agenda.

Quanto aos *estilos de políticas públicas*, são procedimentos operacionais padrão de elaborar e implantar políticas, ou seja, “um jeito de fazer as coisas”, ou uma tática de condução de um processo, que pode ser conduzida, por exemplo, de forma mais autocrática ou mais democrática; ou com o predomínio de mecanismos de premiação ou de coação.

Quando os procedimentos adotados são democráticos, os atores envolvidos são livres para escolher um estilo de política pública, aquele que tenha mais chance de resolver o problema público que se tem em mãos, ou que atenda a valores básicos da arena política em questão (equidade, eficiência, flexibilidade, entre outros).

Neste caso, o tema “participação” é um dos mais recorrentes nas análises dos processos de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, já que é uma das formas mais evidentes de classificar estilos de políticas públicas. Existem estilos mais participativos e menos participativos. Mas o que seria um processo de política pública mais ou menos participativo?

De acordo com Avritzer (2000), é preciso entender que há a *decisão coletiva*

⁵⁰ DE LEON, P. A theory of policy termination. In: MAY, Judith V.; WILDAVSKY, A. B. (Orgs.). **The policy cycle**. Beverly Hills: Sage Publications, 1978.

(concepção decisionística) e *deliberação* (concepção argumentativa). A concepção decisionística, refere-se ao processo de tomada de decisão coletiva em que são somadas as preferências dos atores por meio do voto, eleição e regra de maioria. “Parte-se do pressuposto que os atores são informados, capazes de ordenar suas preferências e de fazer cálculos do que é melhor para si e para a coletividade” (DOWNS⁵¹, 1956 citado por SECCHI, 2013, p.140).

Já a *concepção argumentativa*, ou *deliberativa*, refere-se ao processo de tomada de decisão coletiva no qual os atores fazem um intercâmbio de razões e argumentos na tentativa de homogeneizar as preferências individuais. “Parte-se do pressuposto de que os atores constroem suas preferências e convicções na interação com seus pares, e que a ‘vontade coletiva’ pode (e deve) ser alcançada em um processo construído de diálogo” (HABERMAS⁵², 1989 citado por SECCHI, 2013, p.140). Mecanismos típicos de democracia deliberativa são os fóruns participativos e os conselhos gestores.

Segundo Fung⁵³ (2006 citado por SECCHI, 2013), em seu esquema analítico dos tipos de participação, chamado Cubo da democracia (*democracy cube*), a participação varia de acordo com: 1. quem pode participar (acessibilidade), ou seja, como são selecionados os participantes; 2. como são compartilhadas as informações e as tomadas decisões (tipo de interação); 3. qual é o link entre as discussões e a decisão (grau de influência das pessoas envolvidas no processo de decisão).

No Brasil, mecanismos mais comuns de ampliação da participação cidadã nos processos de decisão pública são as audiências públicas, os conselhos gestores setoriais (saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura, entre outros.) e métodos de planejamento participativos (por exemplo, orçamento participativo, planos setoriais, planos diretores elaborados pelos municípios).

Fung (2006 citado por SECCHI, 2013) lembra que a participação afeta diretamente a legitimidade, a justiça e a eficácia das políticas públicas. Uma política pública elaborada de forma mais participativa também agrega maior quantidade e

⁵¹ DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1956.

⁵² HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p.236.

⁵³ FUNG, A. Varieties of participation in complex governance. **Public Administration Review**, ed. Esp., p.66-75, dez. 2006.

qualidade de informações disponíveis para a tomada de decisões adequada, além de maior quantidade de recursos disponíveis e maior heterogeneidade de esquemas cognitivos. Além disso, também traz a possibilidade de consolidação do senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

É nessa perspectiva que as políticas públicas aparecem como instrumentos para fazer com que direitos sociais se concretizem e liberem os indivíduos e grupos tanto da condição de necessidade, quanto do estigma produzido por atendimentos sociais descomprometidos com a cidadania. Ou seja, congrega toda a lógica existente nas diversas formas de interação entre Estado e sociedade, identificando as relações entre os vários atores e compreendendo a dinâmica da ação pública.

Nesse sentido, pode-se incluir as políticas relativas às bibliotecas públicas, como diretrizes que garantirão a esses espaços, ações planejadas para serem executadas de modo permanente, a fim de contribuir efetivamente com seu papel de possibilitar o acesso, a disseminação e o uso da informação por toda população, fortalecendo as expectativas de um projeto de sociedade capaz de autodeterminar seu futuro.

5.2 Políticas públicas para bibliotecas

As bibliotecas públicas existem desde tempos imemoriais, sendo responsáveis pela preservação e difusão do conhecimento produzido pela humanidade. Ao longo de sua existência, vêm passando por transformações em sua estrutura para que possam democratizar o acesso ao conhecimento, promovendo a socialização do saber e favorecendo os indivíduos na tomada de decisões com vista à transformação da sociedade. E isso, pode-se dar por meio da disponibilização de serviços de qualidade a sua comunidade, influenciando no desenvolvimento do município, estado e país.

Nesse sentido, antes de falar em políticas públicas para o setor, é preciso trazer para discussão, um aprofundamento teórico que reflita a biblioteca no contexto do Estado como parte de um todo, debatendo sobre as responsabilidades que este tem para com as bibliotecas públicas, no sentido de implementar políticas a partir das expectativas geradas pelas mobilizações.

Partindo-se do pressuposto que o papel do Estado é garantir à população direitos fundamentais que lhe permita viver com dignidade, amparada pelo acesso à saúde, educação, moradia, utilizando-se dos bens culturais para que possa desenvolver sua capacidade criativa e de integração ao meio social e ao meio ambiente, o que se tem visto é um Estado que não tem garantido de forma plena, e em certos casos, até negado esses direitos elementares.

No Brasil, vive-se nas últimas décadas uma luta intensa de enfrentamento ao Estado por vários movimentos sociais que vêm propondo novas estratégias de diálogos e políticas públicas com o objetivo de diminuir as distâncias sociais num país tão cheio de contrastes; além de fazer valer direitos constitucionais adquiridos e garantidos pelas constituições, que representam instrumentos legais capazes de regular as relações sociais, políticas e econômicas e que têm atribuído aos indivíduos um conjunto de direitos que lhes transformam em cidadãos, na perspectiva de diminuir as desigualdades sociais.

Contudo, de acordo com Augusto (1989), os aspectos sociais das políticas públicas, por mais “sociais” que pareçam, têm ficado bastante dissociadas das políticas que vêm sendo implementadas no Brasil nos últimos anos, onde a ação do

Estado tem tido um caráter compensatório e redistributivo. Isso porque, segundo Fleury (1994, p.62), ainda impera as velhas relações tradicionais, “fundadas na crença da desigualdade natural entre os homens e na reciprocidade de expectativas radicadas nas diferentes funções que cada um deveria cumprir na sociedade”.

Por essa forma de relação, o Estado não era obrigado a intervir nesses processos e foi somente com o surgimento dos Estados Nacionais ou *Estado Nação*⁵⁴ que se originam os direitos de cidadania, símbolos da igualdade no âmbito da nação, onde se subentende “usufruir de direitos iguais e compartilhar dos bens sociais construídos pela humanidade, ou seja, refere-se à possibilidade de que todos os cidadãos tenham acesso aos recursos para competição igualitária no mercado de trabalho” (FERREIRA, 2006, p.116)

De acordo com Ferreira (2006), o processo de redemocratização vivenciado pelos brasileiros a partir dos anos 1980 trouxe profundas mudanças. Houve tentativas de diversos segmentos e grupos organizados da sociedade civil que participaram intensamente, incorporando suas reivindicações e pressionando por políticas públicas mais imediatas e intervencionistas, com o objetivo de encontrar novos caminhos após longo período da Ditadura Militar.

Ainda segundo Ferreira (2006), dentre esses grupos, destacaram-se aqueles voltados para a área de cultura que buscavam estabelecer novos padrões musicais, novas formas de fazer teatro, dança, trazer para o cenário a cultura popular. Também se discutiam

novos padrões para as bibliotecas, para os museus e para os arquivos como espaços privilegiados para a preservação da memória social e difusão de valores culturais que pudessem estar a serviço da coletividade, cumprindo seu verdadeiro papel de espaço público a serviço de todos os cidadãos (FERREIRA, 2006, p.114).

Ferreira (2006, p. 114) afirma que a participação das diversas organizações de cultura foi, sem dúvida, importante na indicação de propostas que contribuíssem

⁵⁴ Caracteriza-se o Estado - Nação quando a autoridade governamental rompe com estruturas aristocráticas medievais e patriarcais para fundar um Estado que tem como critério uma separação substancial entre a estrutura social e o exercício de funções governamentais e administrativas, fazendo da política nacional um instrumento acima de interesses particulares e de grupos privados, tendo um corpo de funcionários cujo recrutamento e execução da política são separados de privilégios hereditários e interesses de propriedade (BENDIX, 1996, p.140-141).

para formulação e implementação de políticas públicas, “as quais deram ao Estado subsídios para elaboração de planos e metas que, em algumas áreas, foram importantes no sentido de garantirem direitos e ampliar consciências”. Com relação às políticas públicas na área de bibliotecas, entretanto, existem poucos estudos que demonstram concretamente o investimento do Estado nessa área e os resultados alcançados nas últimas décadas.

Aqui, compreendem-se as políticas públicas como estratégias que servem para produzir mudanças sociais que “têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo, contraditório, fruto geralmente da ação e/ou posição dos vários movimentos sociais nos estados capitalistas” (FERREIRA, 2006, p.115).

De acordo com Machado (2010, p.95),

o discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das bibliotecas públicas, mas na prática pouco foi feito para apoiar efetivamente estas instituições. A herança histórica brasileira de desigualdades favoreceu o processo de desmonte do Estado, do serviço público e das instituições ligadas a ele, tais como as bibliotecas públicas. Em relação às políticas públicas, os governos, por décadas seguidas, tomaram decisões com base em um viés conservador e elitista, o que levou à uniformização de propostas, as quais eram enquadradas em formatos genéricos que facilitavam o tratamento administrativo.

As bibliotecas públicas municipais e estaduais no Brasil são consideradas equipamentos culturais e, portanto, estão no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC) e são criadas e mantidas pelos estados e Municípios.

De acordo com a última Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as bibliotecas públicas estão em 97% dos municípios do país, ou seja, é o equipamento cultural mais presente no cenário nacional.

Segundo os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), de 11 de março de 2014, o Brasil possui 6.060 bibliotecas públicas, em 5.453

municípios, sendo 512 na Região Norte, 1.845 na Região Nordeste, 499 no Centro-Oeste, 1.932 no Sudeste e 1.272 na Região Sul⁵⁵.

Neste trabalho, reflete-se sobre essa temática tendo como objeto de análise as políticas públicas para as bibliotecas e, em particular, as bibliotecas públicas do Estado de Pernambuco, apontando, por meio de dados qualitativos e quantitativos, a situação em que se encontram essas instituições que trazem consigo um histórico marcado pelos ínfimos investimentos do Estado.

A pouca atenção dada às bibliotecas públicas no estado de Pernambuco, bem como o impacto das políticas de estilo uniformizador, centralizador e tecnocrático podem ser evidenciadas a partir do *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* (2010), pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Ministério da Cultura e do *Mapeamento Preliminar* realizado pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura durante o *1º Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco* (2012).

O 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais teve por objetivo subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas em todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas à melhoria e valorização das bibliotecas públicas brasileiras. A partir de entrevistas e dados dos 5.565 municípios brasileiros, o Censo apresenta um panorama das bibliotecas em todo o país, tendo sido realizado em 2009, contém dados sobre os acervos das bibliotecas, suas infraestruturas e equipamentos, o perfil dos seus profissionais e usuários, instalações e equipamentos, a formação/qualificação, os serviços prestados aos usuários, entre outras características.

Dos 5.565 municípios pesquisados, em 4.905 municípios foram realizadas visitas *in loco*, no período de 8 de setembro a 9 de novembro de 2009, para a investigação sobre a existência e condições de funcionamento das Bibliotecas Públicas Municipais (BPM's). Os 660 municípios restantes, identificados sem bibliotecas em 2007 e 2008 pelo Sistema Nacional de

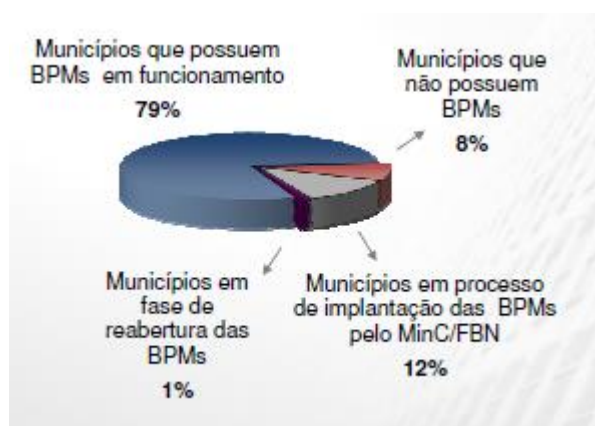
⁵⁵ Os dados das bibliotecas públicas municipais e estaduais existentes no país estão organizados por estado e disponibilizados em arquivos PDF no site do SNBP. Há também, dados referentes a outros tipos de bibliotecas (comunitárias, escolares, universitárias e especializadas) que podem ser obtidos no Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC).

Bibliotecas Públicas (SNBP) e atendidos pelo *Programa Mais Cultura* com a instalação de BPM's, foram pesquisados por contato telefônico.

Quanto aos entrevistados, o estudo obteve as informações sobre a existência da BPM's por meio de consulta às prefeituras e secretarias de cultura ou educação. Já sobre as condições de funcionamento, contou com as informações fornecidas pelos dirigentes de bibliotecas públicas municipais.

Abaixo, apresenta-se os principais aspectos levantados pelo estudo, a saber:

a) Retrato dos Municípios Brasileiros: municípios brasileiros que possuem pelo menos uma biblioteca pública municipal, que estão em processo de implantação de BPM's pelo MinC/FBN – Programa Mais Cultura ou que estão em fase de reabertura das BPM's.

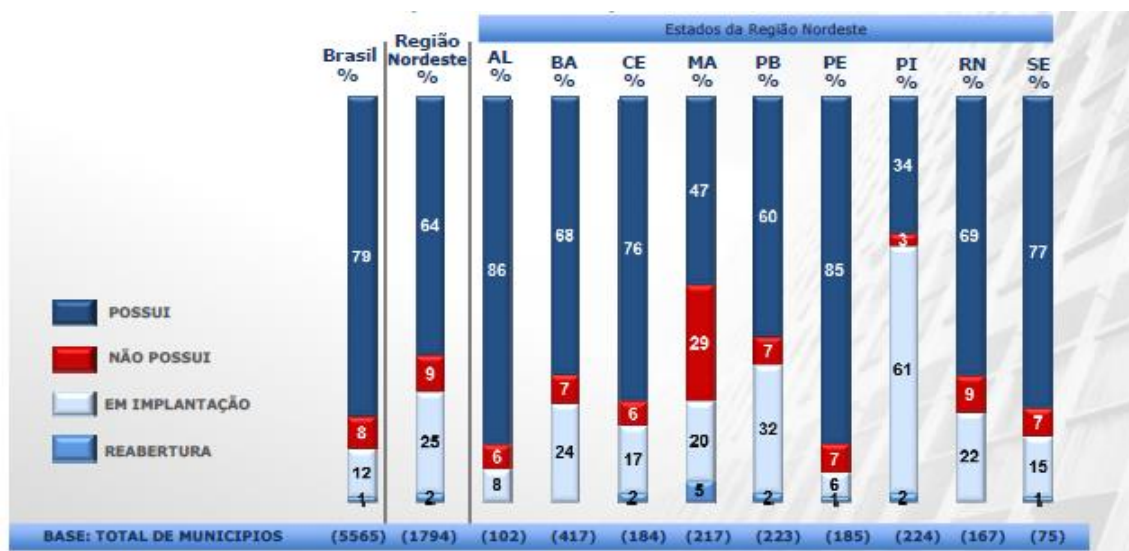


Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Vê-se, portanto, que 79% dos municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios, demonstrando a existência de mais de uma biblioteca em alguns municípios. Contudo, possuir pelo menos uma biblioteca aberta não significa que estão funcionando adequadamente. Conforme os dados que serão apresentados ao longo desse capítulo, muitas deixam a desejar em vários aspectos de sua estrutura, sem falar que em 8% dos municípios, ou seja, em 445 municípios, estão fechadas,

extintas ou nunca existiram. Considerando aquelas que estão em funcionamento, são 2,67 bibliotecas por 100 mil habitantes no país.

b) Fazendo um recorte por região e por estado, tem-se:



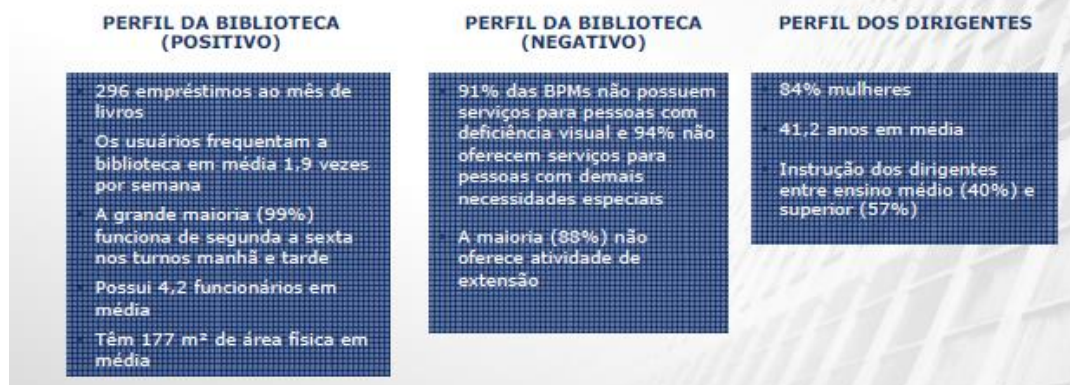
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A região Nordeste, em 2009, possuía 64% de suas bibliotecas públicas abertas, de um total de 1.794 municípios. Em 9% (161,46) dos municípios da região não possuíam bibliotecas em funcionamento e em 25%, as bibliotecas estavam em processo de implantação. Fazendo um recorte do Estado de Pernambuco, tem-se que dos 185 municípios existentes, 85%, ou seja, 157,25 municípios possuíam bibliotecas públicas abertas e em 7% (12,95) não possuíam.

c) Quanto às características gerais das Bibliotecas Públicas Municipais, tem-se que a grande maioria (99%) funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde, com usuários frequentando a biblioteca em média 1,9 vezes por semana e com uma média de 296 livros emprestados ao mês, conforme tabela abaixo.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS BPMS

BRASIL



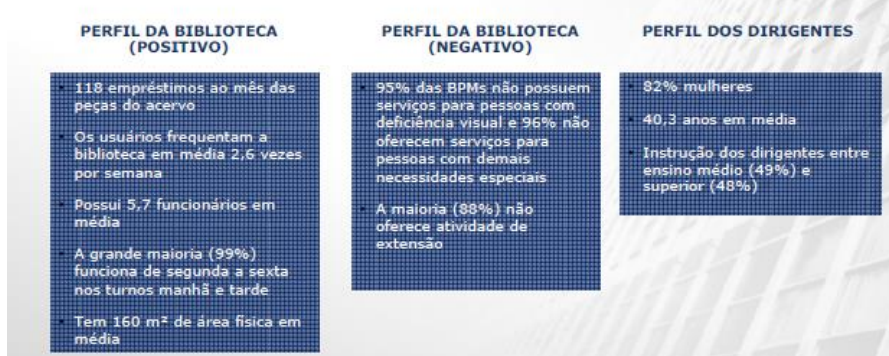
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Dentre os pontos negativos, destaca-se que 91% das BPM's não possuem serviços para pessoas com deficiência visual. Além disso, 94% também não oferecem serviços para pessoas que tenham outras necessidades especiais, como por exemplo, os cadeirantes. Outro dado relevante é que 88%, ou seja, a maioria, não oferece atividade de extensão, incluem-se aqui as atividades culturais.

Fazendo um recorte por região e estado, tem-se, conforme tabela abaixo, que embora a média dos usuários que frequentam a biblioteca seja maior (2,6 vezes por semana) que a média nacional (1,9 vezes por semana), o número de empréstimos ao mês é inferior (118 empréstimos). Além disso, sobe para 95% as BPM's que não oferecem serviços para pessoas com deficiência visual e 96% as que também não possuem outros serviços que venham atender outros tipos de necessidades especiais.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS BPMS

NORDESTE



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

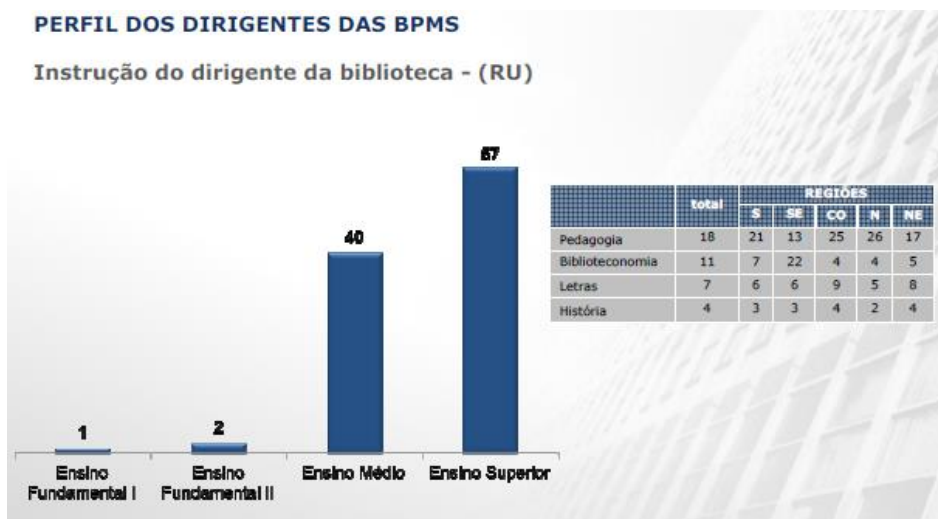
d) Quanto ao perfil dos dirigentes das BPM's, em 84% dos municípios brasileiros a gestão é realizada por pessoas do sexo *feminino*. Tomando como base os 1.198 municípios da Região Nordeste que foram visitados, Pernambuco (164 municípios visitados) apresentou 87% dos dirigentes do sexo feminino, conforme tabela abaixo.

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Masculino	18	10	18	13	26	25	21	21	15	21
Feminino	82	90	82	87	74	75	79	79	85	79
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

BASE: TOTAL DE BIBLIOTECAS ABERTAS POR REGIÃO

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

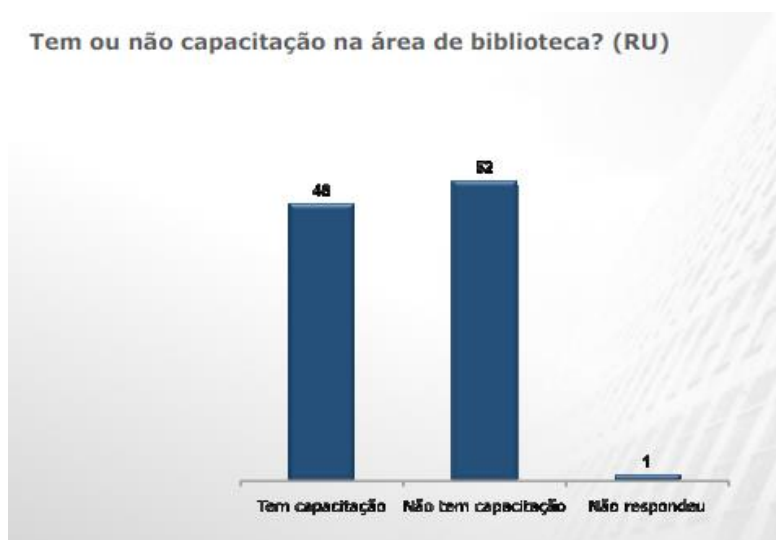
Com relação ao *grau de instrução*, 57% possuem Ensino Superior, contudo, fazendo um recorte da Região Nordeste, essa porcentagem cai para 47% no Estado de Pernambuco, perdendo para 49% do Ensino Médio, onde o Curso de Pedagogia aparece como aspecto dos que possuem instrução superior.



	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Ensino Fundamental I	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Ensino Fundamental II	3	8	2	4	2	10	6	2	1	1
Ensino Médio	49	39	54	49	47	34	49	47	32	62
Ensino Superior	48	53	44	47	49	56	45	51	67	37
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Quanto à *formação/capacitação na área de biblioteca*, tem-se que dos 4.763 municípios com biblioteca pública aberta, 52% dessas instituições não capacitam seus dirigentes na área. Fazendo um recorte da Região Nordeste, 55% de um total de 1.198 municípios visitados não oferecerem formação, já no Estado de Pernambuco, dos 164 municípios pesquisados *in loco* no período de set./nov.2009, 59% dos dirigentes afirmaram possuir capacitação na área de biblioteca.

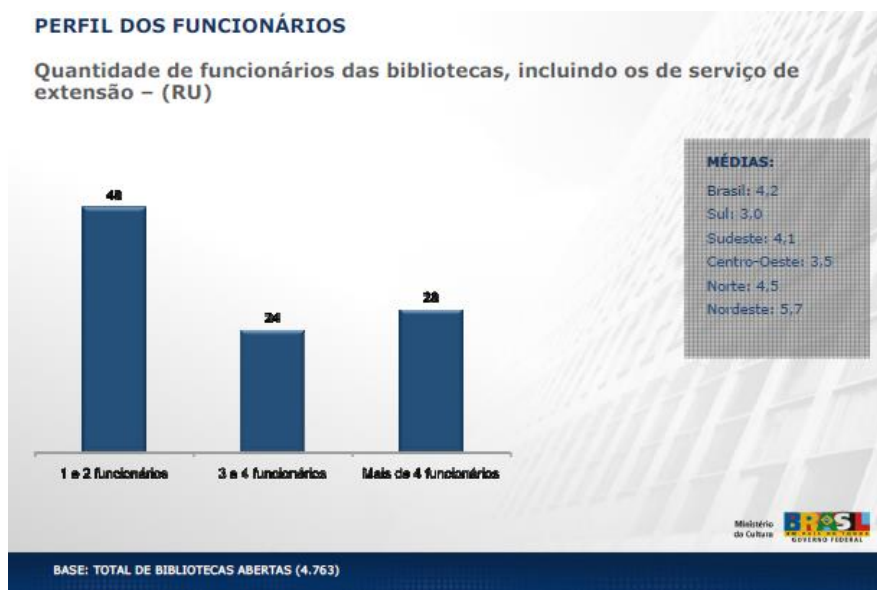


	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Tem capacitação	44	43	34	59	53	39	40	28	66	35
Não tem capacitação	55	57	65	39	46	59	59	72	30	65
Não respondeu	1	0	1	1	1	2	1	0	4	1
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

e) Com relação ao perfil dos funcionários, a média do Brasil apresentada foi de 4,2 funcionários por biblioteca pública, incluindo os que atuam em serviços de extensão. No Nordeste, esse percentual sobe para 5,7 em média, e em

Pernambuco, 66% das BPM's possuem mais de quatro funcionários por biblioteca, sendo a maior média (7,2) em relação aos demais estados do Nordeste, conforme mostra o gráfico abaixo.



	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
1 e 2 funcionários	23	35	34	12	22	30	24	37	7	21
3 e 4 funcionários	31	38	33	21	37	31	39	30	32	28
Mais de 4 funcionários	46	27	33	66	41	39	37	33	61	51
Média	5,7	4,4	4,8	7,2	4,9	5	5	4,3	7,1	6,1
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Com relação ao *grau de instrução*, 76%, dos 4.763 municípios visitados, possuem em suas bibliotecas públicas funcionários com o Ensino Médio. Em relação ao Ensino Superior, apenas 17% possuem o Curso de Biblioteconomia. Fazendo um recorte da Região Nordeste, essa porcentagem cai para 47% no Estado de Pernambuco, perdendo para 49% do Ensino Médio, onde o Curso de Pedagogia aparece como aspecto dos que possuem instrução superior.

Instrução dos funcionários da biblioteca - (RM)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Fundamental I	12	3	8	11	19	24
Fundamental II	21	11	20	15	27	32
Ensino Médio	76	67	74	68	77	90
Curso superior em Biblioteconomia	17	13	29	8	11	9
Outros cursos de nível superior	58	66	55	67	59	53
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

f) Quanto ao funcionamento das bibliotecas públicas, tem-se que a maioria (99%) funciona de segunda a sexta-feira, durante do dia, estendendo-se também para o caso de Pernambuco.

FUNCIONAMENTO (%)

Dias de funcionamento das bibliotecas - (RM)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
De segunda a sexta	99	100	99	99	100	99
Sábado	12	12	14	13	11	6
Domingo	1	1	1	0	0	1
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Turnos de funcionamento das bibliotecas - (RM)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Dia	99	99	99	99	99	99
Noite	24	18	12	21	28	46
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

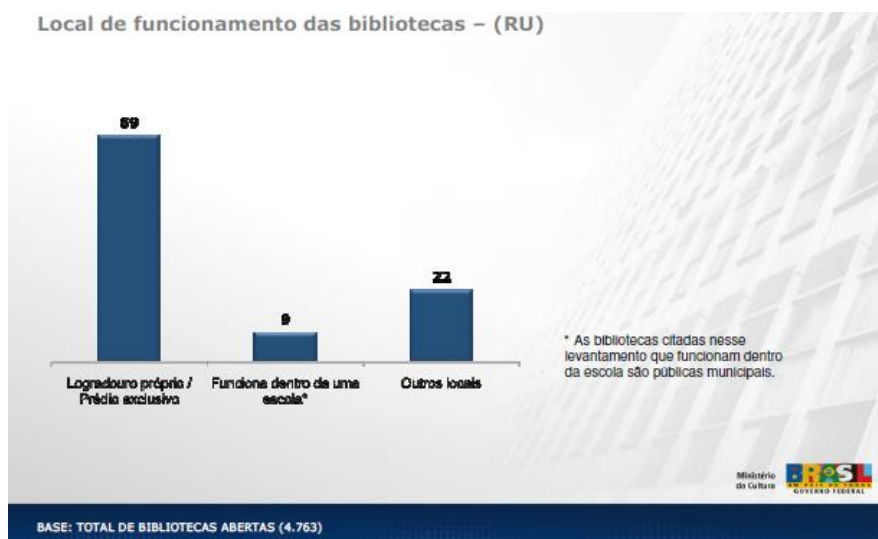
Quanto ao aspecto do *turno*, Pernambuco apresenta 68% de suas BPM's funcionando em horário noturno, destacando-se em relação ao percentual do Nordeste (46%) e demais estados da região.

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
De segunda a sexta	99	98	99	100	99	100	99	99	100	100
Sábado	6	9	7	5	9	7	3	9	9	5
Domingo	1	0	0	1	3	3	0	0	2	1
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

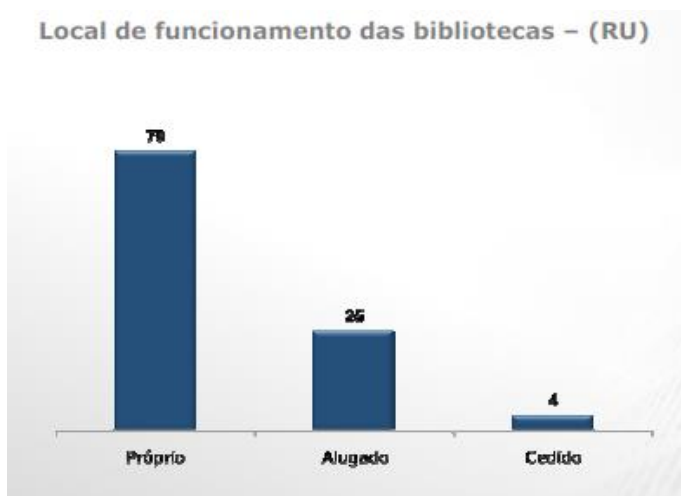
	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Dia	98	95	96	99	99	96	99	99	99	99
Noite	46	44	43	68	37	33	25	37	58	44
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

g) Quanto ao quesito instalação e estrutura física, a pesquisa mostrou que 69% das bibliotecas públicas municipais possuem logradouro próprio/prédio exclusivo, contudo 25% dos 4.763 municípios visitados ainda instalam suas bibliotecas em prédios alugados, que passam por longo período de “peregrinações” involuntárias, fazendo inúmeras itinerâncias, na maioria das vezes em lugares inadequados, sem a mínima condição de funcionamento, prejudicando a composição de seus acervos e à qualidade dos serviços prestados.

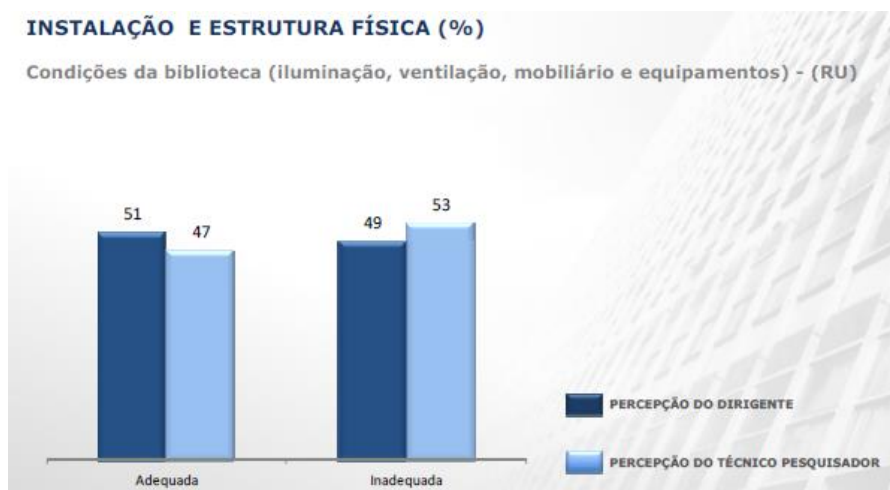


Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

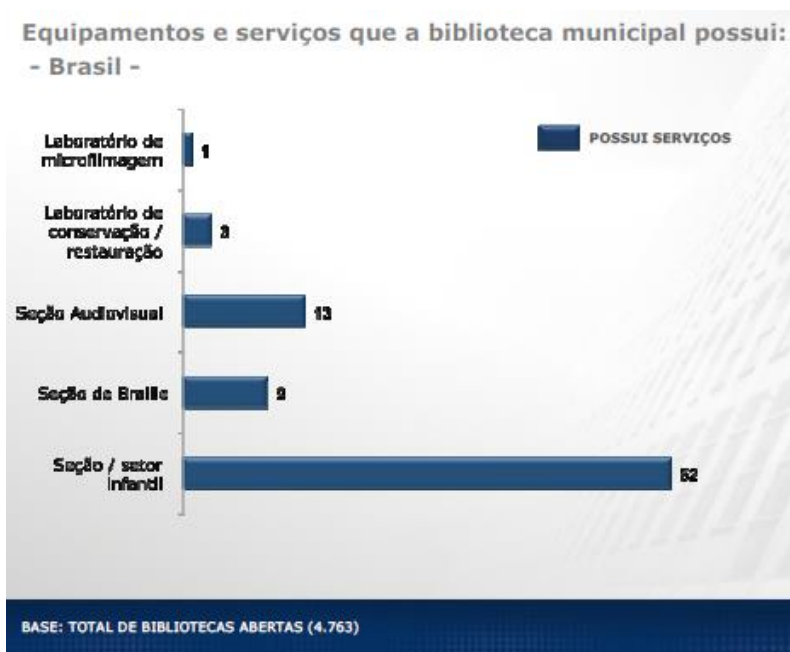
E quanto às *condições dessas BPM's*, contemplando os aspectos de iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos, na percepção dos dirigentes, 51% encontram-se adequadas, contudo, como nesses municípios a pesquisa foi feita in loco, os técnicos que visitam as instituições perceberam que 53% estavam em condições inadequadas de funcionamento, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

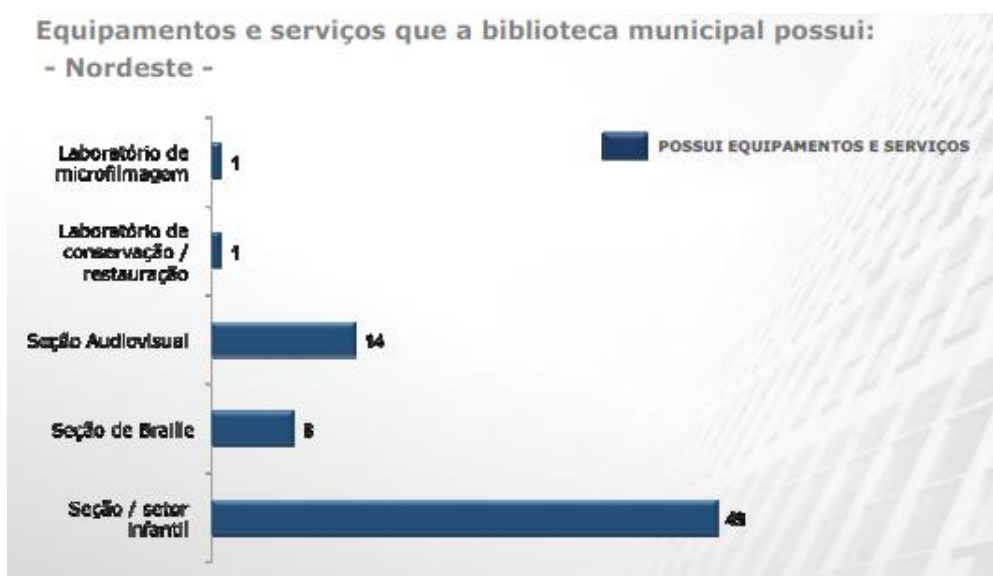
Quanto aos *equipamentos e serviços* que as bibliotecas públicas municipais possuem, tem-se que a maioria (52%) possuem seção/setor infantil. Um dado preocupante se refere ao baixíssimo percentual (3%) das BPM's brasileiras que

possuem laboratório ou serviço de conservação/restauração de acervo, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No Nordeste o percentual de das BPM's que possuem laboratório ou serviço de conservação/restauração de acervo cai para 1%, conforme se pode ver abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

h) No quesito, atividades de extensão, o dado é preocupante tendo em vista que no Brasil, assim como no Nordeste, 88% das bibliotecas públicas municipais não oferecem esse tipo de atividade.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Embora muitas ações estejam sendo desenvolvidas para ampliar o atendimento das bibliotecas públicas, como por exemplo, os programas e projetos como caixa-estante, carro-biblioteca; livro na praça, barco da leitura, desenvolvidos para suprir a carência de espaços de leitura no Norte e Nordeste ainda nas décadas de oitenta e noventa, ainda é constante a dificuldade de manter as atuais ações que sofrem descontinuidade em virtude dos poucos recursos liberados para manter atuante uma equipe de bibliotecários e animadores culturais.

i) Quanto ao tipo de equipamentos que as BPM's possuem, o computador aparece como o equipamento mais presente nessas instituições (64%) do total de 4.763 municípios que possuem biblioteca pública aberta e 50% na Região Nordeste e em Pernambuco.

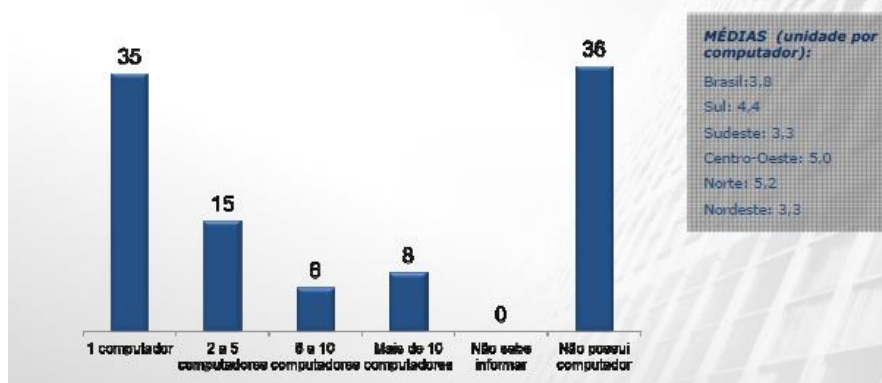
Equipamentos que as bibliotecas possuem – (RM / Estimulada)

	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro- Oeste	Norte	Nordeste
Computador	64	78	72	60	38	50
TV	39	38	42	28	31	40
Vídeo	28	32	30	18	20	28
Aparelho de DVD	27	28	32	15	18	25
Aparelho de som	27	34	28	16	16	25
Máquina de datilografia	24	29	30	19	12	16
Outros equipamentos	2	3	4	4	2	1
Nenhum	25	15	19	31	47	35
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Computador	50	39	46	50	54	43	43	63	65	49
TV	40	24	38	37	40	41	33	59	54	40
Vídeo	28	18	32	24	27	28	22	40	37	26
Aparelho de DVD	25	21	30	23	24	30	24	43	26	20
Aparelho de som	25	17	29	21	30	25	22	48	36	16
Máquina de datilografia	16	15	13	21	11	18	10	6	20	20
Outros equipamentos	1	0	3	5	1	2	3	1	2	1
Nenhum	35	52	45	29	36	39	48	27	14	33
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

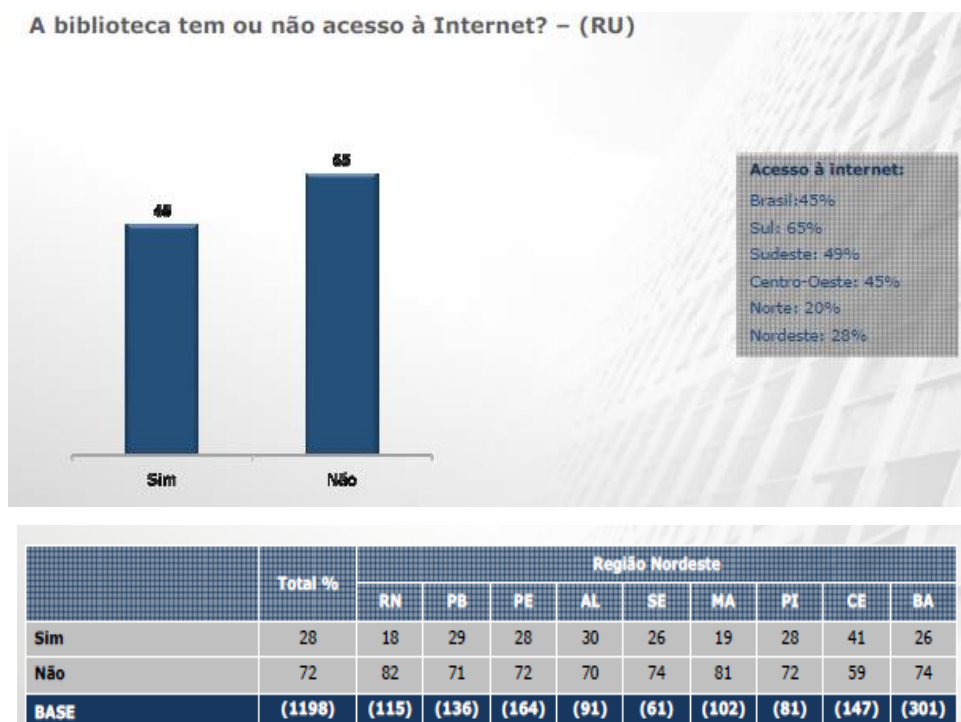
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Quantidade de computadores – (RU)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Contudo, embora o computador apareça como sendo o equipamento mais presentes nas BPM's brasileiras, 35% dessas instituições possuem apenas um computador e 55% não possuem acesso à Internet. No Nordeste e em Pernambuco esse percentual sobe para 72%, conforme gráficos abaixo.



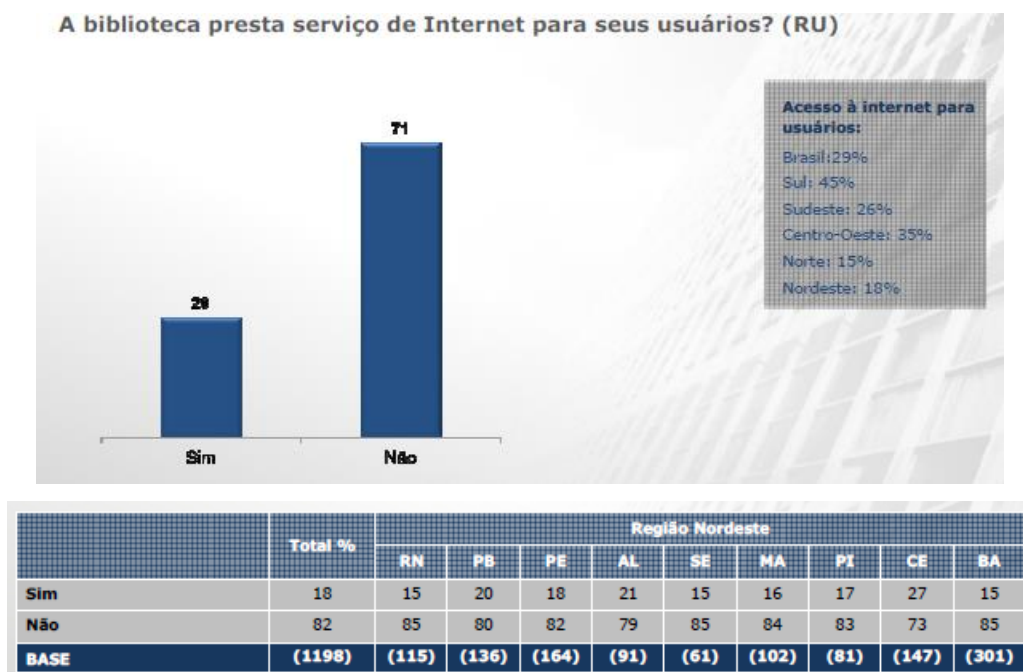
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Contudo, embora se esteja vivendo na “era da informação e do conhecimento”, com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC’s), as bibliotecas públicas, criadas e mantidas pelo Estado, deveriam ser o ponto de apoio local para a sociedade ter acesso à informação e à leitura, porém parecem estar em constante compasso. No Brasil,

essas bibliotecas, de modo geral, ainda são entendidas pela população como um espaço unicamente físico, de organização de documentos no suporte papel e que têm como atividade principal o atendimento às pesquisas escolares (MACHADO, 2010, p.94).

Vivem à espera de modernização de seus serviços técnicos a fim de melhorar o atendimento aos seus usuários que, por sua vez, exigem eficiência e rapidez nos serviços oferecidos. Assim, segundo Ferreira (2006, p. 120) ao conviver com uma sociedade que exige serviços de qualidade e informações precisas, e outra que não demanda nenhum tipo de serviço, por desconhecer as reais funções de uma biblioteca pública, “a biblioteca vive numa encruzilhada em vista dos seus recursos insuficientes e indefinição de políticas no nível do Estado para que ela venha cumprir sua função social”.

O mesmo se estende para o *serviço de internet aos usuários*, em que 71% das BPM's não oferecem esse tipo de serviço aos seus usuários. Em Pernambuco são 82%, o que significa que 134,48 das bibliotecas públicas pernambucanas não oferecem acesso à internet aos seus usuários.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

j) Quanto ao tipo de serviços prestados pelas BPM's, tem-se que 65% das pessoas que procuram a biblioteca são geralmente para realizar pesquisa escolar. No Nordeste esse percentual sobe para 75% e 74% em Pernambuco.



	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Pesquisa escolar	65	57	61	71	75	75
Pesquisa em geral	26	30	26	27	24	24
Lazer	8	13	14	1	1	1
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

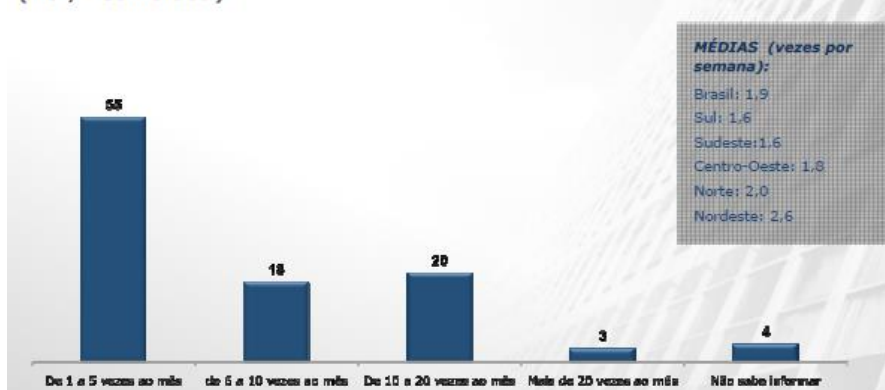
	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Pesquisa escolar	75	71	59	74	75	90	79	78	73	81
Pesquisa em geral	24	27	40	26	24	10	21	22	26	19
Lazer	1	2	1	1	1	0	0	0	1	0
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Sendo assim, conforme o quadro acima, ao se voltar quase que exclusivamente para o atendimento de alunos do ensino fundamental e médio, com a intenção de atender suas necessidades de pesquisas e atividades escolares, a biblioteca foi deixando de cumprir suas funções primordiais conforme determinado no *Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas* (1994).

k) Quanto à frequência dos usuários nas BPM's, tem-se que 55% dos usuários vão à biblioteca de 1 a 5 vezes ao mês. No Nordeste esse percentual aparece com 36% junto a 35% para aqueles que frequentam a biblioteca de 10 a 20 vezes ao mês.

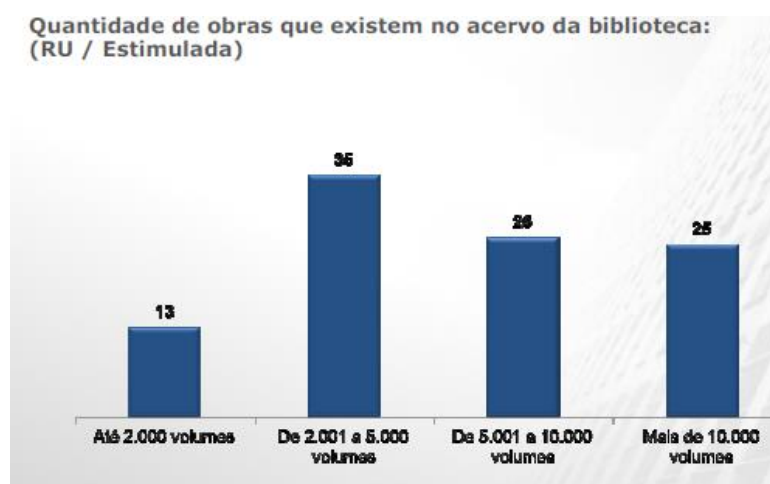
Frequência com que os usuários vêm a biblioteca:
(RU / Estimada)



	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
De 1 a 5 vezes	55	68	61	50	48	36
de 6 a 10 vezes	18	12	21	20	25	18
De 10 a 20 vezes	20	13	15	20	22	35
Mais de 20 vezes	3	3	1	1	3	6
Não sabe informar	4	3	3	8	3	4
Média (vezes/semana)	1,9	1,6	1,6	1,8	2	2,6
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

I) No quesito acervo, a quantidade de obras existentes nos acervos das bibliotecas públicas municipais ainda varia entre 2.000 e 5.000 volumes, ou seja, um percentual de 36%, seguido de 26% que possuem entre 5.000 e 10.000 volumes.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No Nordeste o percentual sobe para 45% e 42% em Pernambuco, para as BPM's que possuem de 2.000 a 5.000 volumes e 28% e 32% respectivamente, para as com 5.000 a 10.000 volumes, conforme gráficos abaixo.

	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Até 2.000 volumes	13	7	11	17	25	17
De 2.001 a 5.000 volumes	35	32	28	39	45	45
De 5.001 a 10.000 volumes	26	28	24	25	21	28
Mais de 10.000 volumes	25	32	36	19	9	11
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Até 2.000 volumes	17	27	23	9	33	11	21	12	4	16
De 2.001 a 5.000 volumes	45	40	49	42	48	39	63	59	33	44
De 5.001 a 10.000 volumes	28	23	23	32	14	34	14	21	49	28
Mais de 10.000 volumes	11	10	5	18	4	15	3	7	14	12
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

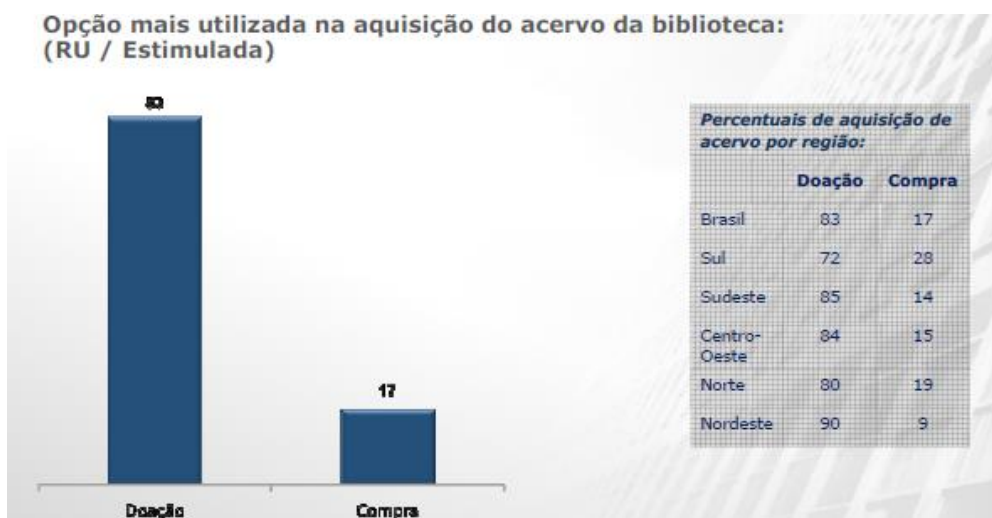
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Quanto aos *tipos de obras*, a maioria dos acervos é composto por livros (100%) e em segundo lugar, aparecem as revistas (84%).



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No Brasil, 83% de suas bibliotecas públicas municipais adquirem seus acervos por meio de doação e apenas 17% delas realizam compra. No Nordeste esse percentual ainda é maior (90%), conforme gráfico abaixo.

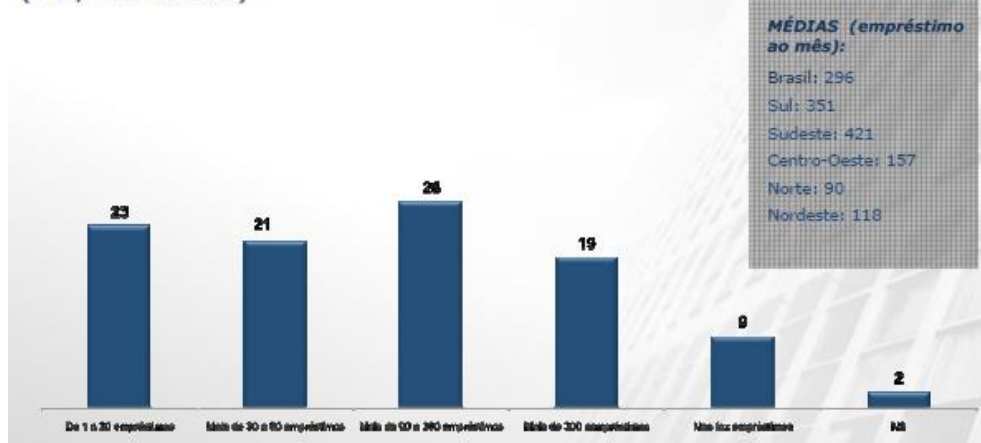


Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Fazendo um comparativo com o que diz o Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas (1994), “as colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade”, pode-se afirmar que, se a maioria dos acervos das bibliotecas públicas brasileiras são formados por 83% de materiais doados, e que a doação já traz consigo o aspecto da desatualização, essas instituições possuem volumes que não refletem as tendências atuais do mercado editorial, fato que causa desinteresse de muitos leitores que buscam encontrar nesses espaços o que há de mais recente em determinadas áreas do saber.

m) Quanto aos empréstimos, a quantidade média mensal das BPM's brasileiras é de 296. No Nordeste, esse percentual cai para 118.

Quantidade de empréstimos a biblioteca faz ao mês:
(RU / Estimulada)



	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
De 1 a 30 empréstimos	23	16	17	29	37	32
Mais de 30 a 90 empréstimos	21	22	20	23	22	21
Mais de 90 a 300 empréstimos	26	32	30	21	16	19
Mais de 300 empréstimos	19	27	28	11	6	7
Não faz empréstimos	9	2	3	13	20	20
NS	2	1	1	3	0	3
Média	296	351	421	157	90	118
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Em Pernambuco, a média mensal é de 146,7, tendo 31% das suas 164 BPM's pesquisadas, realizando de 1 a 30 empréstimos por mês e 24%, com mais de 90 a 300 empréstimos por mês.

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
De 1 a 30 empréstimos	32	40	35	31	30	41	33	28	17	35
Mais de 30 a 90 empréstimos	21	19	22	15	15	13	22	21	29	23
Mais de 90 a 300 empréstimos	19	14	10	24	4	7	11	16	35	24
Mais de 300 empréstimos	7	4	3	7	3	11	0	6	14	7
Não faz empréstimos	20	21	26	21	44	28	34	27	5	6
NS	3	2	4	2	3	0	0	1	0	5
Média	118	85,6	83,6	146,7	69,2	109	52	139,7	186,6	115
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

n) Quanto aos serviços voltados às pessoas com deficiência visual, tem-se que 91% das bibliotecas públicas municipais brasileiras não oferecem esse tipo de serviço. No Nordeste esse percentual chega a 95% e em Pernambuco, 93%.

**A biblioteca oferece ou não serviços para pessoas com deficiência visual?
(RU / Espontânea)**

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Oferece serviços	9	15	9	3	3	5
Não oferece serviços	91	85	91	96	97	95
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Oferece serviços	5	2	4	7	24	3	0	0	5	5
Não oferece serviços	95	98	96	93	76	97	100	100	95	95
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Ao não redirecionar sua atuação e redefinir internamente suas funções para atender as especificidades de seu público, a biblioteca ampliou o fosso que distancia os indivíduos. Isso, segundo Cysne (1993, p.43), se dar em virtude da

desvinculação do estudo dos problemas informacionais com questões sociais, econômicas, políticas e culturais do país que produzem indivíduos letrados ou socialmente aptos ao acesso a informações produzidas e sistematizadas, e um grande contingente de analfabetos e semi-analfabetos, expropriados de bens materiais, produtivos e culturais e, por isso mesmo, sem as condições favoráveis ao uso da informação registrada.

Já no quesito, *serviços para pessoas com outros tipos de deficiência*, a pesquisa levantou que 94% das BPM's não oferecem esse tipo de serviço. No Nordeste, esse percentual sobe para 96% e em Pernambuco, das 164 bibliotecas públicas visitadas, 93% não oferecem esses serviços, conforme gráfico abaixo.

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Oferece serviços	6	7	8	4	4	4
Não oferece serviços	94	93	92	96	96	96
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

**A biblioteca oferece ou não serviços para pessoas com outras deficiência?
(RU / Espontânea)**

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Oferece serviços	4	4	2	7	9	5	1	9	3	3
Não oferece serviços	96	96	98	93	91	95	99	91	97	97
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Tomando como base o *Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas*, de 1994, vê-se que a situação atual das BPM's está bem distante dos princípios e diretrizes apontados pelo referido Manifesto, quando afirma que os "serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas" (ORGANIZAÇÃO..., 1994, grifo nosso).

Assim, embora existam vários esforços de bibliotecas públicas que vêm desenvolvendo inúmeros trabalhos com a filosofia do fortalecimento da cidadania dos setores excluídos, assumindo a responsabilidade de atender e estendendo suas ações a outras camadas pouco atendidas, alguns setores continuam excluídos: os analfabetos, os portadores de necessidades especiais ou ainda aquelas pessoas que moram em zonas pouco acessíveis.

Isso se deve ao fato de que grande parte das ações ficam restritas aos espaços físicos dessas instituições, restringindo assim seu alcance de atuação, realidade que pude observar a partir das experiências acumuladas em diferentes momentos, seja como bibliotecária ou durante o período de atuação na gerência da *Biblioteca Popular de Afogados* (PE/RMR), entre 2010 e 2013, em que era perceptível que o órgão mantenedor, neste caso específico, a Fundação de Cultura Cidade do Recife/Diretoria de Gestão e Equipamentos Culturais (FCCR/DGEC) tinha desconhecimento do alcance e dimensão social das bibliotecas públicas municipais

do Recife, carecendo, assim, de políticas estruturadoras e permanentes para que o segmento pudesse cumprir de suas finalidades.

o) Quanto às atividades culturais oferecidas pelas BPM's regularmente, tem-se que dos 4.763 municípios que possuem pelo menos uma biblioteca pública aberta, 44% não realizam nenhuma atividade cultural. Já com relação às que realizam algum tipo de atividade, 29% estão relacionadas às atividades de contação de histórias.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Percebe-se que, na maioria das vezes, os grandes programas e projetos criados na esfera federal não chegam até essas instituições, que tradicionalmente, se colocam como receptoras de políticas idealizadas no nível central, e o MinC, segundo Machado (2010, p. 106),

por meio de seus projetos de doação de acervos e equipamentos para bibliotecas, estimulou durante anos essa forma de relação [...], sem consciência do potencial que têm esses espaços, os governos locais se contentam em receber kits padronizados de bibliotecas, sem nenhuma identificação com as necessidades locais, o que leva à

criação de espaços sem atrativos e sem condições de atendimento adequado.

Conforme destaca Machado (2010), é interessante perceber que alguns governos locais veem como um diferencial em sua gestão apenas a construção de um prédio para abrigar a biblioteca pública, onde utilizam a inauguração para fins eleitoreiros, e que após um curto período de tempo, a biblioteca fica relegada a último plano. Machado (2010) reitera o que Milanesi (1989) já apontava na década de 1980, quando diz que as bibliotecas enfrentam constantemente problemas como falta de recurso para manutenção do acervo e infraestrutura, funcionários com salários inadequados, a não contratação de bibliotecários com formação adequada para atuar e implementar serviços de qualidade para a população.

Diante da existência de poucos trabalhos e pesquisas que tratem especificamente de políticas públicas locais para bibliotecas, faz-se importante apresentar, aqui, os principais dados levantados pelo *I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco*, realizado entre os dias 13 e 14 de novembro de 2012, na Academia Pernambucana de Letras, organizado em três mesas temáticas e grupos de trabalho distribuídos em dois dias de atividades.

O referido Encontro foi resultado de uma ação articulada entre organizações não governamentais e movimentos sociais, órgãos do governo estadual e municipal e instituição pública de ensino superior. Teve como objetivo, reunir os diferentes segmentos de bibliotecas públicas para promover o debate sobre a situação das bibliotecas pernambucanas na política pública para o setor do livro, leitura e bibliotecas, resultando num mapeamento rápido participativo sobre a situação desses equipamentos no Estado.

Conforme foi mostrado anteriormente, a partir de 2003, o governo federal, através do MinC, avança no que se refere às políticas públicas de leitura, resultado dos processos de articulação entre a sociedade civil e os governos que “têm unido esforços para a formulação e controle social das políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento de um projeto de desenvolvimento para o Estado Brasileiro, tal como conquistado na Constituição Cidadã de 1988” (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012).

Com relação à situação das bibliotecas públicas em Pernambuco, em 2012, Pernambuco possuía cerca de 2% de seus municípios sem bibliotecas públicas.

Contudo, embora esse percentual aponte para um aspecto positivo, o fato é que as bibliotecas públicas que estão em funcionamento, deixam muito a desejar.

Segundo informações coletadas durante o levantamento realizado pelo I Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco (2012), das 197 bibliotecas municipais existentes, apenas 10 estavam ligadas a secretarias/ fundações de cultura. Todas as demais, ou seja, 187 bibliotecas estavam vinculadas a secretarias de educação.

No Brasil, de modo geral, as bibliotecas municipais estão subordinadas às Secretarias de Cultura dos Municípios ou dos Estados, sendo comum em alguns municípios a existência de secretarias que integram as áreas de Cultura, Educação, Esporte, Turismo. Nesse tipo de arranjo, a biblioteca pública sempre ficou vulnerável aos mandos e desmandos de seus governantes locais, que ora transferem a responsabilidade de manutenção e gestão desses espaços para as secretarias de Cultura, ora para as secretarias de Educação.

Diante da ocorrência do baixíssimo número de bibliotecas escolares, estas bibliotecas passam a exercer, conforme já citado por Milanesi (1989), quase que exclusivamente, a função de espaço voltado à pesquisa escolar do que efetivamente o papel de promotoras de informação, articuladoras culturais e geradoras de novos conhecimentos. Com isso, percebe-se que

não há uma clara definição sobre a função e o lugar das bibliotecas públicas no estado de PE, já que muitos municípios localizam suas bibliotecas ora na Secretaria de Educação, ora na Secretaria de Cultura, inviabilizando assim a continuidade de um projeto político-cultural para a ação pública das bibliotecas (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012).

Embora sejam visíveis os esforços em nível federal, quando se trata de ações em nível estadual, verifica-se que uma pequena parte dos investimentos contemplam as bibliotecas públicas. A maior parte dos investimentos no setor do Livro, Leitura e Literatura ainda está focada na criação, produção e circulação.

Mesmo com alguns projetos de bibliotecas comunitárias sendo aprovados por meio de editais do Funcultura – Fundo de Cultura de PE, esses instrumentos não estão voltados especificamente para atender as necessidades estruturantes desses equipamentos, tais como a manutenção de uma equipe fixa de profissionais. Sendo

assim, conforme apontado pelo Relatório Preliminar do Encontro (2012), não há investimento em bibliotecas como equipamento cultural público fundamental para o desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades.

A Biblioteca, portanto, “precisa ser compreendida como um centro de cultura, conhecimento e convivência, cuja atuação vai da democratização do acesso à leitura, múltiplas linguagens artísticas, à criação e produção de conhecimentos” (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.2).

A partir do momento que as bibliotecas públicas passarem a ser compreendidas sob essa perspectiva, devem ser consideradas nos planos orçamentários e financeiros dos governos nas três esferas - municipal, estadual e nacional, em articulação com os setores não governamentais e privado. Infelizmente, no Brasil, em que pesem os esforços, “o investimento público governamental ainda não atende essa demanda, identificando-se, pois, nas bibliotecas, o elo mais frágil da cadeia mediadora” (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.2).

Sendo assim, o referido Encontro foi dirigido aos representantes das bibliotecas públicas dos diversos segmentos do Estado de PE, tem como objetivo principal, debater a situação das bibliotecas a partir de mesas de reflexões e de promover um mapeamento da situação atual; e que por meio de sistematização, as informações pudessem servir para incidir na construção de uma política para as bibliotecas públicas no estado.

Durante o Encontro, segundo dados do Relatório Preliminar (2012), a discussão sobre a formação de uma sociedade leitora levou à constatação sobre a necessidade permanente de sensibilização dos gestores públicos para “a importância da biblioteca na democratização do acesso e na formação de leitores e a promoção do livro, da leitura e da literatura como um direito estruturante para a garantia de outros direitos de cidadania”. (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.8).

Apontou-se a necessidade de constituição de uma política pública, com ações continuadas e orçamento definido, fontes de financiamento garantidas que visem superar a fase de projetos e programas que mudam de nome e são reformulados nas mudanças de gestão governamental.

Constatou-se ainda que a mobilização das organizações e movimentos sociais, sua articulação com as organizações governamentais e a ocupação qualificada dos espaços de incidência foram e são fundamentais para algumas conquistas: a base para as políticas públicas: Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, Plano Estadual do Livro e Leitura - PELL, Plano Municipal do Livro e Leitura - PMLL, Lei Federal 12.244/2010, que determina a criação de bibliotecas em 100% das escolas públicas e privadas até o ano de 2020, entre outras.

Contudo, é por meio do compromisso comunitário, do enraizamento como fator fundamental para a sustentabilidade das iniciativas, pois embora seja tamanha a importância das parcerias entre os movimentos sociais, órgãos governamentais e instituições de ensino na construção de políticas, “os parceiros ajudam com recursos, mas o que sustenta a biblioteca comunitária é o comprometimento da comunidade; do estado e do município vem muito pouco”. (Isamar Santana, Cepoma-Recife/ PE).

Compreendendo que o livro - e por extensão leitura, literatura e biblioteca – não são artigos de primeira necessidade para a maioria das famílias que ainda lutam por direitos básicos tais como alimentação, moradia, educação e saúde, outro aspecto sintetizado nos debates foi o reconhecimento de que “é preciso numa mudança cultural em relação ao objeto livro e, em consequência, em relação à biblioteca como um importante equipamento cultural público” (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.8).

O debate evidenciou também a importância do trabalho colaborativo para gerar bons frutos na mobilização de pessoas e na construção de políticas públicas para o setor das bibliotecas. As falas de diferentes integrantes das mesas, fortaleceu a ideia da importância da integração das bibliotecas em rede.

Sendo assim, conforme apontado pelo Relatório Preliminar do Encontro, estabelecer e/ou aprofundar as parcerias entre a gestão pública e a sociedade civil, comprometer e monitorar o poder público para criar e executar as políticas públicas para o desenvolvimento de bibliotecas implica em mobilização social, articulação intersetorial, planejamento, no enraizamento comunitário, bem como na destinação orçamentária e da definição de fontes de financiamento.

Durante a realização desse Encontro, houve a formação dos Grupos de Trabalho, cuja finalidade foi construir um levantamento preliminar - inspirado na metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo - onde a equipe responsável por sua organização, estabeleceu a dinâmica e o propósito de sua aplicação junto aos participantes, a fim de obter dados sobre a situação das bibliotecas públicas no estado de PE, e a partir dos múltiplos olhares foram organizados grupos por segmentos de participantes. Cada grupo recebeu um roteiro elaborado pela comissão organizadora do Encontro, além de suporte de um membro da comissão que se dedicou em registrar e interagir durante as reflexões dos grupos.

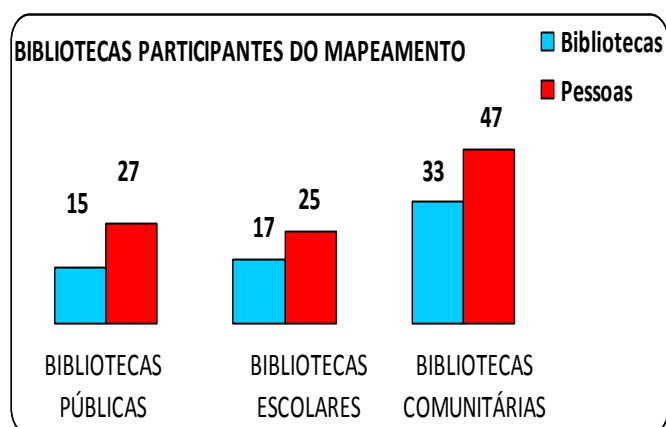
Os participantes foram divididos nos seguintes grupos: bibliotecas públicas municipais e estadual; escolares e comunitárias; Gerências Regionais de Educação - GRE's, Secretarias de Educação e Cultura e Sistema Estadual de Biblioteca Pública - SEBP.

Abaixo, serão apresentados os principais dados levantados durante o 1º Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco:

GRUPOS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

a) Participaram do Mapeamento:

- **14 Bibliotecas Públicas Municipais** e 01 Biblioteca Pública Estadual;
- **17 Bibliotecas Escolares**, representando 14 municípios de PE;
- **33 Bibliotecas Comunitárias**



b) Principais Resultados:

Os principais aspectos destacados no mapeamento estão relacionados às condições gerais de funcionamento e gestão das bibliotecas, por segmento.

Quanto ao acervo, tem-se:

Diversidade	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Bastante diverso e suficiente	0	4	4
Relativamente diverso e suficiente	9	17	21
Pouco diverso e suficiente	3	7	4
Nada diverso e totalmente insuficiente	1	1	0
Não sabe	1	0	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Volume	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Totalmente adequado	1	4	4
Relativamente adequado	12	16	25
Pouco adequado	0	0	0
Totalmente inadequado	2	2	0
Não sabe	0	2	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Observando-se as tabelas acima, percebe-se que as bibliotecas públicas, no que diz respeito à diversidade e volume de seus acervos, estão em condições inferiores em relação às demais bibliotecas, embora sejam mantidas pelas administrações estaduais e municipais.

Quanto à acessibilidade do acervo:

ACESSIBILIDADE DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Textos para o público com baixa visão – textos com fontes grandes	2	7	14
Livros em Braille	9	7	11
Áudio Livro	5	6	11
Sinalização em Braille	1	0	0
Não respondeu	1	0	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Em relação à disposição de acervos acessíveis para pessoas com limitação visual, das bibliotecas públicas municipais participantes, apenas duas possuem esse tipo de material em seus acervos. Além disso, é baixíssimo o número de bibliotecas públicas que se preocupam com a sinalização em Braille.

Quanto à conservação do acervo:

CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Bastante conservado	3	11	19
Relativamente conservado	12	13	14
Deteriorado (muito desgastado e com fungos)	2	0	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Verifica-se nesse item que as bibliotecas públicas municipais e estadual são as que estão em situação de maior fragilidade, já que 12 delas indicaram ter os acervos relativamente conservados. Esse dado corrobora com percentual do Nordeste, que apontou que apenas 1% das BPM's possuem laboratório ou serviço de conservação/restauração de acervo, segundo a pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Quanto à atualização do acervo:

ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Bastante atualizados	0	5	5
Relativamente atualizados	9	19	10
Pouco atualizados	7	1	8
Nada atualizado	2	0	1
Não responderam	0	4	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Quando a questão é a atualização, verifica-se um número significativo de bibliotecas públicas municipais informam que seus acervos são relativamente ou pouco atualizados, conforme pode-se verificar na tabela acima.

Quanto à aquisição de acervo:

AQUISIÇÕES DE ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
São feitas exclusivamente por doações	12	4	1
São feitas por doações, com um pequeno recurso para compra	3	18	25
São feitas a maior parte por compras, já que existe um bom recurso para isso	0	1	3
São feitas exclusivamente por compras	1	0	0
Não sabe dizer/não respondeu	0	1	4

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

É preocupante o fato de que praticamente 80%, de um total de 15 bibliotecas públicas municipais, adquiram seus acervos exclusivamente por doações. Mais uma vez, fica evidente a necessidade de políticas públicas estruturantes para o segmento que contemple a destinação de orçamento específico para atender a essas demandas.

Quanto aos principais doadores:

PRINCIPAIS DOADORES	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Acervos doados pelo MEC (FNDE, PNBE, etc)	7	23	8
Acervos doados pelo MinC	7	1	12
Acervos doados por usuários	11	14	22
Acervos doados pela comunidade	10	4	26
Outros doadores	2	4	24

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

De acordo com o Relatório Preliminar (2012), verifica-se certa coerência no que tange às políticas de distribuição de livros, já que todas as bibliotecas escolares apontam receber livros dos programas do MEC, contra apenas sete públicas municipais e oito comunitárias, o que é correto, uma vez que esses acervos são destinados às bibliotecas escolares. No caso das BPM's, os maiores doadores ainda são seus usuários.

Quanto à organização de acervo: a maioria das bibliotecas públicas municipais adota o sistema tradicional de classificação;

Quanto à automação do acervo:

AUTOMAÇÃO DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Sim	4	5	25
Não	4	19	2
Não sabe	1	0	0
Não respondeu	8	0	7

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Neste item, verifica-se que as bibliotecas comunitárias estão em melhor situação que as públicas municipais e as escolares, indicando que 73% dos espaços estão com os seus acervos automatizados ou em processo de automação, contra 24% das públicas e 21% das escolares.

Quanto aos processos técnicos:

QUEM FAZ OS PROCESSOS TÉCNICOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Toda a equipe	9	18	20
Equipe específica	6	6	10
Não respondeu	2	0	3

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Quanto aos processos técnicos, verifica-se que em todos os segmentos os processos técnicos ocupam toda a equipe, mesmo nas bibliotecas públicas, onde era de se esperar uma melhor divisão dos trabalhos.

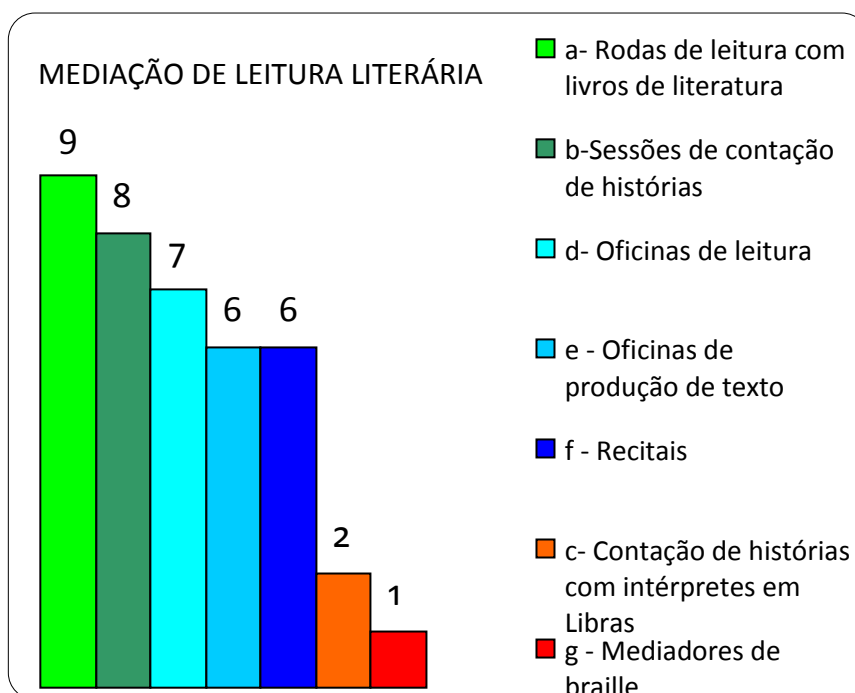
Fazendo um recorte apenas do universo das bibliotecas públicas municipais, tem-se que:

Quanto ao espaço físico: 30% consideram seus espaços pouco ou nada adequados à demanda, mais especificamente no que se refere a:

- a) Tamanho: 76% considera os espaços físicos relativamente adequados ou pouco adequados para a demanda;
- b) Iluminação: 58% considera relativamente ou pouco adequada;
- c) Ventilação: 58% considera relativamente ou pouco adequada;
- d) Acústica: 65% considera relativamente ou pouco adequada.

Em relação a equipamentos: apenas uma biblioteca, entre as 15 participantes, dispõe de computadores em número suficiente para uso da equipe e dos usuários.

Já em relação às atividades culturais e de promoção da leitura: Todas as bibliotecas públicas municipais participantes da pesquisa desenvolvem algum tipo de atividade de promoção da leitura.



Verifica-se ainda, conforme gráfico acima, qu as atividades mais expressivas nas bibliotecas públicas são as rodas de leitura, as sessões de contação de histórias, as oficinas de leitura, produção de textos e recitais. Contudo, é preocupante que a maioria ainda não desenvolva atividades que incluam o público com necessidades especiais.

Em relação à gestão, especificamente, a formação dos profissionais em serviço, um aspecto positivo é que em 100% dessas bibliotecas encontram-se profissionais de nível superior, entretanto identificou-se apenas dois da área de Biblioteconomia. Contudo, em 64% do total de bibliotecas participantes, não tem nenhum tipo de formação específica ou continuada para seus profissionais. Esses são apenas alguns dados levantados especificamente sobre as bibliotecas públicas municipais, no mapeamento preliminar que envolveu 172 (cento e setenta e duas) pessoas (representantes de Gerências Regionais de Educação – GRE's, Secretarias de Educação e Cultura de municípios do interior, Bibliotecas Escolares, Comunitárias e Públicas Municipais e Estadual.

Durante a realização do referido Encontro, verificou-se que há um reconhecimento generalizado sobre os investimentos que vêm sendo feito na área do livro, entretanto, esses investimentos tem tido como foco o objeto livro, beneficiando mais diretamente o setor editorial, em última instância. Nesse sentido, faz-se necessário inverter essa prioridade.

O representante da Representação Regional Nordeste/MinC, *Roberto Azoubel*, destacou também a dificuldade que os gestores têm em provocar a participação da sociedade civil, a exemplo do processo de construção dos planos estaduais e municipais do livro e da leitura, que deviam replicar o PNLL: “é preciso sensibilizar a sociedade civil para colaborar, cobrar dos poderes locais, senão não vai”, afirma.

Diante disso, constata-se a necessidade de formar e sensibilizar as pessoas, as organizações populares, os gestores públicos, a sociedade em geral para que se aproprie do direito. Conforme, *Tânia Pacheco*, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP),

[...] nós fazemos parte dessa vontade política”.[...] Há municípios em que o prefeito não quer a biblioteca; podemos sensibilizar, mobilizar a sociedade para que cobre do gestor esse direito que está previsto em lei (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.24).

Já que a realização de qualquer investimento prescinde de um levantamento mínimo informações que permita fazer escolhas e construir caminhos, planejando o desenvolvimento do setor. O referido Encontro pretendeu ser o primeiro passo na construção desses caminhos, ou seja, espera-se que esse mapeamento, ainda que preliminar, sirva de instrumento capaz de contribuir para a sensibilização de gestores públicos e mobilização da sociedade na construção de uma política pública de leitura, que articule os diferentes elos da cadeia do livro e leitura, e que tenha em sua centralidade o desenvolvimento das bibliotecas públicas, como o instrumento fundamental para a democratização do acesso à informação, livro e leitura e, portanto, para o desenvolvimento sustentável do estado.

Como desdobramento do Encontro, a expectativa era que após o evento, fosse possível mobilizar a sociedade para promover a refundação do *Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura*, cujo objetivo deveria ser a mobilização dos municípios e da administração estadual para a formulação dos Planos para o Livro e Leitura, com ênfase para as bibliotecas públicas.

Conforme foi visto nos dados e análises expostos acima, embora algumas bibliotecas públicas brasileiras consigam se superar, adaptando-se aos novos tempos, incorporando várias modalidades de registro do conhecimento e oferecendo serviços variados, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e a cultura, a grande maioria dessas instituições sofrem as consequências oriundas de políticas públicas, nem sempre participativas e democráticas, ações essas que muitas vezes comprometem o papel da biblioteca, enquanto espaço cultural e instituição de domínio público, de atuar, efetivamente, como centro fomentador e gerador do conhecimento.

Diante desse imperativo, é preciso refletir sobre as políticas públicas de caráter permanente que visem apoiar essas instituições que têm em sua essência, a responsabilidade de armazenar, dar acesso, possibilitar o uso e disseminação um vasto número de registros informacionais, veiculando à sociedade a multiplicidade de informações existentes em seus acervos e atuando como um organismo que converge seus objetivos em favor do usuário, conforme suas particularidades e necessidades informacionais, além de ser um espaço potencializador de processos

socioculturais e educativos, e, portanto, de emancipação humana.

Ao buscar um modelo de biblioteca pública que atenda as demandas da sociedade e cumpra minimamente com o que lhe está determinado dentro de um Estado Nacional, o *Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) publicado em 1949 nos Estados Unidos, revisado em 1972 e atualizado em 1994⁵⁶, serve de mecanismo para a formulação de uma política de bibliotecas públicas ao afirma que,

a biblioteca pública é um centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. Os serviços da biblioteca pública devem, por princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais (ORGANIZAÇÃO..., 1994).

Outro documento que define também as funções de uma biblioteca pública é a *Declaração de Caracas*, fruto de um encontro sobre biblioteca pública realizado em 1985⁵⁷, em que foram reafirmados os compromissos com o *Manifesto da UNESCO* e aprovadas diretrizes para nortear a ação das bibliotecas públicas.

Por meio dessa declaração as bibliotecas públicas passam a ser compreendidas como um instrumento de transformação social em toda a América Latina e no Caribe. Nela, uma série de diretrizes são definidas como sendo papel da biblioteca pública, entre as quais se destaca:

⁵⁶ Essa última versão do Manifesto foi preparada em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovada pela UNESCO em novembro de 1994 (ORGANIZAÇÃO..., 1994).

⁵⁷ Esse encontro foi organizado pela International Federation of Library Associations (IFLA) e pelo Centro Regional para el fomento del libro en América Latina y el Caribe (CERLALC). Participaram desse encontro representantes de organizações regionais, nacionais e de cooperação técnica de trinta países da América Latina e do Caribe para pensar estratégias para o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Asegurar a toda la poblacion el libre acceso a la información en sus diferentes formas de presentación. Esta información debe ser amplia, actualizada y representativa de la suma de pensamientos e ideas del hombre y la expresión de su imaginación creativa de tal manera que tanto el individuo como la comunidad, puedan situarse en su entorno histórico, socio económico, político y cultural. Estimular la participación activa y efectiva de la población en la vida nacional, incrementando así el papel de la biblioteca como instrumento facilitador de cambio social y de participación en la vida democrática; servir como centro de información y comunicación para la comunidade; Promover el rescate, comprensión, difusión y defensa de la cultura nacional e autóctona; Apoyar el desarrollo de una industria editorial nacional y regional económicamente fuerte y culturalmente independiente (DECLARACIÓN..., 1999, p.57).

De acordo com Ferreira (2006), a divulgação dessa Declaração, em 1985, coincide com o momento em que o Brasil discutia estratégias de viabilizar políticas públicas encaminhadas por diversos setores da sociedade civil e pelas pressões desencadeadas para a realização da Assembleia Nacional Constituinte.

Esse processo de mobilização estimulou a reorganização de categorias de profissionais, dentre as quais a de bibliotecários que, em diferentes estados, passaram a pensar novos modelos de gestão para as bibliotecas públicas, incluindo temas como práticas democráticas de incentivo à leitura, ação cultural em bibliotecas públicas, estratégias de atuação para que as bibliotecas se tornassem canais de intermediação entre a sociedade e a informação. Assim, as bibliotecas públicas começam a adotar modelos mais democráticos de gestão, estimuladas pela formação de novos bibliotecários egressos dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais de todo o país.

Porém, com a extinção do *Instituto Nacional do Livro (INL)* no Governo Collor, as bibliotecas perdem uma das suas referências, já que o INL vinha reformulando sua filosofia de trabalho para adequar-se às novas demandas e anseios daqueles que pensavam as bibliotecas públicas a partir do princípio de que devem garantir o acesso à informação a todas as camadas sociais. Nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso, essas demandas continuam sendo desconsideradas e o INL só é reativado parcialmente no Governo Lula⁵⁸.

⁵⁸ Vale ressaltar alguns projetos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que objetiva estimular a leitura através do projeto: “Arca das Letras”. Esse projeto implantou mil e

De acordo com Machado (2010), somente a partir de 2003, percebe-se algumas mudanças no sentido de ampliar o diálogo e a participação da sociedade no que se refere às políticas públicas nacionais para bibliotecas.

Segundo Lindoso (2004) “a percepção da importância das bibliotecas não surge espontaneamente na população. É um trabalho de décadas de conscientização e de investimento público [...]”. Tomando como base a análise realizada por Paiva (2008) e reforçada por Machado (2010), é possível perceber que, nas últimas décadas, as políticas públicas para bibliotecas no Brasil pouco contribuíram para melhorar essa percepção.

Fazendo um rápido percurso histórico, destacam-se algumas ações do Estado anteriores a 2003:

a) a criação do *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas* (SNBP), em 1992, no âmbito Federal, vinculado ao Ministério da Cultura, cujo principal objetivo foi o fortalecimento das bibliotecas públicas por meio da “implantação de um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2006). Para isso, criou-se em cada estado brasileiro um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas com o objetivo de apoiar a implantação e dinamizar de bibliotecas em todos os municípios, além da capacitação de auxiliares de biblioteca que se responsabilizariam em coordenar as ações das bibliotecas nesses municípios. Atualmente, de acordo com Machado (2010), é de responsabilidade do SNBP o desenvolvimento das seguintes ações: programa Livro Aberto, que propõe implantar bibliotecas em municípios que não as possuem e a revitalizar as já existentes; cadastro de bibliotecas públicas; capacitação e seminários; e assessoria técnica para as bibliotecas que fazem parte do sistema.

b) o lançamento do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), em 1992, pelo governo federal, que surge como uma ação do Ministério da Cultura

quinhentas minibibliotecas em parcerias com as comunidades e sindicatos de trabalhadores rurais. Além disso, é creditada a esse governo uma série de iniciativas que se inserem na perspectiva de tornar a leitura um bem público, a exemplo dos projetos *Fome de Livro*, *Programa Uma Biblioteca em Cada Município* e o mais recente *Plano Nacional do Livro e da Leitura* (PNLL), que é parte da ação da Política Nacional do Livro criada pela Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, que tem caráter permanente e agrega um conjunto de metas e estratégias que visa democratizar o acesso à informação, apoio as bibliotecas públicas, edição de publicações entre outras medidas descritas no Plano (BRASIL, 2006).

voltada à formação de leitores e que, segundo Machado (2010), por meio de seus comitês regionais, desenvolve ações em parceria com as secretarias estaduais e municipais de cultura e educação pelo país. Em sua sede, no Rio de Janeiro, também são oferecidos cursos de formação, palestra, entre outras atividades de incentivo à leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura da rede pública.

c) a criação do programa *Uma Biblioteca em Cada Município*, em 1993, cujo objetivo era implantar bibliotecas pelo país, distribuindo estantes, livros e oferecendo capacitação para a gestão dessas bibliotecas. Segundo Machado (2010, p. 100), “um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática”. Ainda nesse ano, o Ministério da Reforma Agrária, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, lançou o projeto *Arca das Letras*, cujo objetivo foi criar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura locais para atuar nesses espaços. Em 2006, esse mesmo Ministério criou o projeto *Bibliotecas Famílias Agrícolas*, com foco na distribuição de livros para as Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais.

Assim, diante dos exemplos citados acima e conforme Machado (2010, p.102), é possível constatar que

as ações governamentais voltadas para a área de bibliotecas não se restringem apenas ao MinC, outros órgãos e ministérios incluíram em seus programas ações que, de alguma forma, pretendiam potencializar esses espaços. No entanto, um problema se evidencia: a falta de articulação e sinergia entre as diferentes iniciativas.

A partir do governo Lula, o Ministério da Cultura, juntamente com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) vem, desde 2004, por meio de várias ações, como por exemplo, o *Programa Livro Aberto* - ação que por meio do estabelecimento de um contrato de comodato entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a prefeitura beneficiada, buscou garantir a entrega de um conjunto de equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo- realizando um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no país, assim como a modernização de bibliotecas já existentes. Durante o período de 2004 a 2011, período em que perdurou o Programa, foram criadas 1.705 novas bibliotecas e

modernizadas 682, além disso, concedeu bolsas na área do livro e da leitura, realizou capacitação de agentes públicos na área, entre outros.

Com o intuito de servir como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada, o governo federal cria o *Programa Fome de Livro*, que em sintonia com o *Plan Ibero-americano de Lectura*, estabelece o ano de 2005 como o ano do livro e da leitura e institui a marca VIVALEITURA.

De acordo com Machado (2010), em decorrência dessa ação surgiu, capitaneada pelo MinC, o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com a intenção de se constituir numa política de Estado para a área de bibliotecas. E que para viabilizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a área, iniciou um processo de articulação dos inúmeros projetos, programas, ações e atividades em geral ligadas ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca.

O SNBP participou da construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), integrando o eixo 1 – democratização do acesso, seguindo, assim, as suas diretrizes e estimulando a criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL.

Nos objetivos do PNLL, conforme afirma Machado (2010), pode-se constatar a disposição do Estado em reorganizar essa situação, no sentido de articular ações até então dispersas e fragmentadas.

[...] criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte de diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil [...] (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

De acordo com Machado (2010, p. 103), nunca no país tinha ocorrido um processo semelhante, pois esse processo foi marcado pela intensa participação da sociedade civil, “por meio de inúmeras reuniões regionais e nacionais para discussão e formulação dessa nova política nacional para o livro e a leitura, além das constituições dos representantes e conselhos regionais”. Para isso, criou-se a Câmara Setorial do Livro e da Leitura (CSLL), com o intuito de reunir e representar os diversos setores - governo (federal, estadual e municipal), universidades,

professores, bibliotecários, escritores, ONGs e empresas privadas - que tivessem envolvimento com o assunto.

De acordo com Machado (2010, p. 95), no que se refere às informações sobre bibliotecas, “até bem pouco tempo só contávamos com o cadastro⁵⁹ do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) o qual disponibiliza a relação de bibliotecas públicas conveniadas ao órgão”. Contudo, ainda em 2003, o MinC deu início à construção de um banco de experiências⁶⁰ com o objetivo de mapear as ações em prol do livro e da leitura.

Em 2004, o Ministério da Cultura (Minc) para suprir o déficit de informação organizada na área da Cultura, firmou um convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a fim de criar o *Sistema de Informação e Indicadores Culturais* (Sniic), apresentando como um dos resultados o *Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC 2006)⁶¹ e, em 2009, foi publicado o anuário de estatísticas culturais – *Cultura em números*, “resultado da compilação de dados levantados em pesquisas desenvolvidas em parceria com o IBGE, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e outras fontes” (MACHADO, 2010, p.95).

Dando continuidade às ações implementadas pelo governo federal, em 2007, por meio do Decreto Federal nº 6.226, o Presidente da República instituiu o *Programa Mais Cultura*, com o objetivo de:

- I – ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- II – qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
- III – gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro (BRASIL, 2007a, p. 1).

⁵⁹ <Endereço eletrônico: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=snbpr:snbp>>

⁶⁰ <Endereço eletrônico: <http://www.pnll.gov.br/>>

⁶¹ <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>

O *Programa Mais Cultura* ampliou o conceito dos Pontos de Cultura (ação do Programa Cultura Viva) e criou os *Pontos de Leitura* que, enquanto polo de articulação local,

incorporaram as experiências das bibliotecas comunitárias, ou seja, aqueles espaços de leitura criados por pessoas ou grupos de pessoas, sem vínculo direto com órgãos governamentais, que tem por objetivo ampliar o acesso de uma determinada comunidade à leitura e ao livro” e que [...] deveriam ser articulados às bibliotecas públicas municipais [...], fortalecendo espaços públicos já constituídos, aproximando esferas que têm os mesmos ideais e que, de maneira sistêmica, terão melhores condições de enriquecer seus serviços, assim como sedimentar e multiplicar suas ações” (MACHADO, 2010, p.105).

Dentro das três linhas de ação previstas pelo Programa Mais Cultura, a primeira, “Cultura e cidadania” está voltada às bibliotecas públicas com o objetivo de “garantir o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais” (BRASIL, 2007b). De acordo com Machado (2010), por meio dessa linha de investimento, vários editais foram abertos para que os municípios pudessem pleitear recursos para as bibliotecas públicas do país.

Ainda segundo Machado (2010), o Edital de Concurso Público nº 1/2009, “*Edital Mais Cultura de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais*”, por exemplo, destinou um total de 6,5 milhões de reais para a modernização de 200 bibliotecas de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, cujo investimento se deu em mobiliário, equipamentos e acervo. Já o Edital de Concurso Público nº 3/2010, “*Edital Mais Cultura de Apoio às Bibliotecas Públicas 2010*”, disponibilizou R\$ 30.600.000,00 (trinta milhões e seiscentos mil reais) para investimentos em acervos, equipamentos, mobiliários e capacitação de pessoal de bibliotecas municipais já existentes; implantação de bibliotecas de bairro, distritais e/ou rurais; e, apoio às bibliotecas acessíveis.

Também em 2010, juntamente com a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL) do MinC, lançou o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais com o objetivo de identificar o perfil destes equipamentos culturais no Brasil. Desde então o SNBP vem trabalhando esses dados e validando as informações juntamente com os SEBP, com vistas a embasar as políticas, ações e investimentos públicos na área de bibliotecas no país.

Em 2012, o SNBP aderiu formalmente ao Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas – IBERBIBLIOTECAS que tem por objetivo promover o acesso livre e gratuito a leitura e a informação de todos os cidadãos sem discriminação, por meio da formação de uma rede iberoamericana de cooperação em matéria de bibliotecas públicas.

Em 18 de março de 2014, a Ministra da Cultura, *Marta Suplicy*, assinou o lançamento de mais quatro editais para incentivo à leitura, formulados de forma integrada entre a Secretaria do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB em diálogo com a sociedade civil e que segundo José Castilho e Fabiano Piúba, tem como objetivo maior "formar um país de leitores".

Para apoiar esse objetivo, o total investido será de R\$6,6 milhões divididos em quatro ações: 1) Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas (R\$ 1.700.000,00); 2) Bolsas de Fomento à Literatura (R\$ 1.900.000,00); 3) Prêmio Leitura Para Todos: projetos sociais de Leitura (R\$ 1.500.000,00); 4) Circuito de Feiras de Livros e Eventos Literários (R\$ 1.500.000,00). Vale ressaltar que os objetivos desses editais têm relação direta com as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) voltadas às bibliotecas públicas.

As ações implementadas pelo SNBP são planejadas de acordo com as metas estabelecidas do Plano Nacional de Cultura (PNC). Atualmente, são 13 metas relacionadas às bibliotecas e, dentre elas, destaca-se a Meta 32, cujo objetivo é que 100% municípios brasileiros tenham bibliotecas públicas em funcionamento e atendendo à população.

Para atingir essa meta, o projeto "*Mais Bibliotecas Públicas – Apoio à instalação e qualificação de Bibliotecas Públicas*", resultado do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) por meio SNBP, vêm realizando um processo de mobilização local a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil.

Para atingir estes objetivos, foi realizado um levantamento, análise e validação de dados sobre os municípios que estavam sem bibliotecas públicas. A partir disso, foram realizados mais de 20 encontros regionais, com 349 municípios de 18 estados, envolvendo um número aproximado de 1.300 pessoas, para

mobilizar e sensibilizar os gestores públicos e a sociedade civil no intuito de ampliar o número de bibliotecas públicas no território brasileiro, além de reabrir o equipamento cultural nos municípios em que se encontra fechado.

De acordo com o site do SNBP, o trabalho envolve também a articulação entre os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) e as lideranças locais que participam da construção dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, assim como instituições não governamentais e coletivos que atuam na valorização e requalificação de bibliotecas públicas comunitárias e escolares.

Quanto aos investimentos, de 2004 a 2012, de acordo com o site do SNBP, foram investidos em:

- Contratos de comodato – Total dos investimentos: R\$ 96.673.800,33, por meio do *Programa Livro Aberto*, o SNBP/FBN apoiou 1.705 municípios na instalação de novas bibliotecas públicas;
- Investiu também na modernização de 682 bibliotecas públicas municipais, nas 27 unidades da federação com R\$ 20.542.543,10;
- Convênios – Total dos investimentos: R\$ 59.633.432,71, foram realizados 44 convênios com Estados e Municípios brasileiros que obtiveram repasse de recursos financeiros para apoiar a implantação e modernização de bibliotecas públicas e também a instalação de *Pontos de Leitura*;
- Prêmios – Total dos investimentos: R\$ 16.683.362,50, foram distribuídos 691 prêmios no período, sendo: 100 prêmios para modernização de bibliotecas públicas e 591 para instalação de pontos de leitura.

Em 2012, o SNBP investiu:

- R\$ 1.350.160,00 na modernização de 82 bibliotecas públicas com recursos da FBN;
- Distribuiu 250 kits de instalação/modernização de bibliotecas públicas referentes a contratos de comodatos estabelecidos entre a FBN e municípios brasileiros nos anos de 2008 a 2012.
- Investiu R\$ 500.000,00 no Projeto *Mais Bibliotecas Públicas*;
- Investiu US\$ 90.000,00 no Programa IBERBIBLIOTECAS;

- Doou para as bibliotecas públicas e comunitárias de todo o país 43.401 exemplares de obras produzidas com o apoio de leis de incentivo fiscal.

Em 2013, o SNBP investiu:

- R\$ 3.200.000,00 em 100 bibliotecas comunitárias e pontos de leitura;
- Modernizou 47 bibliotecas públicas municipais por meio da doação de mobiliário, equipamentos eletroeletrônicos e acervo, os quais haviam sido adquiridos com recursos de anos anteriores.
- Investiu R\$ 600.000,00 no Projeto Piloto *Bibliotecas em Rede* que atuará em seis bibliotecas públicas no Estado de Sergipe.
- Investiu US\$ 90.000,00 no Programa IBERBIBLIOTECAS.
- Doou para as bibliotecas públicas e comunitárias de todo o país 200.981 exemplares de obras produzidas com o apoio de leis de incentivo fiscal.
- Por meio de duas emendas parlamentares investiu R\$ 700.000,00 na área, sendo R\$ 600.000,00 para as bibliotecas públicas do estado de São Paulo e R\$ 100.000,00 para a biblioteca pública do município de Pinhais (PR).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objeto desta pesquisa está focado na relação entre as políticas públicas e as bibliotecas públicas municipais, vê-se que, por meio dos dados e análises apresentados, resultantes das pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura, a grande maioria das bibliotecas públicas encontra-se em situação difícil, considerando-se o desenvolvimento sustentável desses equipamentos face à ausência de políticas de Estado para o setor, principalmente no âmbito dos estados e municípios brasileiros e, sobretudo, no Estado de Pernambuco.

As pesquisas e publicações desenvolvidas pelos diversos autores apresentados nesta pesquisa têm mostrado que as bibliotecas públicas usufruem de políticas de governo, marcadas pela falta de continuidade nas ações e pela inexistência de ações planejadas e prontas para serem adotadas, principalmente, por parte dos governos municipais e estadual que ainda não enxergam as bibliotecas públicas para além de um espaço apenas de guarda de livros e pesquisa, e por isso, há enormes lacunas quanto aos investimentos no que se refere aos eixos: espaço físico, acervo, mediação e gestão dessas unidades de informação. Sendo assim, pode-se confirmar a hipótese de que as políticas voltadas às bibliotecas públicas não estão atendendo aos objetivos dessas instituições por não serem caracterizadas como políticas de Estado.

Comprovou-se, portanto, que as bibliotecas públicas ainda estão marcadas por ações descontínuas e pouco efetivas por parte dos governos, que ora estão ligadas às secretarias de educação, ora às de cultura, além da crônica ausência de orçamento próprio para a manutenção suas atividades.

Aliado a isso, tem-se também os espaços físicos inadequados, os acervos desatualizados, associados ainda à falta de formação continuada para as equipes, além da ausência de planos de gestão para os espaços e, sobretudo, a ausência de políticas públicas estruturantes e permanentes para o segmento, são os aspectos marcantes da história das bibliotecas públicas brasileiras.

Nesse sentido, o presente estudo, embora não tenha a pretensão de se esgotar aqui, vem para ampliar o entendimento acerca das carências das bibliotecas

públicas, discutidas por ocasião do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco e já comentadas através dos indicadores apresentados. Registra-se, ainda, que as ações de reivindicação e críticas a atual situação em que se encontram as bibliotecas públicas municipais, sobretudo, as pernambucanas foram esclarecedoras, apontando para uma compreensão da realidade dos envolvidos, muito importante para o cotidiano dos profissionais que defendem a adoção de bibliotecas públicas para o crescimento educacional e cultural de diferentes setores da população.

Fica claro que é urgente a necessidade da adoção e implantação de políticas públicas de Estado como alternativa à descontinuidade das políticas de governo, destacando o papel dos agentes envolvidos na construção dessas políticas em suas diversas etapas: formulação/elaboração, implantação, avaliação, controle social/fiscalização.

Nesse sentido, de acordo com Machado (2010), a esfera federal, através do Ministério da Cultura (MinC), criou o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com a intenção de se constituir numa política de Estado para a área de bibliotecas. E que para viabilizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a área, iniciou um processo de articulação dos inúmeros projetos, programas, ações e atividades em geral ligadas ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP vem traçando suas diretrizes e ações com foco no estímulo à criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL. Com base nos objetivos do PNLL, pode-se constatar a disposição do Estado em reorganizar a situação das bibliotecas públicas, no sentido de articular ações até então dispersas e fragmentadas.

[...] Criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte de diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil [...] (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

Contudo, conforme foi apontado por esta pesquisa, as ambiguidades, contradições e o papel exercido pelos governos, sobretudo, os municipais e estaduais

na gestão das bibliotecas públicas é quase sempre de omissão, descaso, pouco investimento, pouca renovação dos quadros de pessoal, contribuindo para que as essas instituições estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir sua função primordial: socialização de informações com vistas a ampliar os direitos de cidadania entre os indivíduos.

Nas palavras de Oliveira (2008), a atividade de informação nas bibliotecas, parte do seguinte pressuposto: como produto social, pode ser transformado pela ação dos homens e como tal, embora lento, há um processo em curso de compreensão da realidade e de apropriação de mensagens – especialmente no entendimento da informação como um direito que todos devem possuir. Nessa perspectiva, a biblioteca pública atua como instituição representativa do setor cultural, portanto, o local privilegiado de acesso à informação em seus variados suportes e práticas culturais.

Sabendo-se que o desenvolvimento de uma política pública requer ações efetivas e integradas por parte do poder público, principalmente na esfera local/municipal, que visem à participação da sociedade civil desde a etapa elaboração até a avaliação/fiscalização das ações executadas, faz-se necessário, em caráter de urgência, realizar investimentos em programas, projetos e ações que caminhem para a elaboração do Plano Estadual e dos planos municipais do livro e leitura em PE, com base no Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, como um benefício para o crescimento social das populações envolvidas, fortalecendo o desenvolvimento e a autonomia das bibliotecas públicas pernambucanas, contemplando-as como espaços privilegiados de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura.

Sendo assim, é possível afirmar com segurança que no conjunto de questões levantadas o aprendizado foi muito rico e é impossível reproduzi-lo por inteiro. Caberia, ainda, referendar Potyara Pereira (2009) e lembrar que política pública se refere a uma política cuja principal marca encontra-se no fato de ser uma política pública, isto é, de todos e não apenas porque seja estatal, onde o caráter de público está no fato de significar um conjunto de decisões, cuja característica está na orientação para a ação política a fim de solidificar direitos sociais conquistados, trazendo benefícios para uma sociedade – disposições que ficam muito claras

através das ações que vêm sendo realizadas pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura – FDBLL/PE.

Nesse sentido, conclui-se destacando a importância do fortalecimento das ações desenvolvidas pelo *FDBLL/PE* bem como, propõe-se a ampliação dos encontros de bibliotecas públicas, diante da contribuição trazida à causa das bibliotecas, principalmente por ampliar a discussão com a sociedade e incidir na mobilização de outros segmentos preocupados com o acesso à informação, a cultura, a educação e à leitura enquanto direito das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.
- ALIGICA, Paul D., TARKO, Vlad. Polycentricity: from Polanyi to Ostrom, and beyond. **Governance**, v.25, n.2, abr. 2012, p.237-262.
- ALMEIDA JÚNIOR, O.F. Biblioteca pública e bibliotecas alternativas. Londrina: Ed. Universidade Federal de Londrina, 1997. 171p.
- ANUÁRIO de Estatísticas Culturais. Cultura em números 2009. Brasília: MinC, 2009.
- ARAUJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, v.29, n.2, p.155-167, 1999.
- _____. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero – Revista da Ciência da Informação**, v.2, n.5, out. 2001, p.1-12.
- AUGUSTO, M.H.O. Políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.1, n.2, p.105-119, 1989.
- AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, n.49, 200, p. 25-46.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2002.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.
- BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: EDUSP, 1996. 401p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: Histórico. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:<<http://www.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.j PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. ed. v. 2. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre).

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 412p.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates - Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v.23, n.43-44, jan/dez, 2003.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. A biblioteca pública como um lugar de signos. **Infociência**, São Luis, v.4, p. 21-34, 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004283&dd1=1fbb0>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. **Institui o Programa Mais Cultura**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6226.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Apresentação do Programa Mais Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/02/13/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Editais**: Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/editais-ministerio-da-cultura/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/politicas/livroeleitura/pnll/>>. Acesso em: 3 abr. 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Pontos de cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, [2007?]. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=31>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura**: conceitos, participação e expectativas. Brasília: MINC, 2009.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BUCCI, M.P.D. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, M. P.D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. (Tradução livre de Luciane Artêncio).

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CAMPOS, Shirleti Amorim. **As bibliotecas públicas são centros culturais ou os centros culturais são o milagre do século?**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Centro de Ciências Humanas, UNI-RIO, 1995. 104p.

CAPURRO, Rafael.; Hjørland, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

CARDOSO, Ana Maria. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da Informação Social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.32, n2. p.107-114, jul/dez. 1994.

_____. & NOGUEIRA, Maria Cecília D. Projeto de implementação do Centro de Cultura de Belo Horizonte. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n2. p.203-216, jul/dez. 1994.

CARIDAD SEBASTIÁN, M.; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. M.; RODRÍGUEZ MATEOS, D. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, maio/ago. 2000.

CASTELLS, M. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: CASTELLS, M. et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 3-32.

_____. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

CENNI, Roberto. **Três centros culturais da cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1991. 334p.

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2014.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A Cultura. In: _____. **Convite à filosofia**. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995. p.288-296.

_____. **Cultura e democracia**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 309p.

_____. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CYSNE, F.P. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1993. 145p.

COELHO NETO, J.T. Da política cultural a cultura política. **Contato**, Brasília, v.1, n.2, p.77-106, 1999.

_____. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3.ed. São Paulo : Iluminuras, 2004.

_____. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

_____. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 124p.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (Org.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T. Mais.Oito, 2008.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n.5, set. – out. 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.

CREVELD, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CUBILLO, J. Políticas públicas de información en América Latina: cuánto nos hemos renovado? **Data Grama Zero**, v.4, n.4, ago. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago03/Art_03.htm>. Acesso em: 16 set. 2013.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

DAGNINO, R. Metodologia de análise de políticas públicas. In: DAGNINO, R. *et al.* **Gestão estratégica da Inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Universitária, 2002.

DECLARACIÓN de Caracas sobre la biblioteca pública como factor de desarrollo e instrumento de cambio social en América Latina y el Caribe - 1985. **Revista El libro en América Latina y el Caribe**, n.87, p.55-60, 1999.

DRAIBE, S. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais hoje**. São Paulo: Vertical/ANPOCS, 1989. p.13-61.

FEIJÓ, M.C. **O que é política cultural**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERNANDES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009. Verbete: biblioteca.

FERREIRA, M.M. **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Núcleo Interdisciplinar Mulher Cidadania e Relações de Gênero, UFMA, 1999b. 136p.

_____. **O compromisso social e político do profissional da informação**. São Luís: UFMA, 2001. 12 fl. (Palestra proferida em setembro na aula da saudade aos alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMA).

_____. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, v.18, n.2, p.113-122, maio/ago., 2006.

FLEURY, S. **O estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. 252p.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

_____. Um novo conceito da biblioteca e uma nova missão para o bibliotecário. In: _____. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília: IBICT, 1988, p. 152-157.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. 12.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, S. C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HAJER, Marteen. Policy without polity? Policy analysis and the institucional void. **Policy Sciences**, n.36, 2003, p.175-195.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Thompson, K. (org.) **Media and Cultural Regulation**. Inglaterra: Open University, 1997. (cap.5)

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PEARL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro; Elsevier, 2013.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 3.ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2008.

_____. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 45-73.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, São Paulo, v.14, n.1, p.2-22, jan./abr. 2009.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 11. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Coleção Antropologia Social)

LE COADIC, Yves,-François. O objeto: a informação. In: _____. **A ciência da Informação**. 2.ed.rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** : Política para a cultura/política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

LOURENÇO, Bríggida Azevedo. FREIRE, Gustavo Henrique. Construindo um mapa das políticas públicas para gestão e acesso à informação em comunidades carentes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1/2, 2008.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MANIFESTO da UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994). Disponível em: <http://www.sdum.uminho.pt/bad/munesco.htm>. Acesso em 20 fev; 2014.

MARTELETO, Regina. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p.169-180, jul./dez. 1987.

_____. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. Belo Horizonte, **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.32, n2. p115-137, jul/dez. 1994.

_____. & NASCIMENTO, Denise Morado. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, M.A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**: Ciência Política. SÃO Paulo: Sumaré, 1999.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 1999.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, 94).

_____. **Ordenar para desordenar; centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.

_____. **O problema das bibliotecas brasileiras**. 2.ed. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1983.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. 2003. Apostila (Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2013.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986. 362p.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O método V - a humanidade da humanidade**: a identidade humana. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

MOURA, Maria Lúcia Seidi de *et al.* **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico**: teoria e prática. 2.ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

NASCIMENTO, Flávio Martins e. **Ação e informação em centros culturais**: um estudo sobre o instituto Tomie Ohtake. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). PUC Campinas, Campinas, 2004.

NÓBREGA, N. G. Acervos como memória do mundo (e sobre sua dinamização). **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 59-76, jan./jun.1999.

NUÑES, Eloy Martos. Espaços de leitura: projetos, conteúdos e animação cultural. In: RÖSING, Tânia M. K.; BECKER, Paulo. (Orgs). **Leitura e animação cultural**: repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo: UPF, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVERIA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-82.

OLIVEIRA, M.C.G.; OLIVEIRA, S.R. de; AZEVEDO, H. Política cultural, memória e informação: práticas e articulações para a construção social. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação, 11, Rio de Janeiro, out. 2008. Disponível em: <http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/paper/2010>>. Acesso em: 10 out. 2013.

OLLAIK, L. G.; MEDEIROS, J. J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas pública no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n.6, nov.- dez. 2011, p.1.943-1.967.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

OXFORD English Dictionary. 2.ed. Organizado por J.A. Simpson, E.S.C. Weiner. Oxford, Clarendon, 1989.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. Objetivos e metas. Brasília: PNLL, 2006. Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2007. PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social**: temas & questões. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, L.V. & LOUREIRO, J.M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abril 1995.

PINHO, Antônio Carlos; Machado, Ana Lúcia. **História das Bibliotecas**: introdução, origens e as bibliotecas no Brasil. [S.l.: s. n.], 2003. Disponível em: <http://www.mundocultural.com.br/index.asp?url=http://www.mundocultural.com.br/artigo_s/colunista.asp?artigo=635> Acesso em: 22 fev. 2014.

RAMOS, Kátia, SOUZA, Livia, DIAS, Mônica, FELIX, Patrícia, FERREIRA, Zenaide. Centro de Cultura Belo Horizonte. **Relatório de visita apresentado como trabalho final do seminário “O Centro Cultural como Centro de Informação”**, ECI/UFMG, Minas Gerais, out. 2006.

RAMOS, Luciene Borges. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RELATÓRIO preliminar. ENCONTRO ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO, 1., Recife, nov. 2012.

RÔLA SANTOS, Vânia Carvalho. **Cultura, identidade e memória**: uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação/UFMG, Belo Horizonte, 2005, 161p.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.3, p. 183-93, set./dez. 2006.

RUBIM, Linda. Produção cultural. In: RUBIM, Linda (Org). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, B.S. O Estado, a sociedade e as políticas sociais. **Revista Crítica de Ciências**, n.23, p.13-74, 1987.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. RJ, SP: Record, 2000.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jul. 1996.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed.rev.e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHERA, Jesse H. **The foundations of the public library**. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

_____.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of information science. **ARIST-Annual Review of Information Science and Technology – ARIST**, v.12, p.249-275, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do conhecimento. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____.; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Maria Celina Soares. **Centro cultural** – construção e reconstrução de conceitos. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Centro de Ciências Humanas, UNI-RIO, Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Sara Maria de Andrade. O espaço da informação: dimensão de práticas, interpretações e sentidos. **Informação e Sociedade: estudos**, v.13, n.1, p.1-14, jan./jun. 2003. Disponível em:<

<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001131&dd1=0f84f>>. Acesso em: 03 ago.2013.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3. 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2005
Disponível em: <<http://www.csouza952.com.br/IIICIB.pdf> >. Acesso em: 14 abr. 2007.

SOUZA, C. Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. T. da S.; MARQUES, E. C. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, Leila Aparecida de. **A criança na biblioteca pública comunitária “saber com Sabor” em Cuiabá – MT**: formação leitora literária. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT: 2006.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectiva. São Paulo: Livros Irradiantes, 1980.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.52-60, maio/ago. 2000.

TELLES, V.P. Movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, E. et al. **O Brasil no rastro da crise**: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado, cidadania nos cursos dos anos 90. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.225-243.

UNESCO. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas** (1994). Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 20 nov. 2013.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544por.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2014.

VALADE, Bernard. Cultura. In: BOUDON, Raymond (Ed). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 489-518.

VERRI, Gilda M. Whitaker. Informação, memória e cultura. **Páginas a & b**, s.2, n.6, p.7-26, 2010.

YUDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da Cultura na era global. Trad. de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2004.

ANEXOS

ANEXO 1- I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco - Mesas Temáticas



Mesa 1: Conceitos e práticas

Tema: Bibliotecas: concepções e desafios para o desenvolvimento de uma sociedade leitora.

Fizeram parte desta mesa (na ordem em que aparecem na foto, da esquerda para a direita): Isamar Martins, representante da Releitura –

Bibliotecas Comunitárias em Rede; Cícera do Nascimento, representante da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Caruaru – Coordenação de Bibliotecas; e Maria Lucia Ferreira, Chefe do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de PE. A mediação esteve à cargo de Ana Ecurra, coordenadora do projeto Escola Leitora, desenvolvido pela ONG Bagulhadores do Mio, em parceria com a Secretaria de Educação de Caruaru.

Mesa 2 – Políticas Públicas

Tema: Desafios da Política Pública para o desenvolvimento de bibliotecas.

Fizeram parte desta mesa (na ordem que aparecem na foto, da esquerda para a direita): Tânia Pacheco, Representante da Fundação Biblioteca Nacional/ SNBP; Volnei Canônica, coordenador do Programa Prazer em Ler/ Instituto C&A de Desenvolvimento Social; Cida Fernandez, mediadora da mesa, coordenadora executiva do Centro de Cultura Luiz Freire; Cleonice Ferraz, representante da Secretaria de Educação de PE; Wellington Melo, representante da Secretaria de Cultura de Pernambuco. Essa mesa procurou refletir sobre a construção de políticas públicas para o setor, a partir de iniciativas governamentais e não governamentais, destacando os principais desafios e resultados.



ANEXO 2 - Formulário para Bibliotecas Públicas Escolares, Municipais e Comunitárias

A - ACERVO:

A-1. Quanto à diversidade de gêneros literários e técnico-científicos, o acervo de sua biblioteca é:

- a- Bastante diverso – e suficiente ()
- b- Relativamente diverso e suficiente ()
- c- Pouco diverso e suficiente ()
- d- Nada diverso e totalmente insuficiente ()
- e - Não sabe ()

A-2. Existem acervos acessíveis para:

- a- Público com baixa visão - textos com letras grandes ()
- b- Livros em Braille ()
- c- Audio Livro ()
- d- Sinalização dos acervos em braile ()

A-3. Quanto ao volume do acervo, você diria que é:

- a- Totalmente adequado ()
- b- Relativamente adequado ()
- c- Totalmente inadequado ()
- d- Não sabe ()

A-4. Você sabe qual o volume do acervo da sua biblioteca?

- a- Sim ()
- b- Não ()

A-4.1. Caso sim:

- a- Qual a quantidade total de livros do acervo ()
- b- Qual a quantidade de livros de literatura ()
- c- Qual a quantidade de livros de referência ()
- d- Qual a quantidade de livros para pesquisa ()

A-5. Quanto ao estado de conservação, você considera que o acervo está:

- a- Bastante conservado ()
- b- Relativamente conservado (estão muito manuseados, com páginas amareladas, mas não com fungos) ()

c- Relativamente deteriorado (com algumas páginas rasuradas, com fungos) () d- Deteriorado (muito desgastados e com fungos) ()

A-6. Quanto à atualização, você diria que o acervo de sua biblioteca é:

- a- Bastante atualizado ()
- b- Relativamente atualizado ()
- c- Pouco atualizado ()
- d- Nada atualizado ()
- e- Não sabe ()

A-7. Quanto às aquisições você diria que:

- a- São feitas exclusivamente por doações ()
- b- São feitas por doações, mas existe também um pequeno recurso para compra ()
- c- São feitas a maior parte por compras já que existe um bom recurso para isso ()
- d- São feitas exclusivamente por compra ()
- e- Não sabe dizer ()

A-7.1. No caso de doações, quais as procedências?

- a- Acervos doados pelo MEC (FNDE, PNBE, etc.) ()
- b- Acervos doados pelo MinC ()
- c- Acervos doados por usuários ()
- d- Acervos doados pela comunidade ()
- e - Outros doadores () Quais?

A- 7.2. Existe algum critério para aceitar doações?

- a- Sim ()
- Quais:

b- Não ()

A-7.3. No caso de compras, qual a origem dos recursos?

A-8. De que maneira o acervo está organizado?

- a- Classificação e organização nas estantes por CDD/ CDU ()
 - b- Classificação por CDD/ CDU e sinalização por cores nas estantes ()
 - c- Outras formas de classificação e organização ()
- Quais:

A-9. O acervo é automatizado?

a- Sim ()

b- Qual o sistema/ programa? _____

b.1- Não ()

b.2- Não sabe ()

A-10. Quem faz os processos técnicos? (organização/ catalogação dos acervos, controle de empréstimos, etc.)

a- Toda a equipe ()

b- Tem uma equipe específica para os processos técnicos ()

c- Ninguém faz ()

d- Não sabe ()

A-11. Qual o número médio de empréstimos/ ano?

a- De livros de Literatura _____

b- De livros de pesquisa _____

c- Não sabe ()

A-11.1 Qual o percentual de devolução/ ano? _____

B - ESPAÇO

B-1. Quanto às condições estruturais do espaço físico (instalações hidráulicas, elétricas, telhado, paredes e piso)?

a- Bastante adequado ()

b- Relativamente adequado ()

c- Pouco adequado ()

d- Nada adequado () e- Não sabe ()

B-2. Quanto ao tamanho/ dimensões, você diria que o espaço é:

a- Bastante adequado ()

b- Relativamente adequado ()

c- Pouco adequado ()

d- Nada adequado ()

e- Não sabe ()

B-3. Quanto às condições ambientais, você diria que:

A Iluminação

a- É totalmente adequada ()

b- É relativamente adequada ()

c- É totalmente inadequada ()

d- Não sabe ()

A ventilação

- a- É totalmente adequada ()
- b- É relativamente adequada ()
- c- É totalmente inadequada ()
- d- Não sabe ()

A acústica

- a- É totalmente adequada ()
- b- É relativamente adequada ()
- c- É totalmente inadequada ()
- d- Não sabe ()

A higienização

- a- É totalmente adequada ()
- b- É relativamente adequada ()
- c- É totalmente inadequada ()
- d- Não sabe ()

B-4. Quanto ao mobiliário, você diria que:

- a- Tem mobiliário em condições adequadas e suficiente para todos os tipos de público ()
- b- Tem mobiliário em condições relativamente adequadas e suficiente para todos os tipos de público ()
- c- Tem mobiliário em condições pouco adequadas e suficiente para todos os tipos de público ()
- d- Tem mobiliário em condições nada adequadas e totalmente insuficiente para todos os tipos de público ()
- e- Não sabe dizer ()

B-5. Quanto a equipamentos, sua biblioteca dispõe de: Computadores

- a- Em número e condições adequadas para uso da equipe e para uso dos leitores ()
- b- Em número e condições adequadas para uso da equipe ()
- c- Em número e condições pouco adequadas para uso da equipe e para uso dos leitores ()
- d- Em número e condições pouco adequadas para uso da equipe ()
- e- Em número e condições nada adequadas para uso da equipe e para uso dos leitores ()
- f- Em número e condições nada adequadas para uso da equipe ()
- g- Não tem computadores ()
- h- Não sabe ()

Data show a- Sim () b- Não ()

Outros equipamentos: _____

B-6. O espaço permite o acesso e circulação de cadeirantes e outras pessoas com dificuldades de locomoção?

Sim ()

Não ()

C- MEDIAÇÃO DE LEITURA E AÇÃO CULTURAL

C-1. Quais atividades de Mediação de leitura literária acontecem em sua biblioteca?

a- Rodas de leitura com livros de literatura ()

b-Sessões de contação de histórias ()

c- Contação de histórias com intérpretes em Libras ()

d- Oficinas de leitura ()

e - Oficinas de produção de texto ()

f - Recitais ()

g - Mediadores de braille ()

h- Outras atividades de mediação de leitura literária:

Quais? _____

C-2. Existe uma proposta de orientação à pesquisa escolar?

a- Sim ()

b- Não ()

C-3. Existem atividades culturais para o público em geral?

a- Sim () Quais, cite: _____

b- Não ()

D - GESTÃO

D-1. Qual o número de usuários de sua biblioteca?

a- Cadastrados _____

b- Não cadastrados _____

D-2. Como é feito o cadastro de usuários?

a- Automatizado ()

b- Manual ()

c- Não tem cadastro de usuários ()

D-3. Quem pode utilizar a biblioteca?

- a- Todos os moradores do bairro ()
- b- Todos os moradores da cidade ()
- c- Toda a comunidade escolar ()
- d- Outra resposta () Qual?

D-4. Quantos profissionais atuam na sua biblioteca? _____

D-5. Quais a escolaridade desses profissionais?

- a- Ensino Fundamental Incompleto () _____
- b- Ensino Fundamental Completo () _____
- c- Ensino Médio Incompleto () _____
- d- Ensino Médio Completo () _____
- e- Superior Incompleto () – qual o curso _____
- f- Superior Completo () – qual o curso _____
- g- Pós- Graduação () – qual _____
- h- Não sei ()

D-6. Quais os tipos de vínculos empregatícios dos profissionais que atuam na biblioteca?

- a- Funcionários públicos concursados () _____
- b- Funcionários públicos contratados () _____
- c- Contratados por tempo determinado (CLT) () _____
- d- Contratados por tempo indeterminado (CLT) () _____
- e- Voluntários () _____
- f- Outros tipos de vínculos () – quais _____
- g- Não sei ()

D-7. Existe algum tipo de formação para os profissionais que atuam na biblioteca?

- a- Sim ()
- b- Não ()

D-8. Caso exista, qual a periodicidade?

- a- Mensal ()
- b- Bimensal ()
- c- Trimestral ()
- d- Semestral ()
- e- Anual ()
- f- Outra () Qual?

D-9. Qual o número de horas por formação realizada?

- a- 20 ()
 - b- 40 ()
 - c- 60 ()
 - d- Outra ()
- Qual? _____

D-10. Quando aconteceu a última formação com os profissionais de sua biblioteca?

- a- Há 1 mês ()
- b- Entre 1 e 6 meses ()
- c- Entre 6 meses e 1 ano ()
- d- Mais de um ano ()

D-11. Quais os temas das formações realizadas?

- a- Mediação de Leitura ()
- b- Organização técnica dos acervos ()
- c- Organização e manutenção dos espaços e ambientes ()
- d- Atendimento ao usuário ()
- e- Outras () Quais? _____

D-12. Quando há formação, geralmente quais os profissionais que participam?

- a- Equipe de atendimento ao usuário ()
- b- Equipe de processos técnicos ()
- c- Mediadores de Leitura ()
- d- Gestor/a ()
- e- Outros () Quais? _____

D-13. Sua biblioteca tem uma proposta de monitoramento e avaliação dos seus serviços e profissionais?

- a- Sim ()
- b- Não ()
- c- Não sabe ()

D-13.1. Caso tenha uma proposta de avaliação, o público participa?

- a- Sim ()
- b- Não ()
- c- Não sabe ()

D-14. Os usuários/ leitores participam dos processos de avaliação da biblioteca e dos seus serviços?

- a- Sim ()
- b- Como se dá essa participação? c- Não sabe

D-15. Os usuários/ leitores são consultados quando da aquisição de acervos?

- a- Sim ()
- b- Não sabe ()

D-16. Existem outros mecanismos de envolvimento e participação da comunidade usuária/ leitora, na gestão da biblioteca?

- a- Sim ()
- b- Não ()
- c- Não sabe ()

Respostas relativas à biblioteca:
